

VISÃO História

1961-1975

TOP SECRET

AS GUERRAS SECRETAS DE PORTUGAL EM ÁFRICA

Intervenções em países
vizinhos das colónias



N.º 45 - FEVEREIRO 2018
CONTINENTE - €4,90
PERIODICIDADE BIMESTRAL

**Angola-Congo, conexão perigosa • A invasão da Guiné-Conacri
A aliança com a África do Sul e a Rodésia • Os mercenários
e a ponte aérea para o Biafra • Jorge Jardim, o 007 de Salazar**



A CULTURA

EM APENAS DUAS LETRAS



JORNAL DE LETRAS, ARTES E IDEIAS
QUINZENALMENTE A CULTURA SAI À RUA

DISPONÍVEL
NO SEU
TABLET





Encontro entre o secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, e Salazar, em janeiro de 1960

LINHA DIRETA

Combater na sombra

Toda a gente sabe que o Portugal dos últimos tempos da ditadura travou em África uma longa Guerra Colonial de 13 anos. Também ninguém ignora que esse conflito deixou marcas profundas no tecido social – físicas, psicológicas, sociais, identitárias.

No que se pensa menos é no facto de essa guerra, assente em argumentação falaciosa e levada a cabo contra a lógica e a dinâmica da História, ter representado um esforço muito para além das potencialidades do País – grande duração no tempo, três teatros de operações, enormes distâncias, mobilização de recursos de toda a ordem. Dir-se-á que os movimentos independentistas das colónias eram militarmente mais fracos, mas essa análise precipitada não resiste a uma breve reflexão. Num tempo de Guerra Fria, eles tinham por detrás o apoio do bloco Leste e da China, quando não de setores do Ocidente defensores de uma nova e mais justa ordenação do continente africano, também na mira de não deixar prevalecer ali os interesses de Moscovo ou de Pequim.

Como foi então tão duradouro o esforço de guerra do Portugal de Salazar e de Marcelo Caetano? De duas formas: por um lado, contando com o apoio encoberto de países ocidentais como a Alemanha, a França e a Espanha e de potências regionais racistas como a África do Sul e a Rodésia; por outro envolvendo-se em guerras secretas no interior dos países vizinhos de Angola, Moçambique e Guiné, quantas vezes com o apoio dos também secretos serviços de informações de países ocidentais. É sobre esses apoios camuflados e essas guerras secretas de Portugal em África que se debruça este número da VISÃO História.

Mapa: África, contra os ventos da História **6**

Cronologia 1951-1974: xadrez africano **8**

O LONGO BRAÇO-DE-FERRO DO ESTADO NOVO **14**

Franco Nogueira, o antidiplomata **20**

Armamento: orgulhosamente bem acompanhado **24**

As armas mais usadas na Guerra Colonial **28**

A Espanha na guerra portuguesa **30**

CONGO, O CORAÇÃO DAS TREVAS **32**

Mapa: Angola-Congo **40**

Portugal-Catanga, a aliança escondida **42**

Operação Tschombé **48**

Como a imprensa portuguesa viu a guerra do Congo **52**

GUERRA DO BIAFRA, A MORTE MEDIATIZADA **54**

Mercenários portugueses no Biafra **60**

A ponte aérea de S. Tomé **64**

Crianças refugiadas em S. Tomé **66**

A 'GUERRA' DA BEIRA, MOÇAMBIQUE **68**

Jorge Jardim, o 007 de Salazar **73**

A ação encoberta da PIDE/DGS **77**

O papel da Aginter Press **80**

OPERAÇÃO MAR VERDE, UM MAR DE EQUÍVOCOS **84**

Exercício Alcara, uma aliança secreta **90**

Os 'Terríveis' do Batalhão Búfalo **94**

Para saber mais **98**

Os títulos, subtítulos e destaques dos artigos são da responsabilidade da redação



T R U S T
I A R T N
N E W S



T R U S T
I M U S I C N
N E W S



T R U S T
I F A C T S N
N E W S



T R U S T
I F A S H I O N N
N E W S



INFORMAÇÃO DE CONFIANÇA

O NOVO GRUPO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

VISÃO

CARAS

ACTIVA

Exame

EXAME
INFORMÁTICA

Courrier
internacional

JL

JORNAL DE LETRAS, ARTES E IDEIAS

VISÃO História

VISÃO JÚNIOR

NOVELAS

tv mais

CARAS Decoração

CONTRA OS VENTOS DA HISTÓRIA

Na década de 1960 e nos primeiros anos da seguinte, o Portugal de Salazar e do seu sucessor Marcelo Caetano apostou forte na manutenção das colónias africanas, desde 1951 oficialmente designadas «províncias ultramarinas». Esse período caracterizou-se internacionalmente pelo acesso à independência da maioria das antigas possessões europeias em África, razão pela qual a posição assumida por Lisboa equivalia a rumar contra os ventos da História. Incessantemente condenado na ONU e noutras instâncias, o Portugal dominado pela ditadura afirmava-se «orgulhosamente só», mas na verdade contava com importantes apoios de países ocidentais, como a Alemanha ou a França, ou de regimes racistas como os da África do Sul e da Rodésia. Para além de manter entre 1961 e 1974 uma longa e desgastante guerra contra as guerrilhas independentistas nas três frentes de Angola, Moçambique e Guiné, Portugal envolveu-se ainda, de forma encapotada, em operações de desestabilização de regimes dos países vizinhos das colónias, com o objetivo de conservar a soberania nos seus territórios em África.



Nome atual do país
Designação anterior
Ano da independência



Intervenções de Portugal
em países estrangeiros
entre 1961 e 1974



Portos estratégicos sob
administração portuguesa
na mesma época



Linhas férreas
de importância estratégica
ligando os países do
interior aos portos sob
administração portuguesa

Antigos países colonizadores

Portugal	Espanha
França	Bélgica
Reino Unido	Itália
Alemanha	Independente

O xadrez africano

1951

11 JUN Numa tentativa de adaptação do «Imério Português» às novas ideias introduzidas em 1945 pela Carta das Nações Unidas, é abolido o Ato Colonial, desde 1930 como uma espécie de constituição para as colônias; passa a haver «províncias ultramarinas». O artigo 73º da Carta da ONU refere-se a territórios administrados nos quais é dever da potência administrante «desenvolver a sua capacidade de governo próprio».

24 DEZ Torna-se independente a Líbia, antiga colônia italiana sob administração franco-britânica.

1952

28 ABR É criada no Ministério do Exército uma Direção-Geral dos Serviços do Ultramar.

1953

3 FEV Agitando o fantasma de um movimen-

14 DEZ A URSS levanta o seu veto, e Portugal é admitido na ONU.

1956

24 FEV O secretário-geral da ONU, o sueco **Dag Hammarskjöld**, escreve ao governo de Salazar perguntando se Portugal administrava territórios que entravam na categoria definida no artigo 73º da Carta da ONU.

20 MAR A Tunísia torna-se independente da França.

7 ABR Após 44 anos de protetorado francês, Marrocos recupera a independência.



18 SET É fundado em Bissau por **Amílcar Cabral**, na clandestinidade, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde).

1958

15 ABR Delegações dos países africanos independentes reúnem-se em Acra, capital do Gana.



JUN Em França, De Gaulle funda a V República na sequência de um golpe militar. Em Portugal, numa eleição presidencial viciada, o situacionista Américo Tomás derrota o oposicionista independente **Humberto Delgado**. O major Hermes de Oliveira estuda na Argélia, junto das tropas francesas, a combater a moderna guerra subversiva.

1951-55

to pró-independência, o governador de São Tomé, Carlos Gorgulho, exerce repressão violenta e indiscriminada sobre a população, com mortes e torturas.

1954

24 JUN A União Indiana anexa pacificamente os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli, junto de Damão.



14 JUL É fundada por **Holden Roberto** a UPNA (União das Populações do Norte de Angola), movimento independentista da etnia bacongo que tem por objetivo restaurar o antigo reino do Congo. Em 1959 adotará o nome de UPA (União dos Povos de Angola) para captar outras etnias. Em

1962 passará a designar-se FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). A partir de 1961 terá o apoio aberto dos EUA de John Kennedy.

1955

18 ABR Por iniciativa da Índia, do Paquistão, da Birmânia, do Ceilão e da Indonésia, e com a participação de 29 países, principia na Indonésia a Conferência de Bandung, ponto de partida para o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados.

1956-57

6 NOV Ao fim de mais de oito meses, o governo de Salazar responde laconicamente a Dag Hammarskjöld: «Portugal não administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73º da Carta.»

10 DEZ Por fusão de vários grupúsculos anticoloniais (um deles a célula do PCP de Angola, autonomizada como PC de Angola), é fundado em Luanda, na clandestinidade, sob a liderança de Mário de Andrade, o **MPLA** (Movimento Popular de Libertação de Angola).



1957

6 MAR O Gana (ex-colônia britânica da Costa do Ouro) é o primeiro país da África subsariana a conquistar a moderna independência.

15 NOV Os EUA fornecem a Portugal material aeronáutico em troca da utilização da base das Lajes.

26 DEZ Na Conferência Afro-Asiática do Cairo, 35 países proclamam o direito dos povos à autodeterminação e à independência.

1958-60

2 OUT A Guiné-Conacri torna-se independente da França; o seu Presidente, Sekou Touré, apoia o PAIGC, que instala a sede em Conacri.

1959

6 FEV O Ministério do Exército estuda a criação de «unidades especiais de intervenção imediata»; dois meses depois decorrerá em Angola um exercício com aviação e paraquedistas.

3 AGO Uma manifestação espontânea de estivadores do porto de Bissau é reprimida violentamente («Massacre de Pidjiguiti»).

4 AGO A Conferência dos Estados Africanos Independentes consagra, na Libéria, o direito dos povos colonizados à autodeterminação.

1960

1 JAN Torna-se independente a antiga colônia alemã dos Camarões, administrada desde 1919 pela França e pela Inglaterra.

20 JAN Uma diretiva do CEMGFA desvia de Espanha para África o foco da principal ameaça contra território português.

25 JAN Começa em Tunes, Tunísia, a II Conferência dos Povos Africanos.



1 Votação da entrada de Portugal na ONU, dezembro de 1955

2 Desfile de contingente militar pela Avenida Marginal de Luanda, 1961

31 JAN Data apontada pelos investigadores Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes como a da verdadeira fundação do MPLA, na sequência da conferência de Tunes.

4 ABR O Senegal torna-se independente da França, sob a liderança do intelectual francófilo **Léopold Senghor**; este apoia os movimentos independentistas da Guiné Portuguesa MLG E FLING, mas não o PAIGC.



22 ABR Preparando-se para a guerra, Portugal define as normas para as comissões de serviço militar em África.

27 ABR O Togo fica independente da França.

30 JUN O Congo Belga acede à independência sob a presidência de Joseph Kasavubu e com um governo chefiado por Patrice Lumumba. O novo exército revolta-se contra os oficiais belgas que mantêm as suas patentes e há ataques a 100 mil civis belgas na zona de Léopoldville (Kinshasa). Aterraram para-quadistas belgas e Lumumba apela para a intervenção dos «capacetes azuis» da ONU.

JUL Chegada dos primeiros «capacetes azuis».

11 JUL O pró-ocidental Moisés Tschombé aproveita a confusão no Congo para, com a cobertura de poderosas empresas europeias, proclamar a independência da província do Catanga (60% do urânio mundial e 80% dos diamantes industriais). Constatando que os «capacetes azuis» não intervêm na província separatista, Lumumba volta-se para a URSS. Tschombé pede ajuda à França, que lhe envia mercenários chefiados por Bob Denard.

condicionarão até 1974 a posição crítica da organização internacional relativamente à política colonial portuguesa.

DEZ Seis meses após a proclamação da independência, o Congo ex-belga está dividido em quatro: governo de Mobutu em Léopoldville; apoiantes do deposto Lumumba em Stanleyville; governo tribal de Cassai sob o autoproclamado rei Kalonji; e governo secessionista de **Tschombé** no Catanga, apoiado por Portugal. Os três primeiros unem-se sob um governo liderado por Cyrille Adoula e, com a ajuda dos «capacetes azuis», atacam o Catanga. Tschombé refugia-se na Rodésia. Estes acontecimentos poderiam ter mostrado a Salazar



1961



8 JUN **Agostinho Neto** é preso pela PIDE em Luanda e enviado para Cabo Verde e depois para Lisboa, de onde foge para se exilar em Moscovo. Na sequência da detenção há dezenas de mortos e centenas de feridos numa manifestação («Massacre de Ícolo e Bengo»).

16 JUN É sangrentamente reprimida uma manifestação de macondes do Norte de Moçambique («Massacre de Mueda»).

25 JUN A PIDE prende dezenas de nacionalistas angolanos, entre os quais o teólogo Joaquim Pinto de Andrade, presidente honorário do MPLA.

26 JUN Madagáscar torna-se independente da França.

Kasavubu demite Lumumba e nomeia chefe do governo Mobutu.

AGO Sucedem-se as independências de ex-colónias francesas: dia 1, o Benin; dia 3, o Níger; dia 5, o Burkina-Faso (ex-Alto Volta); dia 7, a Costa do Marfim; dia 8, a República Centro-Africana (ex-Oubangui-Chari); dia 15, o Congo Francês (Congo-Brazzaville), sob a presidência do padre **Fulbert Youlou**, um político corrupto aliado do Ocidente e de Portugal que virá a ser derrubado três anos mais tarde pelo socialista Alphonse Debat, que por sua vez será derrubado pelo marxista-leninista Marien Ngouabi, passando o «Congo-Brazza», que faz fronteira com Cabinda, a ser um «santuário» dos guerrilheiros do MPLA; dia 17, o Gabão.



25 SET O PAIGC solicita ao Governo português o acesso pacífico da Guiné e de Cabo Verde à independência; Portugal rejeita.

SET-NOV Acedem à independência o Mali (da França), a Nigéria (da Inglaterra) e a Maurítania (da França).

14-15 DEZ A Assembleia Geral da ONU aprova resoluções de carácter anticolonialista que

o que estava para acontecer nas colónias portuguesas, mas o aviso não foi seguido. Tanto mais que, neste mesmo mês, Holden Roberto é recebido em audiência no Departamento de Estado, em Washington.

1961

JAN Em Angola, a partir de dia 6, a repressão militar dos trabalhadores algodoeiros grevistas da Baixa do Cassange faz 200 a 300 mortos e muitos feridos. Morrem dois militares portugueses e quatro ficam feridos. É o prelúdio da Guerra Colonial, por vezes visto como o seu início.

20 JAN John Kennedy toma posse como Presidente dos EUA. Washington passa a favorecer independências pró-ocidentais das colónias europeias em África, contrastando com a anterior política de Eisenhower, que dava cobertura a Portugal por não ter ainda surgido ainda outra alternativa pró-ocidental.

22 JAN O pacote *Santa Maria* é tomado no mar das Caraíbas por um comando luso-espanhol liderado pelo capitão Henrique Galvão; o general Humberto Delgado está ligado a esta *Operação Dulcineia*, cujo objetivo seria conduzir o navio para Angola e apoiar o movimento nacionalista em curso; o navio chega a ser sobrevoado por aviões dos EUA, sem que Kennedy ordene a intervenção.



ANTT

4 FEV Em Luanda, 200 nacionalistas angolanos atacam a Casa de Reclusão Militar, a cadeia da 7ª Esquadra da PSP, um carro da Patrulha Móvel, a sede dos CTT e a Emissora Oficial de Angola. Sete polícias morrem, mas todos os ataques são rechaçados; a repressão nos musseques é sangrenta.

23 FEV O Conselho de Segurança da ONU condena a política ultramarina portuguesa.

6-10 MAR Cumprindo instruções do secretário de Estado, **Dean Rusk**, no dia 6 o embaixador dos EUA em Lisboa, Charles Elbrick, pede ao general Botelho Moniz, ministro da Defesa, que pressione Salazar no sentido do promover a autodeterminação das colónias. No dia 7, os EUA informam o Ministério da Defesa da intenção da UPA de lançar dia 15 ataques violentos contra colonos no Norte de Angola.



para Angola; os primeiros contingentes partem por via aérea dia 16; dia 21 seguem os primeiros por via marítima.

4 MAI Franco Nogueira toma posse como ministro dos Negócios Estrangeiros.

31 MAI A África do Sul segregacionista sai da Commonwealth e torna-se república.

JUL-AGO Pela *Operação Viriato*, as tropas portuguesas reocupam o Norte de Angola.

1 AGO O Daomé ocupa o forte de S. João Batista de Ajudá, enclave dependente da administração portuguesa de S. Tomé Príncipe.

10 NOV Um avião da TAP da carreira Casablanca-Lisboa é desviado por um comando oposicionista liderado por Palma Inácio, que lança panfletos sobre Lisboa e o Sul do País.

25 JUN Na Tanzânia, três associações nacionalistas moçambicanas juntam-se, fundando a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), presidida por Eduardo Mondlane.

31 JUL Interessados em não criar conflitos com Lisboa devido ao acordo sobre as Lajes, os EUA abstêm-se numa condenação da política ultramarina portuguesa na ONU.

3 AGO Em Dacar, Senegal, três movimentos independentistas da Guiné Portuguesa unem-se na Fling (Frente de Libertação Nacional da Guiné), que, ao contrário do PAIGC, terá apoio do país anfitrião.

12 AGO As autoridades de Léopoldville exibem quatro militares aprisionados no Congo, entre os quais o comandante **Rosa Coutinho**; serão libertados três meses depois.



1961

1962-63



15 MAR Guerrilheiros da UPA, armados de **catanas** atacam fazendas do Norte de Angola; o regime alimenta um clima de indignação contra os «terroristas», termo que passará a designar todos os guerrilheiros dos movimentos de libertação.

Há apenas 1500 soldados metropolitanos em Angola, reforçados por 5 mil de recrutamento local, mas no dia seguinte chega a primeira companhia de paraquedistas e três dias depois começam a atuar contra a UPA a Força Aérea e as Formações Aéreas de Voluntários.

22 MAR Colonos de Angola manifestam-se diante do consulado americano em Luanda.

ABR Em Lisboa, falha no dia 13 uma tentativa de golpe de Estado palaciano liderada por **Botelho Moniz**, quando Salazar demite os conspiradores dos seus cargos e chama a si a pasta da Defesa; afasta-se assim a via proposta pelos EUA e Portugal lançar-se-á na Guerra Colonial. Dia 14, Salazar anuncia o envio de tropas «rapidamente e em força»



22 NOV São reformulados os impostos, para fazer face às despesas da guerra.

2 DEZ Portugal expulsa de Angola missionários protestantes americanos, que acusa de doutrinar os guerrilheiros.

17-19 DEZ A União Indiana anexa Goa, Damão e Diu; 3 mil militares portugueses passarão cinco meses num campo de concentração. A ONU institui o «Comité dos Sete», para seguir os territórios administrados por Portugal. No final do ano há já mais de 35 mil militares portugueses em Angola, 5 mil na Guiné e 11 mil em Moçambique; 126 morreram nos combates em Angola. **Mário de Andrade**, Viriato Cruz e Lúcio Lara, do MPLA, transferem a sede para Léopoldville.



1962

1 JAN Falha o assalto oposicionista ao quartel de Beja, iniciado de madrugada, e ao qual está ligado Humberto Delgado.

18 MAR Os Acordos de Évian consagram a independência da Argélia, após oito anos de guerra com as forças francesas.

23 SET Em Dar es Salaam, Tanzânia, a Frelimo inaugura o seu I Congresso.

24 OUT Kennedy recebe Franco Nogueira em Washington no auge da crise dos mísseis de Cuba, quando o mundo está à beira de um conflito nuclear EUA-URSS.

1 DEZ Em Léopoldville, iniciam-se os trabalhos do I Congresso do MPLA.

DEZ A Frelimo adverte que eclodirá em Moçambique uma guerra semelhante à de Angola se Portugal não avançar imediatamente para a autodeterminação do território.

1963

23 JAN Goradas as tentativas de diálogo com Portugal, o PAIGC inicia a luta armada na Guiné, com um ataque ao quartel de Tite.

29 JAN É criado em Teixeira de Sousa, Angola, o Comando de Evacuação do Cautanga (Comevak), para acolher apoiantes de Tschombé em retirada.

21 FEV Salazar recebe enviados do Presidente Youlou, do Congo-Brazzaville, que se propõe mediar o problema angolano.





- 1 Tropas portuguesas no Bengo, Angola, 1962
- 2 Chegada de Eduardo Mondlane e dos dirigentes da Frelimo a Dar es Salaam, 1962
- 3 Partida de tropas para a guerra africana, julho 1963
- 4 Partida de contingente de caçadores Especiais, que receberam presentes do Movimento Nacional Feminino

18 JUN É fundada em Adis Abeba, Etiópia, a Organização de Unidade Africana (OUA).

AGO Salazar escreve ao primeiro-ministro sul-africano, Verwoerd, pedindo cooperação e recordando que a guerra atingirá a África do Sul se o bastião português não resistir.

23 SET É saqueada e incendiada a embaixada de Portugal em Kinshasa (ex-Léopoldville), o que implica corte de relações, passando os interesses portugueses no Zaire (ex-Congo) a ser representados pela Espanha.

7 NOV Num segundo encontro com Kennedy, Franco Nogueira tenta convencer o Presidente dos EUA a alterar a política seguida desde 1961 quanto aos territórios africanos; a resposta é suave, pois a base das Lajes é importante para Washington.



SET No início do mês, **Ian Smith**, que chefiava o governo local da colónia britânica da Rodésia do Sul, tem duas longas entrevistas com Salazar, em Lisboa, aconselhando-se com o ditador português sobre o seu projeto de proclamar a independência «branca» do país.

25 SET Com um ataque a Chai, a Frelimo inaugura a luta armada em Moçambique.

13 OUT Portugal e a África do Sul assinam acordos sobre o emprego de trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas.

20 DEZ A ONU aprova sanções contra a Rodésia e Londres decreta um embargo petrolífero. Salazar faculta a Ian Smith a refinaria de Lourenço Marques (Maputo).

1966

JAN A Marinha Britânica inicia um bloqueio ao porto moçambicano da Beira, terminal do caminho-de-ferro para Salisbúria (Harare); haverá incidentes com a Armada Portuguesa e uma crise Lisboa-Londres.

MAR Jonas Savimbi, que recebera treino militar na China, funda a **UNITA** (União Nacional para a Independência Total de Angola). O MPLA abre entretanto a frente militar Leste.



1964

22 NOV Kennedy é assassinado em Dallas, Texas; o seu vice, Lyndon Johnson, toma posse como Presidente dos EUA; a pressão dos EUA sobre Portugal continua a abrandar.

1964

7 ABR A França fornece a Portugal quatro submarinos e quatro fragatas, em troca da instalação de uma estação de vigilância nuclear na ilha açoriana das Flores.

4 MAI A Administração dos EUA reúne-se para analisar a questão da África portuguesa, sugerindo o secretário de Estado, Dean Rusk, a criação de uma Lusitanian Commonwealth, de que faria também parte o Brasil. Neste mês, o Governo português assina um tratado com a alemã Krupp para a exploração das minas de ferro de Cassinga, em Angola.



30 JUN A Alemanha cede a Portugal 70 aviões T-6 e 60 Do-27

JUL O Presidente senegalês, Senghor, encontra-se com Amílcar Cabral e advoga a reconciliação da Fling e do PAIGC.

1965

24 OUT A Zâmbia (ex-Rodésia do Norte) torna-se independente da Grã-Bretanha. No mês seguinte, a Frelimo lança o primeiro ataque à província moçambicana de Tete a partir de bases instaladas neste país.

1965

2 JAN Inaugura-se a base aérea alemã de Beja. Alemanha e França são os principais fornecedores de armas a Portugal.

JUN Salazar recebe Tschombé em Lisboa. Neste mês, é dado apoio português à *Operação Barbarossa*, delineada pelos serviços secretos franceses e destinada a repor no poder, no Congo-Brazzaville, o padre Fulbert Youlou.

6 SET A PIDE encerra a Casa dos Estudantes do Império, por esta servir de base a atividades anticolonialistas.

11 NOV Sob a liderança de Ian Smith, a Rodésia (ex-Rodésia do Sul) proclama unilateralmente a independência «branca».

23 NOV Mobutu toma o poder no Congo (que passa a chamar-se Zaire), através de um golpe militar apoiado pela CIA.



1966

8 ABR O ministro da Defesa sul-africano, **Pieter Botha**, avista-se em Lisboa com Salazar, para estudar meios de colaboração. Neste mês, chegam à Guiné os primeiros aviões FIAT G-91, de fabrico alemão, que vão substituir os F-86 regressados a Portugal por imposição dos EUA.



19 JUL A PIDE começa a preparar a *Operação Tschombé*, destinada a derrubar o Governo de Mobutu, no Zaire. Na *Operação Pagoda II*, as forças rodésianas envolvem-se pela primeira vez em combate em solo moçambicano, em perseguição de guerrilheiros da ZAPU (União do Povo Africano do Zimbábue). Ao longo do ano, a PIDE prepara a *Operação Colt*, destinada a destabilizar as populações zambianas das áreas fronteiriças utilizando os refugiados da Zâmbia em Angola anti-Kaunda. É também neste ano que a África do Sul começa a prestar apoio militar efetivo a Portugal, por meio de helicópteros e tripulações (*Operação Bombaim*).

OUT-DEZ O Zaire corta relações com Portugal e apresenta queixa na ONU devido à presença em Angola de militares afetos a Tshombé.



FMS



AHM



1967

13 MAI O papa Paulo VI vem a Fátima, mas sem passar por Lisboa nem ter conversações com políticos portugueses.

6 JUL Começa a Guerra do Biafra, provocada pela secessão daquela província nigeriana. Portugal apoia os separatistas. Em Lagos, capital da Nigéria, é apreendido um carregamento de armas com destino ao Biafra e proveniente de Lisboa. Simultaneamente, o regime português aposta na desestabilização do Zaire, sendo acolhidos em Angola os

27 SET Marcelo Caetano toma posse como presidente do Conselho, sucedendo a Salazar, incapacitado devido a um hematoma subdural.

3 NOV A eleição do republicano Richard Nixon para a Presidência dos EUA, e a entrada em cena do seu conselheiro e depois secretário de Estado Henry Kissinger, alteram a política de Washington em relação a África, passando o regime português a contar com mais apoio.

30 DEZ Cerca de 700 angolanos deslocam-se para a Zâmbia, levando o seu gado.

1969

6 JAN No intuito de obter contrapartidas, Portugal propõe aos EUA a revisão do estatuto das Lajes; os americanos utilizam-na desde 1963, mas numa base contratual passível de cessação com pré-aviso de seis meses.

17-25 JUL Estão reunidos em Lisboa os chefes militares e dos serviços secretos de Portugal, África do Sul e Rodésia.

19 SET É assinado com o consórcio ZAMCO (formado por empresas portuguesas, sul-africanas, alemãs, francesas e italianas) o contrato para a construção de Cabora-Bassa.

SET-OUT Autorizada a concorrer às eleições legislativas, a oposição apresenta-se dividida: CDE, controlada pelos comunistas, e CEUD, pelos socialistas; mas nem uma nem outra têm acesso à TV e nos comícios, controlados, não podem abordar a questão ultramarina.

14 OUT No discurso de tomada de posse, o novo primeiro-ministro da Suécia, o social-democrata **Olof Palme**, manifesta apoio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, o que gera protestos do



1967-68

derrotados mercenários comandados pelo belga Jean Schramme que tinham invadido aquele país a partir do Catanga. O Conselho de Segurança da ONU condena Portugal.

AGO Portugal organiza a *Operação Lúçifer*, envolvendo uma centena de mercenários europeus comandados por Bob Denard que em Luanda se reúnem a 50 catangueses já ali concentrados, para entrarem todos no Catanga de bicicleta.

1968

1 JAN A americana Gulf Oil inicia a extração de petróleo em Cabinda, fator que pesa para a continuidade da abstenção dos EUA quanto à política colonial portuguesa.



JUL É decidida a construção da grande barragem de **Cabora-Bassa**, destinada a fornecer energia elétrica a Moçambique, África do Sul e Rodésia; intensificam-se as reuniões entre delegações de Portugal e da África do Sul.

1969

3 FEV **Eduardo Mondlane**, fundador da Frelimo, é assassinado em Dar es Salaam pela explosão de uma encomenda-bomba.



21 MAR O ministro da Defesa sul-africano, P. Botha, avista-se com Caetano em Lisboa para estudar um eixo «branco» Lisboa-Pre-tória-Salisbúria.

30 MAR Caetano conversa com Nixon durante o funeral de Eisenhower, em Washington.



ABR Enquanto **Caetano** faz um périplo pelas colónias africanas, eclode a crise académica de Coimbra, que alastra a Lisboa e Porto.

15-18 MAI Decorre em Aveiro o II Congresso Republicano, onde é reclamado debate livre sobre a Guerra Colonial.

1970

Governo português e o boicote de produtos suecos.

NOV-DEZ É capturado na Guiné o capitão cubano Pedro Peralta. O Conselho de Segurança da ONU condena Portugal por bombardear localidades no Senegal.

30-31 DEZ Forças portuguesas e rodesianas lançam em conjunto a *Operação Birch*, na zona de Vila Pery, em Moçambique.

1970

15 JAN Rui Patrício é o novo ministro português dos Negócios Estrangeiros.

28 JAN Os EUA passam a autorizar a exportação de equipamento militar para Portugal.

18 MAR Portugal cede ao Malawi uma lancha, para atuar no lago Niassa.

23 MAR Numa reunião com dirigentes civis e militares na residência oficial de São Bento, em Lisboa, Marcelo Caetano decide (contra a opinião de Rui Patrício) que Portugal não se envolva diretamente na *Operação Bikini*, promovida por Mobutu para levar a cabo um golpe de Estado no Congo-Brazzaville.

12 AGO Principiam as reuniões da Comissão de Descolonização da ONU, que aprova siste-



3



FMS

4



FMS

5

JOSÉ ANTUNES

- 1 Folheto de propaganda da Frelimo, 1972
- 2 Angola, 1973
- 3 Ocupação do quartel de Guilege pelo PAIGC, maio de 1973
- 4 Publicação da representação do MPLA na Suécia, janeiro de 1974
- 5 25 de Abril de 1974, em Lisboa

maticamente moções contra Portugal, África do Sul e Rodésia.

14 OUT Portugal, a África do Sul e a Rodésia firmam uma aliança militar secreta que recebe o nome de Alcora (Aliança Contra as Rebeliões em África).

24 OUT Populações da província moçambicana de Tete fogem para a Zâmbia.

20 NOV O Centro Cultural dos EUA em Lisboa é um dos alvos de bombas colocadas pela ARA (Ação Revolucionária Armada), braço armado do PCP criado no mês anterior.

22 NOV Portugal lança a *Operação Mar Verde*; trata-se de um ataque a Conacri, capital da República da Guiné, com o apoio de oposicionistas deste país, com vista a derrubar o regime de Sekou Touré (que dá apoio logístico às guerrilhas do PAIGC), destruir os caças

contram-se na ilha Terceira, Açores, estando Marcelo Caetano presente como anfitrião.

1972

19 JAN Congressistas americanos reúnem-se em Lusaca, Zâmbia, com líderes dos movimentos de libertação africanos.

6 JAN Aviões sul-africanos lançam desfolhantes no Norte de Moçambique.

12 ABR Silva Pais, diretor da DGS (ex-PIDE), preside em Moçambique a uma reunião dos serviços secretos portugueses e rodesianos.

14 ABR Um avião português é abatido pela defesa antiaérea da Tanzânia.

18 MAI Spínola encontra-se secretamente em Cap Skirring, Senegal, com o presidente Senghor, para explorar a possibilidade de uma mediação entre

16 JUL Marcelo Caetano inicia uma já programada visita oficial a Inglaterra, onde é recebido com manifestações de protesto.

21 AGO Reúnem-se clandestinamente em Bissau dezenas de oficiais portugueses descontentes com o Decreto-Lei 353/73 e com a forma como o Governo conduz o «problema ultramarino»; é o primeiro passo do futuro MFA, que no ano seguinte derrubará o regime

24 SET Três dias depois de Bethencourt Rodrigues substituir Spínola no comando da Guiné Portuguesa, este território proclama unilateralmente a independência, com o nome de República da Guiné-Bissau; cerca de 50 países reconhecem o novo Estado.

SET O presidente **Kenneth Kaunda**, da Zâmbia, país «refém» dos portos moçambicanos, apresenta



1971



MiG guineenses, afundar as lanchas rápidas oferecidas pela URSS ao **PAIGC**, libertar os prisioneiros de guerra portugueses, atacar o quartel-general do PAIGC e prender Amílcar Cabral. O raide, concebido e comandado pelo capitão-tenente Alpoim Calvão com o apoio do governador e comandante da Guiné Portuguesa general Spínola e a cobertura de Marcelo Caetano na condição de os portugueses não deixarem vestígios no terreno, só obtém sucesso quanto à libertação dos prisioneiros e à danificação das lanchas.

1971

13 FEV Bissau é sobrevoada por dois aviões MiG, de fabrico soviético.

4 MAR Dois engenheiros franceses acompanham os helicópteros Puma na sua entrada em serviço em Angola.

3-4 JUN A reunião ministerial da NATO realiza-se em Lisboa, o que fortalece o Governo português e gera críticas da OUA.

3 SET O chefe dos serviços secretos rodesianos, Ken Flower, desloca-se a Lisboa para apresentar queixas contra Kaúlza de Arriaga, cuja condução da guerra é criticada.

13 DEZ Os presidentes dos EUA e da França (Richard Nixon e Georges Pompidou) en-

Portugal e o PAIGC; Caetano manda interromper as conversações.

27 MAI O *Le Monde* noticia planos de Jorge Jardim para a constituição em Moçambique de um governo semelhante ao do Malawi.

16 DEZ Forças portuguesas em Moçambique massacram civis na aldeia de Wiriyamu.

1973

20 JAN Amílcar Cabral é assassinado, em Conacri, por elementos do próprio PAIGC, em circunstâncias não totalmente esclarecidas.

25 MAR O PAIGC começa a utilizar mísseis terra-ar Strela, fornecidos pela URSS, contra aviões portugueses; é abatido um FIAT G-91.

10 JUL O massacre de Wiriyamu é denunciado no jornal *The Times*, de Londres, num artigo assinado pelo padre **Adrian Hastings**; o texto tem grande impacto; no dia seguinte, o Governo português desmente o massacre, mas ninguém leva a sério o desmentido.



13 JUL O Decreto-Lei 353/73 permite a passagem de oficiais milicianos aos quadros permanentes das Forças Armadas, pela frequência de um curso rápido.

1974

o «Programa de Lusaca», uma proposta de negociações entre Portugal e a Frelimo com vista a uma independência multirracial de Moçambique; tem o apoio do presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, ligado à China e a quem interessa travar o avanço soviético em África. Seria Jorge Jardim a fazer a ligação com Portugal; Marcelo Caetano rejeita o plano.

1974

14 JAN Caetano recusa um encontro com Senghor para discutir a Guiné. O mentor dos encontros, **Spínola**, é agora vice-CEMGFA.

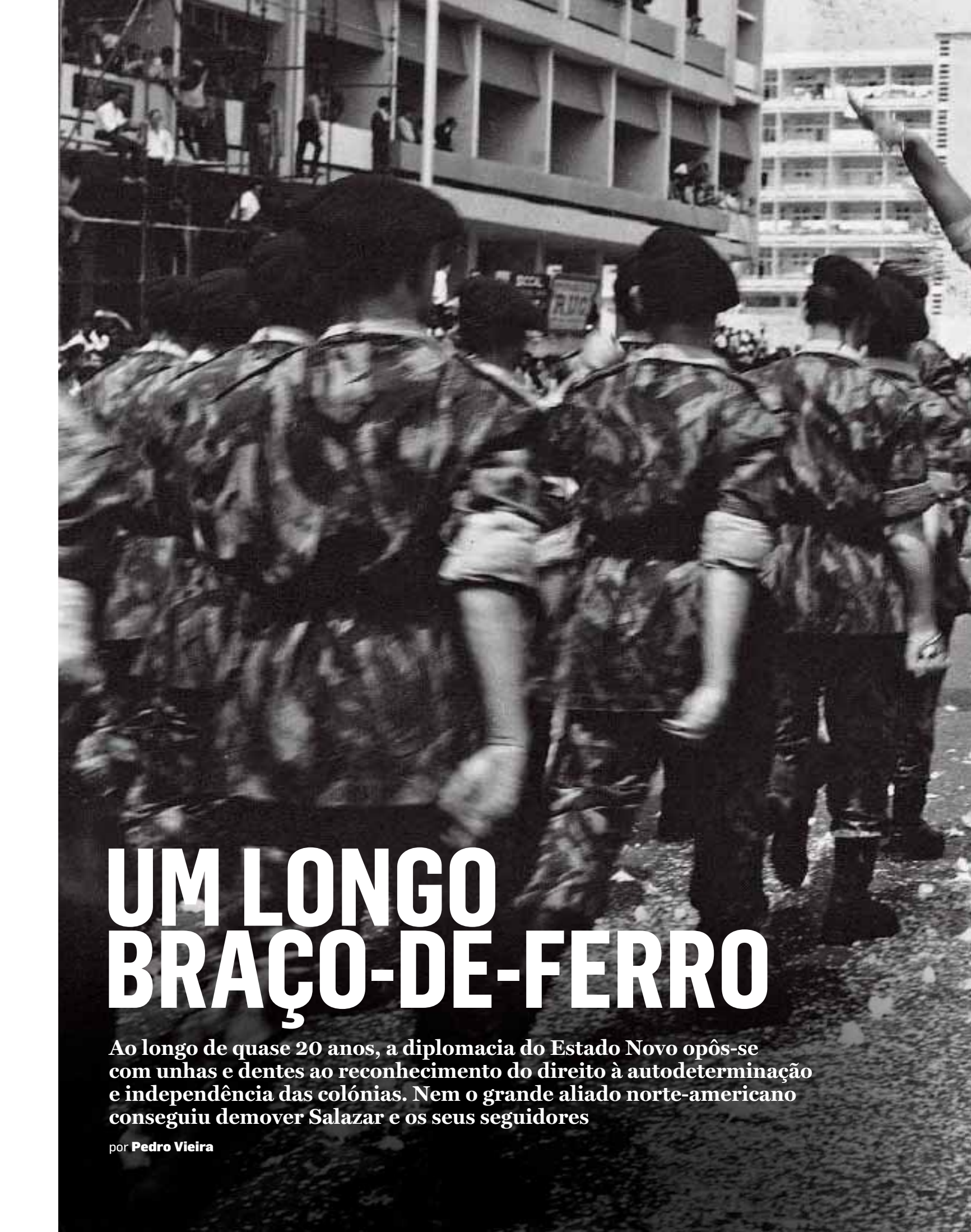


22 JAN Jardim admite um golpe de Estado para aplicar o Programa de Lusaca.

26-27 MAR Num encontro secreto apadrinhado pela Inglaterra e a Nigéria, o diplomata J. Manuel Villas-Boas, mandatado por Caetano, avista-se em Londres com uma delegação do PAIGC, abrindo a porta a negociações.

25 ABR O MFA derruba o regime ditatorial português. Seguir-se-ão, no ano seguinte, as independências das colónias africanas. O novo Portugal renega as antigas alianças e coopera com os PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa). **III**

Luís Almeida Martins



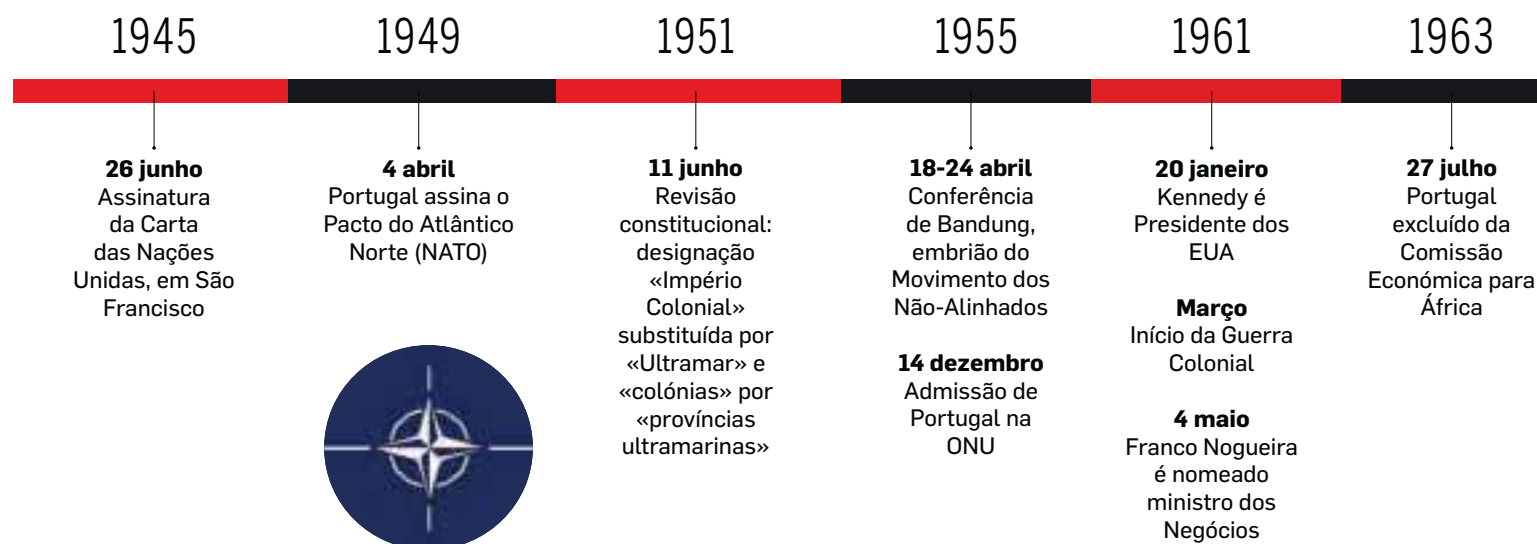
UM LONGO BRAÇO-DE-FERRO

Ao longo de quase 20 anos, a diplomacia do Estado Novo opôs-se com unhas e dentes ao reconhecimento do direito à autodeterminação e independência das colónias. Nem o grande aliado norte-americano conseguiu demover Salazar e os seus seguidores

por **Pedro Vieira**

Avenida Marginal de Luanda
Portuguesas residentes
em Angola saúdam tropas
acabadas de desembarcar,
em 1962





Dos 111 artigos da Carta das Nações Unidas, há um que mais cedo ou mais tarde iria abalar os alicerces do império colonial português. Bem avisados, os dirigentes de Lisboa tratam de urdir uma armadura política e jurídica para enfrentar as nuvens negras que se acumulam no horizonte. O primeiro passo é a revisão constitucional de 1951, que revoga o Ato Colonial de 1933 e faz uma atualização terminológica: o «Império Colonial» passa a «Ultramar» e as «colónias» dão lugar às «províncias ultramarinas».

Portugal só é admitido na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1955, dez anos após a sua criação. Tal como outros Estados, serve de moeda de troca entre Washington e Moscovo. Por irónica coincidência, os ventos da descolonização começam a soprar de forma crescente e aumenta a cadência de notícias do nascimento de novos Estados independentes, alterando a paisagem internacional. Em 1960 são admitidos na ONU 15 novos países africanos.

Em 1955, a Conferência de Bandung dá voz à ânsia de libertação dos povos e está na origem do Movimento dos Não-Alinhados, através do qual o Terceiro

Mundo procura afirmar a autonomia em relação às duas superpotências - EUA e URSS. Aquando da criação da ONU, um terço da população mundial vive em territórios administrados por potências coloniais.

Portugal vai fazendo de conta de que não é nada consigo, embora desde o início da década de 1950 se faça sentir a crescente pressão de Nova Deli sobre o chamado Estado da Índia (Goa, Damão e Diu, e os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli).

Em 24 de fevereiro de 1956, uma pergunta dirigida pela ONU aos governos dos novos países da organização obriga Portugal a sair da sua dormência. O secretário-geral, o sueco Dag Hammarskjöld, seguindo uma prática consagrada, pergunta a Portugal «se administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73º da Carta». A missiva fica a aboborar nas secretarias de Salazar, chefe do Governo, e de Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros. A resposta, oito meses depois, a 6 de novembro, é inofensiva nos termos mas decisiva para as cenas dos próximos capítulos: «Portugal não administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73.º da Carta.»

Em nenhum ponto o artigo 73º alude a autodeterminação dos povos colonizados, mas nele aponta-se claramente para a sua independência. O grande busílis para Portugal reside na obrigação inscrita na alínea e: «Transmitir regularmente ao secretário-geral (...) informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, so- ➤

Uma carta dirigida pela ONU ao Governo de Salazar acerca dos territórios sob administração portuguesa ficou oito meses sem obter resposta

1964

2-5 dezembro
Papa
Paulo VI visita
a Índia

1965

4 outubro
Paulo VI
discursa
na ONU,
em Nova
Iorque

1968

27 setembro
Marcelo
Caetano
assume chefia
do Governo



1969

20 janeiro
Investidura
de Richard Nixon
como Presidente
dos EUA

6 outubro
Franco Nogueira
demite-se
de ministro
dos Negócios
Estrangeiros

1970

29 junho
Audiência
de Paulo VI
a Amílcar
Cabral,
Marcelino
dos Santos e
Agostinho Neto

1972

1-4 fevereiro
Sessão
do Conselho
de Segurança
em Adis-Abeba

Abril
Missão da ONU
visita áreas
«libertadas»
da Guiné-Bissau

1973

20 janeiro
Assassínio
de Amílcar
Cabral

2 novembro
Assembleia
Geral da ONU
reconhece
independência
da Guiné-Bissau,
proclamada em
24 de setembro



Beija-mão Uma delegação de cabo-verdianos residentes no Senegal visitou Salazar durante uma passagem por Lisboa, maio de 1963

Guerra em Angola Cena de combate e (à direita) embarque, em Lisboa, de um contingente de tropas no navio *uíge*

- ciais e educacionais dos territórios pelos quais são respetivamente responsáveis.»

Ao recusar rever-se no artigo 73º, segundo o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Alberto Franco Nogueira, Salazar diz à ONU que «as províncias ultramarinas portuguesas não têm vocação para a independência separada»; que «o governo português se arroga o exclusivo de interpretar e aplicar a sua ordem constitucional e que neste domínio não admite interferências alheias»; e que «Portugal não submeterá a sua administração ultramarina a qualquer sistema de censura internacional e que, portanto, não transmitirá quaisquer informações à comunidade dos países».

Esta posição conduz a um prolongado braço-de-ferro de Portugal com a ONU, percorrendo uma via-sacra de resoluções da Assembleia Geral (AG) e do Conselho de Segurança (CS), que só terminará com a revolução de 25 de Abril de 1974.

Adriano Moreira e o seu amigo Mondlane

Em 1959, André Gonçalves Pereira, membro da delegação portuguesa na ONU, antecipa que «nas próximas sessões o ataque à posição de Portugal continue, e que, à medida que como consequência da descolonização sejam admitidos na organização novos Estados de tendência anticolonial, a maioria de que Portugal quase por milagre tem podido dispor seja consideravelmente, e talvez mesmo irreparavelmente, enfraquecida».

A previsão do professor da Faculdade de Direito de Lisboa não tardaria a confirmar-se. Em 14 de dezembro de 1960, a AG da ONU aprova, com a abstenção dos EUA e do Reino Unido, a Declaração sobre a Concessão de Independência aos



Países e Povos Coloniais, à qual se anexa uma declaração com a lista de províncias ultramarinas portuguesas que caem sob a definição de «territórios não-autónomos».

O final de 1960 traz outras «derrotas» para Salazar: a eleição no Brasil e nos EUA de presidentes anticolonialistas, Jânio Quadros e John Kennedy.

A investitura de Kennedy, a 20 de janeiro de 1961, marca o início de uma ofensiva diplomática de Washington sobre Portugal para convencer Salazar a mudar de política em relação aos territórios ultramarinos, abrindo portas a um período de transição até à independência. A eclosão da guerra em Angola na data simbólica de 4 de fevereiro desse ano reforça o empenho do novo Presidente dos EUA, que enquanto senador, já estava em contacto com Holden Roberto, líder da UPA, depois FNLA.

Quando, em fevereiro de 1961, é agendada uma resolução sobre Angola no CS da ONU, o embaixador norte-americano

em Lisboa, Charles Burke Elbrick, recebe instruções para comunicar ao Governo português que não deveria contar com o apoio americano, em nome do «dever de manifestar francamente a sua convicção» e como forma de evitar «revoltas cada vez mais violentas no futuro». Após aceso debate entre 10 e 15 de março, a resolução foi rejeitada. No entanto, EUA e URSS juntaram-se nos votos a favor.

No plano interno, há movimentações político-militares, encabeçadas pelo general Botelho Moniz, ministro da Defesa, para mudar a política ultramarina, liberalizar o regime e, eventualmente, substituir Salazar. Essas movimentações são seguidas e encorajadas pelos EUA através do embaixador Elbrick, com o qual Moniz tem encontros frequentes. Fica tudo sem efeito quando, em 13 de abril, é anunciada a demissão dos ministros da Defesa, do Exército e do Ultramar. À noite Salazar anuncia que assume a pasta da Defesa. Explicação: Angola.



AHM



ANT

No Ministério do Ultramar, sai o contra-almirante Vasco Lopes Alves, doente, e entra Adriano Moreira, já subsecretário de Estado da Administração Ultramarina; era diretor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU) e tinha experiência diplomática como membro da delegação portuguesa na ONU. Aliás, diz, «tinha um amigo que era o Eduardo Mondlane [1920-1969, primeiro presidente da Frelimo, fundada em 1962], que eu conhecia das Nações Unidas, que me mantinha a par da evolução».

Para dourar a pílula da política ultramarina falta a abolição do Estatuto dos Indígenas. Será Adriano Moreira a tomar essa medida, em 6 de setembro, generalizando assim a cidadania portuguesa.

Após o xeque-mate ao golpe Bote lho Moniz, Salazar sente-se encorajado no confronto com a administração Kennedy, criticando-a num discurso a 30 de junho de 1961, sem no entanto

mentonar o nome do inquilino da Casa Branca. Em 15 de julho, Elbrick entrega um memorando a Salazar no qual apela à aceleração de reformas nos territórios ultramarinos e regista a «preocupação» que esse discurso suscita em Washington. Antes já tinha entregado um protesto contra os seus termos. É um diálogo de surdos. Kennedy refugia-se no humor. À evocação dos 400 anos de presença de Portugal em África, contrapõe «o se-

O embaixador dos EUA em Lisboa entregou a Salazar um memorando apelando para reformas nos territórios ultramarinos

gundo plano de 500 anos de Portugal para África».

A atitude dos EUA a espelha-se em sucessivas votações na ONU, que entretanto instituiu um subcomité de cinco membros para analisar a situação em Angola. O presidente desse comité, embaixador Carlos Salamanca, da Bolívia, avista-se em julho de 1961 com Salazar, em Lisboa. No entanto, não é autorizado a visitar Angola. Em 19 de dezembro, a AG cria um Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal (Comité dos Sete), que pode receber petições orais e escritas e tem por missão avaliar o cumprimento por Portugal das obrigações decorrentes da Carta da ONU.

Em 18 de dezembro tropas indianas ocupam Goa, Damão e Diu, dando azo, pela sua inação, a mais um motivo de ressentimento de Portugal em relação à ONU e aos aliados tradicionais do País.

Os anos de 1962 e, sobretudo, de 1963, são de intensa atividade diplomática, ►

Franco Nogueira

O ANTIDIPLOMATA

«Organismo decadente e impotente.» Foi assim que Franco Nogueira classificou a ONU quando, no outono de 1969, se demitiu de ministro dos Negócios Estrangeiros, após as legislativas em que seria eleito deputado independente nas listas da União Nacional.

Ao longo de 14 anos, primeiro como funcionário diplomático e depois como ministro, Franco Nogueira fez parte da delegação portuguesa às Assembleias Gerais da ONU, onde foi o grande arauto do «Portugal pluricontinental» e «unitário», pedra angular da política ultramarina de Salazar. Antieuropéista e receoso dos ventos de Espanha, ali se bateu com a profunda convicção de que a perda do Ultramar tornaria Portugal um país irrelevante e até poria em risco a sua independência.

A sua reconversão em político não surpreendeu José Calvet de Magalhães, colega de universidade e de concurso. Entraram ambos no mesmo dia no Ministério, em 1941. «Franco Nogueira não tinha um perfil diplomático. Gostava de discutir conflituosamente. A própria maneira de ser dele, até a física, levou Sampaio [Teixeira de Sampaio, secretário-geral do MNE] a considerá-lo

como pouco próprio para as funções diplomáticas», contou o embaixador Calvet de Magalhães a Álvaro de Vasconcelos em conversa para um livro publicado em 2005. Na altura havia o quadro diplomático e o consular, e era no consular que Sampaio queria que ele entrasse. Mas Nogueira fez finca-pé e ingressou no diplomático. «Um diplomata é um negociador, e um negociador é um indivíduo que está preparado para o compromisso, os arranjos. Franco Nogueira não tinha mentalidade de diplomata. Ele era uma pessoa pouco dada a isso.»

Calvet de Magalhães pega numa citação de Franco Nogueira para ilustrar a sua visão de política externa: «Política externa é impor a terceiros a realidade nacional e defendê-la.»

Impor? Calvet de Magalhães contrapõe:

«Política externa é procurar conjugar os interesses nacionais com os interesses dos nossos parceiros internacionais.»

E traça assim o perfil político do seu colega: «Franco Nogueira era um homem com pouca imaginação. Um dia foi levado para a política e bebeu as ideias de Salazar, sem qualquer espírito crítico.»

E noutro ponto: «A política era de Salazar. Franco Nogueira defendia-a com particular



► tanto na ONU, como no plano bilateral, sobretudo com os EUA. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, no cargo desde 4 de maio de 1961, multiplica os encontros com o secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk.

O isolamento internacional de Portugal é crescente, de tal modo que, por vezes surge a hipótese de expulsão da ONU. Defendem-na, por exemplo, a URSS e o Senegal.

Favorecido indiretamente pelo caos que se segue à independência do Congo ex-Belga, o ministro dos Negócios Estrangeiros faz um discurso de fundo na AG de 1962 sobre a posição de Portugal no mundo. O jogo das cadeiras vazias torna-se frequente em sinal de protesto. Ora é o delegado português ora são dele-

gados africanos a abandonar o hemiciclo. Em todo o caso, em viagem de fim de curso de Direito a Nova Iorque, Jorge Sampaio testemunha o brilhantismo de Franco Nogueira na defesa da política colonial e o à-vontade das conversas de corredor com representantes africanos.

Especial significado assume a resolução do CS de 31 de julho de 1963, pela qual, entre outros pontos, se rejeita o conceito constitucional de «províncias ultramarinas».

Confronto Salazar-Kennedy

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se reitera a condenação internacional de Portugal intensifica-se o diálogo na ONU e com a administração Kennedy. Aliás, ao longo de três anos, Franco Nogueira

avista-se quatro vezes com John Kennedy na Casa Branca, a última das quais em 7 de novembro de 1963, tendo sido o último MNE estrangeiro a ser recebido pelo Presidente dos EUA antes do seu assassinio, a 22 desse mês, em Dallas.

Uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, de 1963, rejeitou o conceito constitucional de «províncias ultramarinas»

Na Casa Branca

Com John Kennedy, em plena crise dos mísseis de Cuba



vigor. O seu estilo era combativo. Salazar era mais sereno e doutrinário nas suas afirmações políticas. Nos contactos com estadistas estrangeiros expunha serenamente as suas ideias. Franco Nogueira invetivava-os. Havia uma diferença de estilo.»

Numa reunião da NATO, exemplifica Calvet de Magalhães, foi traído pelo seu estilo aguerrido: «Façam confiança em nós sobre questões de África.» Então, acrescenta, «Lord Home, com aquele ar muito inglês, disse o seguinte: *'We know something also about Africa'*» («Também sabemos qualquer coisa acerca de África»).

Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira nasceu em Vila Franca de Xira em 1918 e faleceu em Lisboa em 1993. O pai era juiz e o avô advogado. Passou parte da juventude nos Açores mas concluiu o secundário no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, em cuja universidade se licenciou em Direito. Conviveu com escritores e intelectuais de esquerda como Joel Serrão, José Fernandes Fafe, Carlos de Oliveira, Mário Dionísio e Fernando Piteira Santos. Fez crítica literária entre 1943 e 1953. Os seus textos foram reunidos em livro. «Nada há no *Jornal de Crítica Literária* que aparente o autor ao regime salazarista», observa

Manuel de Lucena num artigo biográfico. Franco Nogueira é 2.º secretário na embaixada de Tóquio de 1946 a 1950, um posto privilegiado de observação do mundo do pós-guerra. Em 1947 casa-se com Vera Machado Duarte Wang, filha de mãe portuguesa e de um diplomata chinês que representou em Lisboa o regime de Chang Kai-Chek.

Em 1955 é cônsul em Londres, função que acumula com várias missões. Em 1958 é adjunto do diretor-geral dos Negócios Políticos, passando a diretor-geral em 1960. Em 4 de maio de 1961 ascende a ministro dos Negócios Estrangeiros. É Marcello Mathias que o recomenda a Salazar. Quando, em 1968, é ouvido por Américo Tomás sobre o sucessor de Salazar, desaconselha a designação de Marcelo Caetano. E só continua em funções por insistência de Tomás. Franco Nogueira era um dos candidatos à sucessão e o preferido da ala mais à direita do regime.

Anos após o 25 de Abril, comentou semanalmente na RTP a atualidade política em parceria com Miguel Urbano Rodrigues, jornalista e escritor do Partido Comunista Português. Entre 1977 e 1985 publicou *Salazar*, uma extensa biografia em seis volumes. **P.V.**

Em 25 de maio de 1963, na conferência constitutiva da Organização de Unidade Africana (OUA), em Adis-Abeba, decide-se o corte de relações diplomáticas com Lisboa. O que não impede que, cinco meses depois, Franco Nogueira converse longamente em Nova Iorque com o secretário-geral da OUA, o guineense Diallo Telli, executado em 1977 pelo regime de Sékou Touré. Poucos dias antes abrem-se as conversações luso-africanas na sede da ONU.

A aceitação de conversações por parte de Portugal é o resultado possível da visita de três dias, em setembro de 1963, do nigeriano Godfrey Anachree, secretário-geral adjunto da ONU, a Lisboa, onde mantém encontros com Nogueira e foi mesmo recebido por Salazar. O convite

fora dirigido ao secretário-geral, mas U Thant optou por enviar um representante especial.

Quatro dias antes, a 7, Salazar recebera George Ball, subsecretário de Estado dos EUA. No relato do *Diário de Lisboa* do mesmo dia lê-se que, após uma reunião de uma hora e 20 minutos, «o interlocutor de Salazar se mostrava muito circunspecto». Logo no dia seguinte, Ball entrega a Kennedy um relatório da sua viagem. Salazar preparara-se para a ofensiva diplomática com um discurso proferido na noite de 12 de agosto, no qual definira a política ultramarina e que começava com a frase «vamos a ver se nos entendemos».

As conversações, tanto na ONU como com os EUA, acabam por fracassar, pas-

sando-se a uma espécie de guerra de trincheiras, com imobilidade de posições. Sob as administrações Johnson e Nixon, Washington assume uma atitude menos hostil e, por vezes, até coopera com Portugal. Aliás, essa atitude já se vinha manifestando com Kennedy, preocupado com a renegociação do acordo sobre a base dos Açores, vital para os EUA e a NATO. O contacto com Holden Roberto foi mesmo interrompido. Sem esquecer o papel da Manning, Selva & Lee, uma firma de relações públicas contratada pelo Governo português.

Em Nova Iorque as condenações de Portugal tornam-se uma rotina sem consequências, dando uma imagem de impotência da ONU. Os países vizinhos de Angola e de Moçambique, ➤

- incluindo a Zâmbia, precisam dos portos de Lobito, Beira e Lourenço Marques para aceder ao mar. O crescimento económico de Moçambique e, sobretudo, de Angola, constitui um argumento a favor de Portugal. «Seria um erro expulsar os portugueses de Angola. Portugal não esquecerá o trágico exemplo do Congo e é evidente o seu empenho em melhorar as condições naquele seu território», diz o senador Allen Ellender, em setembro de 1963, no Senado, em Washington, onde apresenta um filme a cores sobre a sua recente visita a Angola e Moçambique.

Em 30 de setembro de 1963, numa das suas habituais conferências de Imprensa, Franco Nogueira pôde mesmo ostentar os pergaminhos éticos da política ultramarina: «Não podemos eximir-nos a sublinhar que Portugal é o autor da noção de multirracismo.»

Ainda com Kennedy, no fim desse mês de setembro chega a Lisboa o novo embaixador norte-americano, o almirante George Anderson, um amigo de Portugal, com a função de avaliar «até onde os EUA poderiam ir nas futuras negociações sem perderem os Açores». Não perderam. No entanto, a concessão havia terminado em 31 de dezembro de 1961 sem ser renovada, passando a operar num enquadramento precário. No regresso de uma visita às «províncias ultramarinas» portuguesas no início de 1964, Anderson, depois de um encontro na residência de São Bento, comunica para Washington: «Lamento ter de informar que Salazar continuou a opor-se de forma intransigente a qualquer declaração sobre autodeterminação.»

Em 1965 é apresentado o «Plano Anderson», nos termos do qual Portugal negociaria em posição de força um plano calendarizado até à autodeterminação, a troco de suspensão de atividades por parte dos nacionalistas africanos. Apesar do interesse inicial manifestado por Franco Nogueira – «tomou notas, o que



ANTT

Apoio à política ultramarina de Salazar Uma das manifestações organizadas pelo regime, esta em agosto de 1963



ANTT

Marcelo Caetano e Franco Nogueira O novo chefe do Governo e o velho chefe da diplomacia, em 1 de outubro de 1968



nunca fizera antes», observa Anderson – o plano teve o destino de outras tentativas.

No mesmo ano Salazar afirma que «a defesa militar é o único meio de chegar à solução política que no fundo é a ordem nos territórios e o progresso pacífico das populações».

ONU reconhece Guiné-Bissau

Com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, em setembro de 1968, a ONU modera o tom, na expectativa de uma evolução da posição portuguesa. Mas logo se desengana e regressa à rotina das condenações, com Rui Patrício como ministro dos Negócios Estrangeiros a partir de janeiro de 1970.

Vindo de fora da ONU, é de assinalar o lançamento do Manifesto de Lusaca, aprovado por 14 países africanos em 16 de abril de 1969, na capital da Zâmbia. «Nenhum decreto do ditador português, nenhuma lei votada por um parlamento em Portugal, podem fazer da África uma parte da Europa. Somente a vontade livremente expressa pelo povo de uma parte da África poderia torná-lo elemento constitutivo de uma união integrando um Estado europeu. Tal vontade popular

nunca se manifestou nas colónias portuguesas», afirma-se ali.

No final de julho de 1970, Paulo VI volta a indignar as autoridades portuguesas. Depois da presença no Congresso Eucarístico de Bombaim (Índia) em 1964 e do discurso na ONU sobre a paz em 1965, em 1970 recebe em audiência dirigentes dos movimentos de libertação da Guiné, Moçambique e Angola (Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto).

Mesmo com a NATO dividida, Portugal continua a contar com a ajuda militar de alguns dos seus principais

países: EUA, Reino Unido e Alemanha e, ainda, da França.

Aprovada pelo CS no início de fevereiro de 1972, numa sessão em Adis-Abeba, a primeira no continente africano, uma missão especial da ONU efetua uma visita às «áreas libertadas» da Guiné-Bissau. A 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral, líder do PAIGC, é assassinado em Conacri. Tal, porém, não impede a proclamação da independência, a 24 de setembro desse ano, e o seu reconhecimento pela ONU, em 2 de novembro.

O cerco a Portugal aperta-se cada vez mais, de tal modo que em 17 de dezembro de 1973, ao aprovar os poderes da delegação de Portugal, a AG restringe-os ao País «tal como ele existe no interior das suas fronteiras na Europa», excluindo «os territórios sob domínio português».

Os massacres de Wiriyaçu são mais uma acha para a fogueira do desprestígio internacional de Portugal, num registo que só termina em 5 de março de 1974: «A Comissão dos Direitos Humanos da ONU condena a África do Sul, Rodésia e Portugal, pela não observância das resoluções sobre autodeterminação e Direitos Humanos na África Austral.»

Faltam 40 dias para o 25 de Abril. ■

Mesmo com a NATO dividida, Portugal continuou a contar com a ajuda dos Estados Unidos da América, do Reino Unido, da Alemanha e, ainda, da França

Orgulhosamente bem acompanhados

Ao contrário do que Salazar proclamou, Portugal nunca esteve completamente isolado durante os 13 anos da Guerra Colonial. Foi o armamento fornecido pela França e pela Alemanha que permitiu combater

por **Francisco Galope**

As tensões entre Lisboa, por um lado, e Washington e Londres, por outro, começaram a desenhar-se logo na segunda metade da década de 1950. Os países que haviam recentemente conquistado a independência e o Movimento dos Não-Alinhados exerciam, na ONU, uma forte pressão anticolonialista sobre as grandes potências. Estas cediam. Os Estados Unidos não estavam interessados em fazer resvalar o apoio dos novos Estados soberanos para o campo soviético, que apoiava os processos de descolonização. E o Reino Unido não queria desbaratar o seu capital de influência junto das suas antigas colónias recém-independentes.

O isolamento português na arena internacional intensificou-se com a eclosão da Guerra Colonial, em 1961. Salazar suspendeu os compromissos no âmbito da NATO, canalizando para as colónias os recursos militares fornecidos pelos aliados e que haviam sido afetos à defesa da Europa para a eventualidade de um conflito com o bloco soviético. Perante isso, os EUA exigiram o regresso à metrópole do material de guerra cedido a Portugal no âmbito da Aliança Atlântica e cessaram então toda a assistência militar. Em Lisboa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, respondeu que não retiraria o material de África e que possuía fontes al-

ternativas para o fornecimento de armas. Apesar da hostilização internacional e do embargo de armamento decretado pela ONU, essas «fontes alternativas» já funcionavam em pleno quando Salazar criou, em 1965, o mito de um isolamento completo na esfera internacional ao proclamar que os portugueses estariam a combater em África «sem espetáculos e alianças, orgulhosamente sós».

A verdade é que o regime encontrara, na República Federal da Alemanha (RFA, a parte ocidental da Alemanha dividida) e em França, instrumentos não só capazes de mitigar o isolamento, como de manter, durante 13 anos, uma guerra em três teatros de operações a milhares de quilómetros de distância. Os trabalhos dos historiadores portugueses António José Telo e Daniel Marcos, bem como o do alemão Bastian Hallbauer, concluem mesmo que sem esses apoios não teria sido possível ao regime salazarista aguentar durante quase década e meia um conflito que estaria – nas palavras de Telo – «muito acima da sua força aparente».

As relações com o eixo Paris-Bona (então a capital da RFA) desenvolvem-se a partir do final da década de 1950 tendo como pano de fundo as crescentes dificuldades de obtenção de equipamento junto dos EUA e de Inglaterra e o facto de as chefias militares portuguesas terem



aconselhado o regime a reequacionar o conceito estratégico e a reequipar as Forças Armadas, preparando-as para uma eventual «guerra subversiva» em África.

Se em relação a França havia por trás uma histórica aproximação cultural e política, além do facto de, por essa altura, ser também uma potência colonial em África, já a travar uma guerra independentista na Argélia, a abordagem alemã teve origem numa atitude mais pragmática.

Bona via em Portugal um parceiro estratégico da NATO, um local onde poderia criar bases de retaguarda e uma plataforma de abastecimento das suas tropas com munições, no caso de um conflito armado com o bloco soviético. Por outro lado, em pleno «milagre económico», a indústria militar alemã precisava de escoar a sua produção.

A atitude alemã foi, no entanto, mais ambivalente do que a francesa. Pelo menos durante uma fase inicial, Paris apoiou a política portuguesa em África. Já a Alemanha limitou-se a cooperar na área económica e remetendo a cooperação



Helicóptero Alouette A França, sobretudo no tempo de De Gaulle, foi um dos grandes fornecedores de material de guerra a Portugal

militar para o âmbito da Aliança Atlântica, sem se comprometer com a política ultramarina de Lisboa. A explicação está no facto de que Bona carecia, na ONU, do suporte dos países recém-independentes, nomeadamente dos africanos, para que não reconhecessem a República Democrática Alemã (RDA), a sua rival pró-soviética, na disputa pelo estatuto de legítima representante do povo alemão.

Alemanha, o principal apoio

Ainda assim, a RFA foi o principal apoio da ditadura portuguesa, durante toda a guerra, quer no plano económico quer no militar. Data, assim, de 1959 a primeira encomenda de material bélico da RFA a Portugal (a produção de 120 milhões de munições de calibre 7,62 mm e 450 mil granadas de obus de 105 mm), o que representou um passo decisivo na modernização da indústria militar portuguesa.

Este acordo foi intermediado por uma empresa privada portuguesa, a Norte Importadora, de José Joaquim Morais Zoio (*ver caixa*) e pelo seu delegado na Alema-

nha, o obscuro Aloys Brandenstein, que reclamava ter relações familiares com o ministro da Defesa alemão, Franz Josef Strauss, e que representou o Estado português junto das autoridades germânicas. Aliás, segundo a própria empresa, num ofício de 1966 guardado no Arquivo da Defesa Nacional, em Paço de Arcos, essas negociações terão sido «a origem das operações atuais que atingem verbas de extraordinária relevância internacional», tendo contribuído para o estreitamento das relações luso-alemãs.

Em 1960, com a visita a Lisboa de Strauss, os acordos vão mais longe e no

A RFA foi o principal apoio da ditadura portuguesa, durante toda a guerra, quer no plano económico quer no militar

sentido de a Alemanha criar em Portugal bases militares e logísticas de retaguarda para a eventualidade de uma guerra entre a NATO e o Pacto de Varsóvia. O destaque vai para a base de Beja, que tem como principal contrapartida alemã o fornecimento de aviões e facilidades de aquisição de armamento.

Armas alemãs 'made in Portugal'

A necessidade de uma espingarda automática de base para as Forças Armadas revelou-se logo com os primeiros acontecimentos em Angola (março de 1961). Os ataques em massa não podiam ser eficazmente contrariados com as velhas Mauser, espingardas de repetição adquiridas nas décadas de 1930 e 1940. As tropas portuguesas estavam em clara desvantagem, sobretudo tendo em conta que, na Guiné e em Moçambique, as guerrilhas independentistas dispuseram desde o início de armas automáticas – a Kalashnikov (AK-47), de origem soviética.

A espingarda automática foi uma prioridade máxima à qual a RFA acudiu de imediato, fornecendo 4 805 FN (de origem belga) e 2 825 G3 (de origem alemã), testadas «a quente» no teatro de operações. A escolha definitiva recairia sobre a G3, tendo sido fechado, ainda em 1961, um acordo com os alemães que previa o fabrico em Portugal dessas armas, com assistência pelos alemães à produção. Para acorrer às necessidades, até que as primeiras G3 comesçassem a sair, no ano seguinte, da Fábrica do Braço de Prata, os alemães «emprestaram» 15 mil FN a Portugal. Em 1965, as Forças Armadas já dispunham de 140 mil unidades produzidas em Portugal. ➤

NORTE IMPORTADORA

O fornecimento de armas às Forças Armadas (FA) durante a guerra fez-se também através de atores informais. Um caso exemplar, que mereceria uma investigação histórica aprofundada, é o relacionamento do regime com a empresa Norte Importadora, que tinha José Joaquim Morais Zoio, conde de Pavullo, como sócio-gerente

Envolvida, pelo menos desde meados da década de 1950, em negócios com as FA, A Norte Importadora foi intermediária do primeiro acordo com a Alemanha Ocidental. E, apesar das quezílias constantes com o Ministério da Defesa, esteve presente quando era preciso fornecer armas «sem papéis». Aconteceu, por exemplo, durante a crise do Congo, com o fornecimento de armas por Portugal aos rebeldes do Catanga (ver texto nesta edição). Zoio reclamou inclusivamente, no jornal *Diário Popular*, ter distribuído, imediatamente a seguir aos acontecimentos de março de 1961, em Angola, a «civis brancos, polícia e exército» 2 mil espingardas de calibre 7,92 mm (possivelmente Mauser) e 400 mil munições para as mesmas, mil pistolas-metralhadoras (pm) Sterling, 2 mil pm Luigi Franchi, ambas de 9 mm, bem como um milhão de munições do mesmo calibre. Com escritórios em mais de uma dezena de capitais, mantinha também contactos com o bloco soviético. O que lhe permitiu transacionar, a pedido do Governo de Lisboa, as armas utilizadas na *Operação Mar Verde*, uma incursão clandestina portuguesa na Guiné Conacri, em 1970 (ver texto nesta edição).

Para tal, Zoio deslocou-se à Bulgária, onde adquiriu as Kalashnikov AK-47 metralhadoras ligeiras Degtyarev e lança-foguetes RPG-2 para a operação encoberta (e ilegal) dos fuzileiros. Todas produzidas segundo as especificações de Zoio: não podiam ter número de fabrico, identificação do fabricante ou do país de origem. As armas foram prontamente fornecidas, descarregadas no porto de Lisboa e enviadas para a Guiné.



Autometralhadora Panhard Os modelos EBR e ETT seriam mais tarde substituídos pelo AML, patente francesa de fabrico sul-africano

► Além da popular G3, Portugal passou a fabricar sob licença alemã outras armas essenciais – a pistola Walther P38, a metralhadora ligeira MG-42 e a metralhadora ligeira HK-21 (uma adaptação da G3).

Mas uma guerra nas densas matas africanas carece também de outro tipo de material, nomeadamente de meios aéreos. Assim, em 1962 celebra-se outro tratado luso-alemão: as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) passaram a fazer a manutenção e a reparação de aviões alemães, recebendo em troca tecnologia e *know how*. Como brinde, os alemães ofereceram condições vantajosas para a aquisição de aviões Dornier DO-27 e T-6 Harvard – aparelhos de treino que, depois de adaptados em África, se revelaram excelentes para ataques contra alvos terrestres. E ainda: 20 aviões de transporte Noratlas – desses, 12 adquiridos pela RFA a França; os restantes do *stock* alemão ocidental.

Interesses canadianos

O que nunca se chegou a concretizar foi a venda pelos alemães de 65 caças a jato F-86 Sabre, de fabrico canadiano. A ven-

da processar-se ia através de uma agência germânica, que por sua vez os venderia a uma empresa britânica. Seria a esta que o Governo português os adquiriria. Mas o Governo canadiano soube e opôs-se.

O historiador alemão Bastian Hallbauer faz uma revelação curiosa na sua tese de doutoramento: o responsável em Lisboa pelos Serviços Centrais de Ligação Alemães em Portugal, coronel Herbert Becker, comunicou em fevereiro de 1965 a Bona que a própria Canadair terá proposto ao Governo português, uns meses antes, a venda de aviões do mesmo tipo, só que a um preço superior ao dos caças alemães. Ou seja, há razões para crer que as objeções do Governo canadiano se deveram a uma questão de mera política comercial e não de condenação de uma guerra colonialista.

O bloqueio colocado pelo Canadá acabou por ser contornado com a oferta alemã de 40 aviões Fiat G-91, que o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, referiria posteriormente como sendo inteiramente novos e a um preço inferior ao acordado para os F-86 Sabre.



O MÍTICO CAMIÃO BERLIET-TRAMAGAL

A guerra colonial estava em curso em três frentes quando, em 1964, a Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF) ganhou um concurso para o fornecimento de 400 viaturas ao Exército português. Em associação com os franceses da Berliet, haveriam de ser construídos na fábrica do Tramagal, em Abrantes, 3 549 camiões. A maioria não regressou das linhas da frente – mas muitos

militares voltaram a casa graças a este gigante de aço. O que distinguia este camião de todos os outros nas campanhas africanas era a sua robustez. Chegadas aos teatros de operações, as Berliet eram “despidas” das armações e das lonas na caixa e as cabinas eram revestidas com sacos de areia, também colocados sobre os rodados, para aumentar o peso e absorver o impacto das minas. A morfologia do camião, com o eixo da frente adiantado em relação ao condutor, também contribuía para a redução de riscos, no caso de se pisar um engenho. «Houve outra inovação portuguesa, que consistia na introdução de água nos pneumáticos para criar massa e absorver a energia da explosão», lembra o coronel Carlos Matos Gomes, historiador que foi oficial dos Comandos em todas as frentes do conflito do Ultramar. «Era um salvo-conduto para certos sítios. Salvou muita gente», confirma o capitão de Abril Rui Rodrigues, no livro *MDF, Uma História em Constante Metamorfose* (Ed. Câmara de Abrantes). «Todos queriam andar na Berliet.» **P.F.**



A Marinha também beneficiou desta cooperação, recebendo oito navios de patrulha e seis corvetas. Destas últimas, três foram produzidas em Espanha sob orientação germânica.

Aeronaves e navios franceses

O mais tardar em 1958, Portugal e a França iniciaram um período de cooperação militar que havia de se manter intensa durante meia década. Nesse ano são adquiridos a França 78 autometralhadoras Panhard ETT e EBR, além de um lote de helicópteros Allouette II. Contudo, esse material revelou-se pouco apto num contexto de guerra de guerrilha em África.

A partir de 1960, a máquina bélica gaullesa dá um contributo forte à adaptação da Força Aérea Portuguesa ao teatro de operações africano, fornecendo aviões de transporte (Noratlas) e de ataque ao solo (T-6 Harvard), que chegam em 1961.

Nos dois anos seguintes, será a vez dos helicópteros Allouette III, dos camiões Berliet (que passam a ser produzidos também em Portugal) e das autometralhadoras AML Panhard.

Coincidindo sensivelmente com a des-

colonização da Argélia, a partir de 1962, os franceses fazem uma ligeira inflexão na sua política em relação a Portugal, de forma a escudarem-se das acusações internacionais de apoiar políticas colonialistas.

Mas isso não impediu que a França contribuísse decisivamente para a renovação da Marinha portuguesa através do fornecimento, em 1964, de quatro fragatas e quatro submarinos. Embora subtilmente, a negociação desse equipamento esteve ligada à concessão aos franceses

de facilidades para a instalação na ilha das Flores de uma base relacionada com o seu programa nuclear.

África do Sul, o último reduto

Com a ascensão ao poder do social-democrata Willy Brand na Alemanha (1966) e a queda, em França, de Charles de Gaulle – e, logo, a mudança de opções políticas em Paris e Bona –, a cooperação destes países com Portugal diminui muito, sem, no entanto, se tornar insignificante.

É neste contexto que o regime de Lisboa opera uma aproximação à África do Sul. Esta consubstanciar-se-á no fornecimento de material de guerra a Portugal, no planeamento de operações conjuntas em Angola e na aliança militar designada «Exercício Alcora» (*ver texto nesta edição*). Se tivermos em conta essa aliança operacional e material – entre outros, 60 aeronaves T-6 Harvard 33, viaturas blindadas AML Panhard, jipes – cedido a título gratuito, emprestado ou vendido com financiamento sul-africano, podemos afirmar que a África do Sul do *apartheid* era, em 1974, o principal apoio da ditadura portuguesa em África. **II**

Além da popular G3, Portugal passou a fabricar sob licença alemã a pistola Walther P38, a metralhadora ligeira MG-42 e a metralhadora ligeira HK-21

ARMAS MAIS USADAS

Da G3 e da sua rival Kalashnikov até à Panhard e à Chaimite, estes foram alguns dos principais equipamentos presentes nas guerras africanas das décadas de 1960 e 1970

ÍCONES DA GUERRA COLONIAL

Numa guerra, não são apenas homens que ficam frente a frente. O combate é de equipamento. A arma mais icónica do lado português foi a espingarda automática G3, de origem alemã, mas desde cedo fabricada em Portugal sob licença. Do lado das guerrilhas independentistas estava a Kalashnikov, ou AK 47, de origem soviética, fornecida por vários países do pacto de Varsóvia.



GEWEHR 3 (G3)

Tipo: Espingarda automática
Origem: Alemanha
Peso: 4,4 kg (descarregada)
Comprimento: 1026 mm
Calibre: 7.62 × 51 mm NATO
Cadência de tiro: 550 tiros por minuto
Velocidade de saída: 790 metros por segundo
Alcance efetivo: 400 m
Suprimento: carregadores de 20 munições

AVTOMAT KALASHNIKOVA (AK-47)

Tipo: Espingarda automática
Origem: União Soviética
Peso: 3,5 kg (descarregada)
Comprimento: 870 mm
Calibre: 7.62 × 39 mm
Cadência de tiro: 600 tiros por minuto
Velocidade de saída do projétil: 715 metros por segundo
Alcance efetivo: 400 m
Suprimento: carregadores de 30 munições



EQUIPAMENTO USADO PELAS TROPAS PORTUGUESAS

Armas Ligeiras



FBP

Tipo: Pistola-metralhadora
Origem: Portugal
Peso: 3,8kg
Comprimento: 807mm (com coronha esticada)
Calibre: 9 mm Parabellum
Cadência de tiro: 500 tiros por minuto
Velocidade de saída do projétil: 390 metros por segundo
Alcance efetivo: 100m
Suprimento: carregadores de 32 munições

BAZUCA

Lança-granadas-foguete

Não obstante tratar-se de uma arma anticarro e com pouca eficácia antipessoal, a bazuca foi muito usada pelas tropas portuguesas, dados os seus efeitos neutralizante e demolidor.



BROWNING M/955

Tipo: metralhadora pesada
Origem: EUA
Peso: 38 kg (sem tripé)
Comprimento: 1 654 mm
Calibre: 12,7 x 99 mm NATO



UZI

Tipo: Pistola-metralhadora
Origem: Israel
Peso: 3,5kg
Comprimento: 640mm (com coronha esticada)
Calibre: 9 mm Parabellum
Cadência de tiro: 600 tiros por minuto
Velocidade de saída do projétil: 400 metros por segundo
Alcance efetivo: 200m
Suprimento: carregadores de 10, 16, 20, 32 ou 40 munições





DILAGRAMA

Dispositivo de Lançamento de Granadas de Mão

Na ausência de uma arma de apoio próximo, encontrou-se uma solução prática, o Exército “desenrascou”, desenvolvendo o dilagrama, um dispositivo que se adapta ao cano da espingarda G3 e que mediante o uso de uma munição de salva (sem projétil) lançava uma granada de mão defensiva (formato de pinha), montada sobre o suporte, a uma distância bastante superior à do lançamento manual.

HK21 M/968

Tipo: Metralhadora leve 7,62 mm

Origem: Alemanha

Peso: 7,92 kg

Comprimento: 1021 mm

Calibre: 7,62 × 51 mm

Cadência de tiro: 900 tiros por minuto

Velocidade de saída: do projétil: 840 metros por segundo

Alcance efetivo: 600 m

Suprimento: carregador de tambor ou cinta de munições



Viaturas blindadas

PANHARD AML M/65

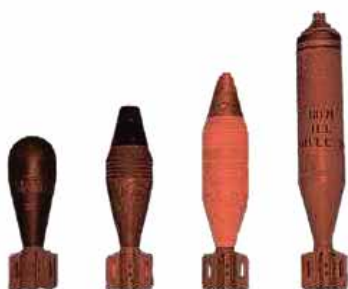
No início, começaram por ser utilizados blindados ligeiros de rodas (autometralhadoras), a maioria das quais já consideradas obsoletas. Mesmo as Panhard EBR e ETT acabariam por ser retiradas por pouco apropriadas aos teatros de operações africanos. Material capaz de responder às necessidades operacionais, no que toca à abertura de itinerários e escolta de colunas, só chegou mais tarde. Foi o caso da Panhard AML, de origem francesa e fabrico sul-africano.



CHAIMITE

Produzida, em Portugal, a partir de 1970, a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) Chaimite é um carro blindado leve de rodas para transporte de tropas. Baseada na Cadillac Comando, estiveram previstas versões de autometralhadora com canhão de 20 mm e com morteiro de 60 mm e duas metralhadoras 7,62 mm. Porém, da linha de montagem apenas saiu uma versão com duas metralhadoras de 7,62 mm e um dispositivo pneumático para o lançamento de dilagrama e só foi utilizada na Guiné.

Francisco Galope



MORTEIRETE 60 mm FBP

Destinado às tropas de infantaria que combatiam nas selvas densamente arborizadas de Angola, Moçambique e Guiné, este morteiro pesava apenas cinco quilos, bastante menos que os 17 do morteiro leve de 60 mm. De origem francesa, foi produzido na Fábrica do Braço de Prata no final dos anos 60. Dotado de uma bandoleira chapas de marcação, que permitiam um cálculo rápido e instintivo da distância de tiro, dispensava o prato-base, o bipé e a mira.

MORTEIROS

Com alcances de entre 5 a 9 quilómetros, os de maior calibre (81 e 120 mm) pouco mais utilização tiveram do que em reações a ataques a aquartelamentos de tropas e em operações de flagelação, dada a falta de um bom suporte cartográfico e de observação de tiro. Contudo, os ligeiros de 60 mm tiveram uma ampla utilização no apoio às tropas de infantaria.



Artilharia

No início da guerra, o material de artilharia era composto por equipamento antiquado (adquirido antes e logo a seguir à Segunda Guerra Mundial) e considerado obsoleto, havendo já então dificuldades em obter munições. Os primeiros obuses mais modernos – calibres 105 mm, 114 mm e 140 mm – só começaram a ser usados já no final da década de 60 na Guiné e em Angola.



A Espanha na guerra 'portuguesa'

Sem o auxílio do regime de Franco, Portugal teria tido maiores dificuldades em manter durante tantos anos a presença nos teatros de operações africanos

por **María José Tíscar**

O apoio espanhol à guerra colonial portuguesa teve um caráter permanente, mas, como o de outros países, permaneceu no maior secretismo, dado o ambiente internacional propenso à descolonização. O início dessa colaboração deu-se com a carta que Franco enviou a Salazar em 16 de abril de 1961, onde a dado passo se lia: «Quanto possamos facilitar a vossa ação, sabeis que podeis contar com a nossa mais entusiasta, leal e firme colaboração.» O ditador português respondeu: «Continuamos a contar com esse apoio – ser-nos-á grato contar com ele.» Ora, tal apoio foi concedido em dois âmbitos essenciais: o diplomático e o militar.

Apoio diplomático

O apoio diplomático traduziu-se em três modalidades: uma ação de obstrução das condenações de Portugal nas Nações Unidas, um apoio discreto em países terceiros (o próprio Franco solicitou pessoalmente a Hassan II que

Marrocos mantivesse as relações com Portugal) e uma cobertura total nos Estados africanos em que, desde o corte de relações promovido pela OUA em 1963, a Espanha assumiu a representação dos interesses portugueses em diferentes embaixadas; a partir destas legações foram, inclusive, organizadas operações de desestabilização visando a mudança de regimes políticos em países africanos diretamente relacionados com as colônias, particularmente com Angola.

Graças a esta cobertura, Portugal conseguiu manter redes de informação que cobriam o continente desde o Norte árabe até à África Central, e até mesmo alguns discretos contactos diplomáticos com governos africanos. As redes estendidas a partir das embaixadas espanholas revelaram-se de tal valor nesta guerra que chegaram a ser consideradas determinantes para Portugal conseguir sustentar o conflito durante longo tempo e promover o controlo da guerrilha.

Esta presença era necessária no caso

dos Estados que facilitavam a retaguarda aos movimentos de libertação (Congo-Kinshasa), ou que eram dos mais influentes no Terceiro Mundo (Egito) ou, ainda, de vizinhos que albergavam organizações opostas ao seu próprio regime (Tunísia, vizinho da Argélia, sede da Frente Patriótica da Libertação Nacional). O princípio seguido pela diplomacia espanhola consistia em olhar para o lado e permitir aos portugueses irem até onde as autoridades locais o permitissem.

Apoio militar

Quanto ao apoio militar, foi ainda muito mais discreto e revestiu-se de duas formas: no campo da logística em geral e no fornecimento de material bélico, em particular. Começou na fase preparatória da guerra, com a venda de camiões TT Barreiros. Estes eram de grande interesse em África porque, sendo potentes, não eram excessivamente pesados e, equipados com pneus de tipo lopsoid, podiam circular em caminhos deficientes e rebocar os canhões de 105 m/m utilizados pelo Exército Português.

Além deste equipamento, foram vendidas milhares de unidades de lança-granada-foguete INSTALAZA de 88,9 m/m, em parte enviadas para o contingente militar que então guarnecia a Índia e utilizadas em África pelo Exército, tropas paraquedistas e fuzileiros navais.

Também, desde o início da guerra, a ajuda militar espanhola foi dada sob a forma de apoio logístico (transferência de aviões PV2 para Angola em 1961), através da autorização do uso do aeródromo de Gando, na Gran Canaria, uma vez que a rotura das relações com a Nigéria impediu a emprego do aeroporto de Kano. Note-se que antes da utilização dos Boeing-707, a Força Aérea Portuguesa tinha de fazer escala nas Canárias, em Cabo Verde e em São Tomé para atingir o território angolano.

Foram igualmente concedidas facilidades nos portos espanhóis para

OPERAÇÕES PONTE

Espanha comprava armamento a outros países, nomeadamente à Alemanha e aos EUA, com "certificado oficial de último destino" e transferia-o para Portugal



Mérida, 1963 Num dos raros encontros entre os ditadores ibéricos, Salazar agradeceu a Franco a oferta de apoio

descargas clandestinas de armamento proveniente de vários países.

A Empresa Nacional Bazán construiu, entre 1969 e 1975, sete corvetas que foram usadas nos três teatros das operações, embora com maior intensidade em Moçambique. A Espanha também fabricou equipamentos para a Força Aérea Portuguesa: 26 aviões Aviocar C-212 destinados às frentes africanas, para substituírem os Dornier, Dakota (DC3) e Noratlas, embora não tenham chegado a ser ali utilizados por haverem sido entregues após o 25 Abril.

Venda de armamento

Com o avançar das condenações na ONU, as vendas de material militar começaram a representar para a Espanha um alto risco de violação do embargo internacional a que Portugal estava sujeito. No entanto, apesar do mal-estar diplomático, elas foram mantidas por ordem de Franco. Assim, as empresas espanholas fabricantes de armamento foram-se transformando em fornecedores indispensáveis das Forças Armadas Portuguesas, em substituição de outras de países aliados, como era o caso a República Federal da Alemanha, que cessou o seu apoio devido à Ostpolitik (nor-

malização das relações com o Leste). Todas estas operações eram realizadas ao abrigo do Pacto Ibérico, sendo as condições financeiras aplicadas a Portugal idênticas às concedidas às forças armadas espanholas, o que era vantajoso para o vizinho ibérico. Os pedidos eram feitos nas Conferências dos Estados Peninsulares, fora da ordem de trabalhos, e a sua execução processava-se através dos adidos militares, que tratavam estas matérias diretamente com



A Espanha construiu 26 aviões Aviocar C-212 destinados às frentes africanas, para substituírem os Dornier, Dakota (DC3) e Noratlas, mas não chegaram a entrar ao serviço

o Alto Estado-Maior espanhol e com o Secretariado Geral da Defesa Nacional. Os fornecimentos de armas, envoltos no maior segredo, processavam-se através das denominadas *Operações Ponte*, que consistiam na compra de armamento à Alemanha, França, Dinamarca e Estados Unidos e, inclusivamente, a países do Bloco Leste, como a Checoslováquia. As aquisições eram recebidas com «certificado oficial de último destino» para uso exclusivo das Forças Armadas espanholas, mas eram em seguida transferidas para Portugal. O grosso das importações dizia respeito a munições, explosivos e armamento ligeiro.

Algumas destas armas estavam destinadas a representar um auxílio vital na Guerra Colonial, como era o caso dos mísseis Red Eye, cuja aquisição estava em andamento em 1973 e que os Estados Unidos se haviam comprometido a fornecer como compensação pela decisiva ajuda de Portugal, através dos Açores, na guerra de Yom Kippur. Problemas advindos da sua expedição fizeram, porém, que Lisboa optasse pelos Crotales franceses. ■

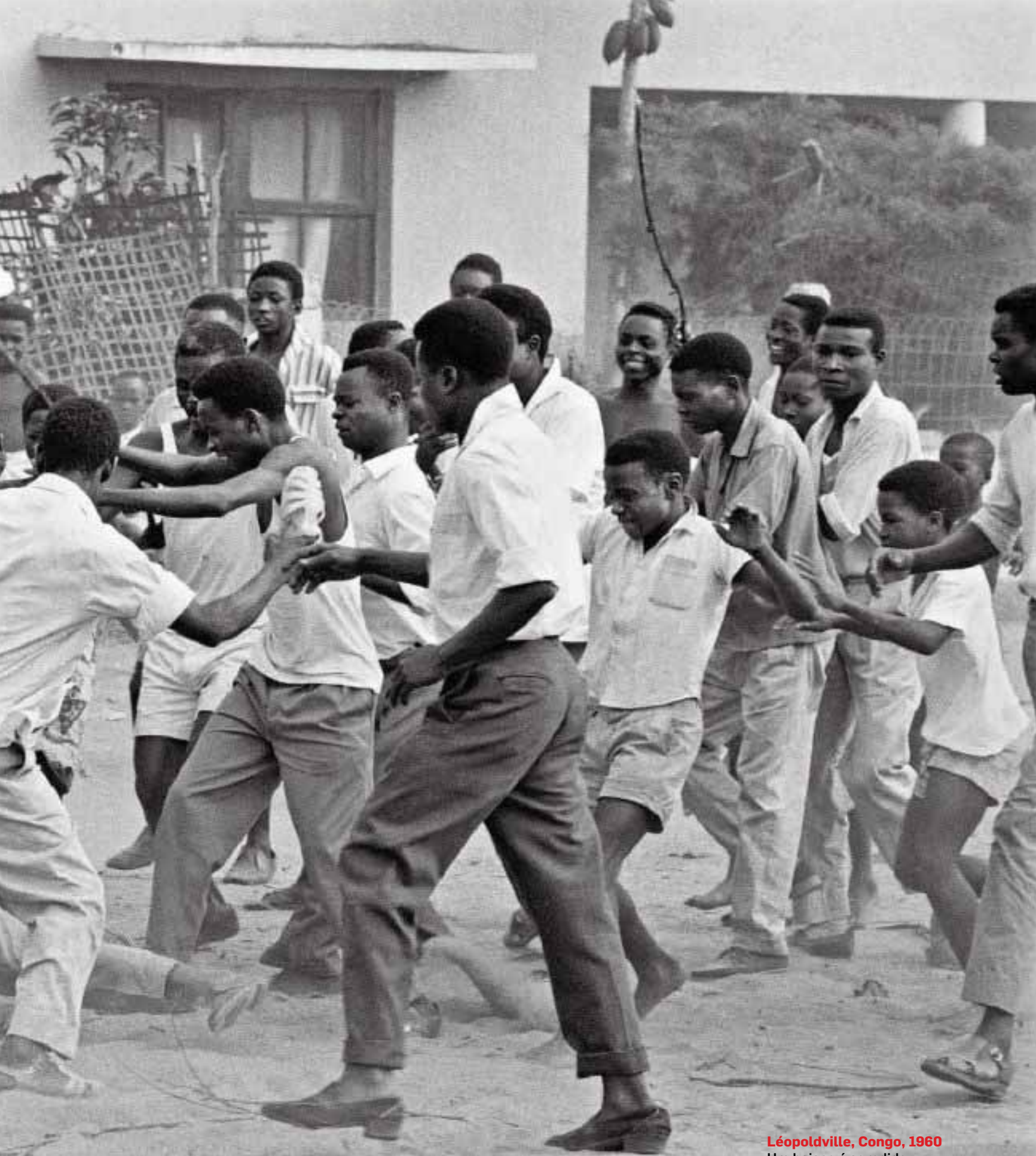
* **María José Tíscar** é autora, entre outros livros, de *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*



O CORAÇÃO DAS TREVAS

Assim intitulou Joseph Conrad a sua descida aos abismos do mais negro dos colonialismos. Propriedade privada de um europeu que nunca lá se deslocou, depois laboratório de experiências coloniais e pós-coloniais, o Congo é o paradigma da História africana no último século e meio

por **Luís Almeida Martins**



Léopoldville, Congo, 1960

Um baiaco é agredido
por bacongos
numa zona habitada
predominantemente
por esta etnia

Quando, em junho de 1960, o rei Balduino I viajou de Bruxelas para Léopoldville – a Cidade de Leopoldo», e já veremos porquê – a fim de conceder formalmente a independência à até então colónia do Congo Belga, estava apenas a encerrar um ciclo que durara, quando muito, oito décadas. Na verdade, nada voltaria a ser com antes da chegada em força dos europeus ao «continente negro», no último quartel do século XIX, e ficavam escancaradas as portas ao desconhecido, com os acontecimentos sangrentos que estavam para vir a servirem de certidão de nascimento de uma nova África. As tradições ancestrais coexistiam agora com novos conceitos de funcionamento político exportados pelos até então colonizadores, e as ideologias davam as mãos (ou mostravam os punhos) às formas de viver tradicionais. Salazar – e o colonialismo português em geral – poderia ter visto nos acontecimentos do Congo uma prefiguração do que estava fatalmente destinado a passar-se na África sob a administração de Lisboa, mas assim não aconteceu, e a Guerra Colonial que se arrastaria de 1961 a 1974 surgiria como uma inevitabilidade.

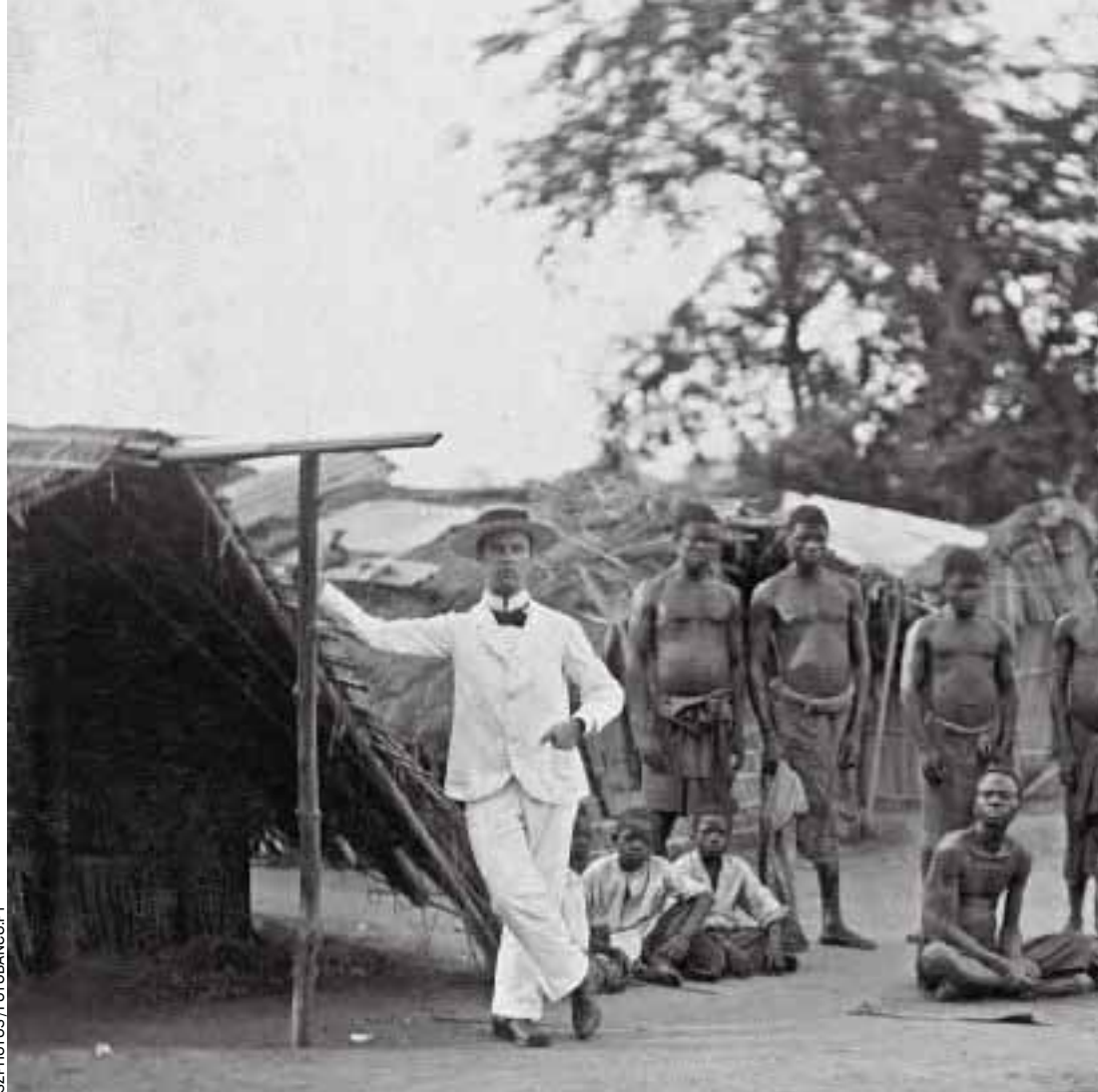
Costuma considerar-se que a Bélgica não preparou o enorme território, delimitado menos de um século antes de forma arbitrária, para uma independência concedida precipitadamente. O historiador africano Joseph Ki-Zerbo, natural do Burkina Faso (antiga colónia francesa do Alto Volta) defende, na sua magistral *Histoire de l'Afrique Noire* (com edição portuguesa das Publicações Europa-América), que o falhanço se deixava já adivinhar desde o fim da II Guerra Mundial. Com efeito, só em 1952 os congoleses «matriculados» (equivalentes aos «assimilados» das colónias portuguesas) passaram a ter bilhete de identidade e a dispor de um estatuto de «igualdade» aplicável, por exemplo, nos transportes públicos. Alguns passaram a ter acesso a estudos superiores, mas estes tinham de

ser feitos no próprio Congo e sob o olhar «paternal» do colonizador, que não autorizava o debate político nem a formação de partidos, deixando assim aos africanos, como única forma de se exprimirem, a via dos movimentos religiosos portadores de «esperança» e de «redenção». Numa visita que fez em 1955 ao Congo, Balduino dececionou pelo caráter assimilacionista do seu discurso, ao mesmo tempo que, na Bélgica, um reputado intelectual de

A Exposição Universal de Bruxelas, em 1958, permitiu o encontro de ativistas congoleses que não se conheciam uns aos outros

Antuérpia preconizava um prazo de 30 anos para a emancipação política da colónia. A resposta só poderia ser a criação de associações em cujo seio se preconizava, disfarçadamente, o combate pela independência – casos da Consciência Africana, do abade Joseph Malula e de Joseph Iléo, ou da Associação do Baixo Congo (Abako) liderada por Joseph Kasavubu.

Em 1957, data da primeira moderna independência africana (a da ex-colónia inglesa do Gana), a Bélgica promoveu a primeira eleição popular no Congo, no quadro da criação de municípios. Kasavubu tornou-se assim burgomestre (presidente da câmara) de Léopoldville, sem que a agitação esmorecesse nos meios independentistas congoleses. A Exposição Universal de Bruxelas, em 1958, permitiu, à sombra do famoso Atomium, o encontro de ativistas congoleses que não se conheciam uns aos outros, dando assim um impulso decisivo à causa independentista. Pela mesma altura, o Presidente francês Charles de Gaulle, recentemente chegado ao poder, concedia, em Brazzaville (ou seja, mesmo em frente de Léopoldvil-



No tempo de Leopoldo II Um europeu numa aldeia do Congo

SZPHOTOS / FOTOBANCO.PT



le, na outra margem do Zaire) a independência ao Congo Francês. Os efeitos não poderiam deixar de se repercutir do outro lado do rio. Uma petição pró-independência foi solicitada a Bruxelas, e na Conferência Pan-Africana dos Povos, reunida no Gana, a ainda colónia belga fez-se representar por Patrice Lumumba (*ver caixa*), líder do Movimento Nacional Congolês (MNC).

Uma decisão precipitada

No regresso da delegação estalaram em Léopoldville motins em que a polícia fez mais de meia centena de mortos e o dobro de feridos graves. Os belgas, que antes empurravam a emancipação do Congo para as calendas gregas, não hesitaram mais, e em janeiro de 1959 Balduino pronunciou um discurso em que anunciava para o ano seguinte a independência da colónia, com eleições para a constituição de um parlamento. Uma mesa-redonda das partes interessada, em 1960, fixaria para junho a transição.

No interior do novo Congo defrontavam-se nessa altura duas teses: enquanto os federalistas como Kasavubu preo-

nizavam a criação de estados nacionais fortes entreligados por um poder federal moderado, Lumumba e os seus seguidores defendiam um Estado unitário. As eleições parlamentares de maio de 1960, ganhas pelo MNC, consagrariam a tese da unidade, formando-se na sua sequência um governo de coligação chefiado por Lumumba e sendo Kasavubu catapultado para Chefe do Estado. A coesão era, no entanto, muito precária, dando margem de manobra a forças centrífugas como as representadas por Moisés Tschombé (*ver caixa*) na rica província do Catanga e por Albert Kalonji na zona do Kasai.

Depois de, na cerimónia da independência, Lumumba ter lançado ao rosto de Balduino a responsabilidade belga pelas atrocidades colonialistas do passado, estalaram motins nas principais cidades, com a polícia e o exército do novo país a levaram a cabo um morticínio entre a população branca, que motivou a fuga precipitada e em massa de muitos milhares de colonos. Ao mesmo tempo que Lumumba e Kasavubu apelavam para uma intervenção da ONU no terreno (seria o Congo ex-Belga o primeiro teatro de atua-

ção dos «capacetes azuis»), Tschombé proclamava unilateralmente a independência do diamantífero Catanga, com a ajuda de tropas belgas e o apoio da União Mineira do Alto Catanga e do Ocidente em geral, no que seria rapidamente imitado pelo secessionismo do Kasai e do seu quase rei Kalondi, este suportado por sobas e régulos locais. Como os «capacetes azuis» não intervissem no Catanga, Lumumba ameaçou apelar para o auxílio da União Soviética, o que provocou uma rutura entre este e Kasavubu; já politicamente pulverizado, o Congo propriamente dito passava assim a assistir a uma divisão entre o Governo (apoiado pelo Parlamento) e a Presidência. As potências ocidentais, alarmadas com a entrada em cena da URSS (que enviou alimentos, medicamentos e armas a Lumumba), trabalharam para a destituição do primeiro-ministro, que seria deposto por Kasavubu. Emerge então, como «remédio» receitado pela ONU, o novo chefe do Governo congolês Cyrille Adoula, antigo fundador (com Lumumba e Iléo) do ANC mas agora financiado pela CIA. Apesar da saída ►

NASCEM OS 'CAPACETES AZUIS'

A intervenção no Congo, entre 1960 e 1964, foi a primeira atuação de forças às ordens das Nações Unidas

20 JULHO DE 1960

Chegada dos primeiros 3500 «capacetes azuis»

Origem

Etiópia:	460
Gana:	770
Marrocos:	1250
Tunísia:	1020

25 JULHO DE 1960

8000 «capacetes azuis» no Congo, incluindo suecos

27 JULHO DE 1960

Acordo entre o Governo congolês e a ONU

31 JULHO DE 1960

11 000 «capacetes azuis» no Congo

No seu apogeu

20 mil elementos

Mortos em combate: 126

Mortos em acidentes ou de causas naturais: 109



► das tropas belgas do Catanga, Tschombé fortalecia o seu poder na região, com o apoio da União Mineira e de mercenários brancos – alguns deles portugueses, como noutro texto se verá. Entretanto, a província Oriental, centrada em Stanleyville, declarava-se lumumbista, e o divisionismo total consumou-se no momento em que as forças armadas do Catanga, do Kasai, do Kivu e do Kwilu começaram a lutar entre si e todas contra o exército congolês e os «capacetes azuis», entidades estas que também não estavam isentas de dissensões internas. Foi quando tentava reunir-se aos seus fiéis em Stanleyville que Lumumba se viu capturado pelas autoridades de Léopoldville, que em seguida o assassinaram. A esta morte trágica há a juntar outra igualmente dramática, embora accidental: a do secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld, vitimado pela queda do avião em que voava ao encontro de Tschombé, para negociações. Tuteladas pelos EUA, as forças da ONU acabariam em 1963 por tomar posse do Catanga, pondo fim à secessão.

Mas a instabilidade era permanente e as rebeliões alastravam por toda a parte, culminando na ascensão política de Mo-

butu Sese Seko, um militar que, após ter sido esteio de Tschombé, conseguia em 1965 controlar as forças armadas nacionais. Como entretanto a rivalidade entre Kasavubu e Tschombé não deixasse de se agravar, este último acabaria destituído de todos os poderes que detinha no Catanga. Num permanente clima de desconfiança e rivalidade, Kasavubu terminaria por sua vez a carreira, destituído por Mobutu, que em finais de 1965 se tornaria, através de um golpe de estado militar, Presidente da República. As suas primeiras medidas seriam a dissolução do Parlamento, a suspensão da Constituição

Em 1971, Mobutu rebatizou a República Democrática do Congo de República do Zaire, e o Catanga passou a chamar-se Shaba

e a instituição de «Colégio de Altos Comissários», corpo legislativo composto por jovens universitários mobutistas nomeado pelo líder, que em 1967, por referendo, instaurou um «regime presidencial» que mais não era do que uma ditadura. Este regime apoiava-se no Movimento Popular da Revolução (MPR), uma formação que, teoricamente, lutava pela unidade nacional e, pelo menos no papel, pelo socialismo africano e contra o totalitarismo.

Em 1971, Mobutu rebatizaria a República Democrática do Congo de República do Zaire e a província do Catanga passou a chamar-se Shaba. A Constituição de 1978 reforçou ainda o papel do MPR e Mobutu apelou por mais do que uma vez à França para lutar contra os seus opositores. As dificuldades económicas crescentemente sentidas a partir de 1990 gerariam um profundo descontentamento popular e a correspondente repressão sangrenta. O multipartidarismo acabaria no entanto por ser consagrado, emergindo a figura do primeiro-ministro Étienne Tshisekedi, um ex-oposicionista que logo entrou em conflito com Mobutu, semente de uma guerra civil que opôs as forças partidárias



'Capacetes Azuis' Soldados suecos ao serviço da ONU embarcando no Cairo para Léopoldville, em julho de 1960, e (na página ao lado), já no terreno, tentando controlar os saques a uma distribuição de alimentos

de cada um deles. Foi então que, no Leste, estalou a rebelião liderada por Laurent Kabila, apoiada pelos vizinhos Uganda e Ruanda, e cujo desfecho seria a fuga de Mobutu, em 1997. O Zaire retomou então o nome de República Democrática do Congo, mas as riquezas mineiras nacionais logo se tornaram cobiçadas por países vizinhos (Angola, Zimbabué, Uganda, Ruanda, Burundi) através de lutas de facções tribais representantes dos interesses de cada um deles. Depois do assassinio de Laurent Kabila, em 2001, ascendeu à presidência o seu filho Joseph Kabila.

A ambição de Leopoldo II

Esta «louca» história moderna do Congo começara, ela própria, como um conto fantástico. O rei belga, Leopoldo II – segundo do nome e também segundo a sentar-se no trono do jovem país europeu fundado em 1830 por separação da Holanda – foi, na década de 1860, tomado de uma fúria de grandeza que o levou a cobiçar a posse de colónias noutros continentes. A Bélgica, pensava Leopoldo, jamais poderia ampliar as suas fronteiras na Europa, onde vivia encravada entre

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

AGOSTO 1961 **Operação Rumpunch**

Ataque de surpresa que levou à rendição de 81 mercenários estrangeiros

SETEMBRO 1961 **Operação Morthor**

Combate de sete dias contra gendarmes e mercenários

DEZEMBRO 1961 **Operação Onucat**

Ataque contra os gendarmes de Tschombé para o levar a negociar com Adoula

poderosos vizinhos. Restar-lhe-ia assim apoderar-se de largas fatias de territórios ultramarinos. Cobiçou a África portuguesa, pensou em comprar um cruzador à Inglaterra para bombardear Lisboa, tentou adquirir um retalho da Argentina, lançou as vistas sobre a China e o Japão, propôs à Holanda a aquisição do Bornéu, foi tentado por arquipélagos do Pacífico, perdia-se a olhar para os mapas do globo... As suas atenções acabaram por recair na África Central, onde vastas zonas per-

maneciam a branco, inexploradas pelas expedições aparentemente científicas mas em realidade de prospeção económica e imperialista que se iam organizando na Europa. Mas o rei não encontrava eco junto do «seu» governo, pois os políticos belgas, destituídos de megalomania e desenraizados de uma tradição expansionista, não viam interesse em arcar com o peso da administração de uma colónia.

Sabemos bem que nunca foi esse o caso de Portugal, tanto mais que os primeiros contactos entre os dois mundos não datam do tempo de Leopoldo II. Foi o navegador Diogo Cão que, em 1482, atingiu a foz do Zaire e deu a conhecer à então chamada Cristandade uma monarquia indígena dotada de sólidas tradições. Esses navegadores do século XV não conseguiram subir o rio por causa dos rápidos, mas estabeleceram-se mais a sul, no Norte da atual Angola, onde manteriam desde então uma presença permanente. A história da linhagem dos reis do Congo – desse Congo meridional, que é afinal o «verdadeiro» Congo – cristianizados e «protegidos» por Lisboa, não cabe porém agora aqui, quando falamos do que viria a ser o Congo Belga, invenção e construção de Leopoldo.

Diogo Cão foi o primeiro a comprovar que o interior africano é dificilmente inacessível a partir da costa atlântica. Era pelo lado do Índico, e sobretudo a partir de Zanzibar, que as caravanas dos caçadores de escravos árabes forçavam a porta dessa *darkest* África, como lhe chamariam os exploradores europeus que em meados do século XIX começaram a devassar as «trevas». O mais célebre de todos é o missionário David Livingstone, inimigo e detrator dos interesses ►

PATRICE LUMUMBA

O 'PRÓ-SOVIÉTICO'

Não obstante uma carreira política quase meteórica, Patrice Lumumba (1925-1961) tem perdurado ao longo das décadas como um símbolo da luta pelo pan-africanismo e pelo anticolonialismo. Fundador do Movimento Nacional Congolês que se opôs ao domínio belga do seu país por meios não violentos, foi eleito primeiro-ministro após a independência, mas o pedido de auxílio que endereçou à URSS por altura de secessão da província do Catanga sem que a ONU intervisse diretamente contra os partidários de Moisés Tschombé conduziu ao seu derrube num golpe de estado e à sua detenção e posterior fuga, seguida de assassinio em que estiveram reconhecidamente envolvidos os EUA e a Bélgica. Em Portugal era oficialmente visto como um subversivo comunista.

GETTY IMAGES



► de Portugal e que, apesar do seu fundo humanista, servia naturalmente a Grã-Bretanha. O segundo, em celebridade, é Henry Morton Stanley, que na verdade se chamava John Rowlands. Este jornalista galês comera na infância o pão que o diabo amassou. Emigrado para os Estados Unidos como tripulante de um navio, adotou ali o apelido de um benfeitor. Homem dos mil ofícios, combateu de ambos os lados da Guerra da Secessão e fez parte de expedições desbravadoras do Oeste. Foi quando já era jornalista de renome, autor de reportagens no Cáucaso, no Tibete ou na Etiópia, que o diretor do *New York Herald*, James Gordon Bennett, o enviou para o coração da África à procura de Livingstone, que entretanto deixara de dar sinal de vida. Encontrou o missionário em 1871 e a partir de então fez da África a razão de ser da sua vida. Numa nova viagem atravessou o continente de este a oeste e desceu o rio Congo, acabando por ser acolhido por portugueses de Angola – entre eles o seu admirador e também explorador Serpa Pinto. Iniciou então uma campanha internacional pela valorização económica do interior da África, numa época em que as chamadas potências estavam ainda mais voltadas para as riquezas certas provenientes das Américas do que para as dúvidas e perplexidades com que não deixariam de se debater num mundo

desconhecido e hostil. Apesar da relativa proximidade com a Europa, a África permanecia encerrada num concha de mistério e de medo, e foram estes os obstáculos com que esbarrou o irrequeto e visionário Stanley.

É então que a vida do homem dos sete ofícios se cruza com a de Leopoldo, o rei cujo reino era demasiado estreito para a sua ambição. Deslumbrado com os relatos publicados por Stanley, enviou um emissário ao seu encontro e propôs-lhe trabalhar por sua conta. O explorador aceitou e passou o resto da vida a talhar em África um imenso império detido por uma Associação Internacional do Congo cujo fundador e único acionista era o rei dos belgas. Para tanto, assinou tratados, em nome dessa associação fundada em Bruxelas em 1876, com uma multidão de sobas e outros régulos locais. Se os súbditos de Leopoldo não queriam ter colónias, seria ele, pessoalmente, o proprietário da maior herdade jamais existente à face da Terra. Na Conferência de Berlim, em 1884-1885, durante a qual as potências repartiram a África entre si, Stanley compareceu como representante «americano», mas na verdade atuou como agente de Leopoldo. Rei e agente obtiveram ali o «impossível»: o reconhecimento internacional – leia-se das potências – da posse por um só homem de um território, designado por Estado

Livre do Congo, 80 vezes maior do que a Bélgica e habitado por 20 milhões de pessoas pertencentes a múltiplas etnias (maioritariamente bantus, mas também pigmeus e watusi, que são camitas do tronco afro-asiático, e nilotas, como os mangbetos).

De quinta a colónia

Até à sua morte, em 1904, Stanley não parou de viajar pela África, mas a sua associação com Leopoldo terminou quando o rei belga tomou posse dos seus novos domínios, que administrou pessoalmente de 1885 a 1908, um ano antes de morrer. Nesta data foi forçado, por pressão internacional, a ceder ao país de que era rei a sua vasta «quinta» africana, que passou a chamar-se oficialmente Congo Belga. Debaixo da garra de Leopoldo, o Congo foi explorado até ao tutano, e – para usar uma frase feita mas que corresponde na realidade a uma atitude – sem piedade. De início teve de solicitar empréstimos, mas os lucros não tardaram a ser fabulosos. Graças ao Congo, Leopoldo tornou-se um dos homens mais ricos do mundo. Todas as terras com interesse económico passaram diretamente para a sua administração e os que nelas tinham nascido e nelas residiam viram-se forçados a migrar para as profundezas do mato. O rei chamou a si próprio a livre adjudicação da exploração das que



MOISÉS TSCHOMBÉ

O 'PRÓ-OCIDENTAL'

Líder da secessão do Catanga após a independência do Congo, o descendente de reis da Lunda Moisés Tschombé (1919-1969) apoiou-se nos interesses económicos belgas e franceses, nomeadamente na União Mineira do Alto Catanga. Em seu auxílio, a Bélgica enviou tropas e a França mercenários. Em 1963, gorada a tentativa de secessão, exilou-se na Rodésia do Norte (Zâmbia) e em Espanha, após o que regressou ao Congo para liderar um governo de coligação. Acusado de alta traição, teve de voltar a exilar-se e foi condenado à morte à revelia, sendo o avião em que viajava desviado para a Argélia, onde ficou sequestrado até morrer, em 1969, oficialmente de ataque cardíaco. Em Portugal, a imprensa, controlada pela ditadura, elogiava as suas capacidades de liderança.

eram então as duas principais riquezas do país – o marfim e a borracha – e em 1896 conseguiu criar por decreto, numa área com 290 mil km² (equivalente a cerca de metade da Península Ibérica), o chamado «Domínio da Coroa», onde gozava ainda de direitos suplementares.

No Congo foram praticados os crimes mais abomináveis jamais perpetrados por uma nação dita civilizada num país considerado subdesenvolvido. A cupidez dos agentes de Leopoldo não conheceu limites. Os trabalhadores forçados africanos eram obrigados a fornecer determinadas quotas de borracha e de marfim, e se não as satisfizessem eram fisicamente punidos, podendo essas agressões chegar à mutilação e à morte. Para mostrarem aos patrões o seu zelo, os capatazes entregavam-lhe cestos cheios de mãos humanas, por vezes fumadas para atrasar a decomposição. Estima-se que em 1912 existisse no território uma população de 20 milhões; na década de 1950, antes da independência, esse número vira-se reduzido para 12 milhões (embora depois tenha subido muito)! A morte de 5 a 8 milhões de vidas humanas foi, pois, o preço do dito «desenvolvimento». Aos poucos, o mundo exterior foi no entanto tomando consciência de tais atrocidades, e a Inglaterra (que, como é historicamente sabido, alia ao seu cínico pragmatismo uma costela filantrópica) incumbiu o seu cônsul

em Roma, Roger Casement, de investigar o que se passava nos domínios africanos de um rei europeu que nunca pôs os pés na África. Pressionado, Leopoldo teve de se vergar à constituição de uma comissão de inquérito, que conclui pela cessação do direito do dito Estado Livre do Congo ao reconhecimento internacional.

Pouco antes de morrer, Leopoldo ainda tentou salvaguardar para si e para os seus descendentes a posse do Domínio da Coroa, mas em vão. A própria opinião pública belga, sem tradições africanas, estava muito dividida quanto à posse da vastíssima colónia, o que provocou uma crise política, mas o parlamento acabou por aceitar o «presente» real com a condição de a Coroa perder todos os direitos à posse do território.

Nunca a Europa tinha ido tão longe na exploração de seres humanos por outros seres humanos como no tempo de Leopoldo II

Sob administração belga, as atrocidades baixaram de tom, com o trabalho forçado a ser substituído, pelo menos em teoria, por um equivalente ao imposto de palhota praticado nas colónias portuguesas. Por outras palavras, a Bélgica esforçou-se por administrar o enorme território de uma forma menos impiedosa, que contrastasse com a que era praticada no tempo de Leopoldo, mas nem por isso o Congo deixou de ser a colónia africana paradigmática, com os absurdos e as injustiças de todos conhecidos. Talvez o leitor se lembre da banda desenhada Tintim no Congo e da forma como o jovem repórter criado por Hergé interagira com o país e os seus habitantes. Se há um livro que nos desvende na plenitude do seu horror a lenda negra do Congo é *O Fantasma do Rei Leopoldo*, do jornalista americano Adam Hochschild (edição portuguesa da Caminho, 2002). Quanto à obra literária por excelência sobre o Congo de Leopoldo, será sempre o pequeno romance, de Joseph Conrad *The Heart of Darkness*, várias vezes editado em português como *O Coração das Trevas*.

Nunca a Europa, pesem os problemas de consciência que dificilmente deixarão de a atormentar quando reflete sobre o tempo em que dominava o mundo, tinha ido tão longe como no Congo de Leopoldo quanto às práticas da exploração de seres humanos por outros seres humanos. ■

REBELDES, MERCENÁRIOS E 'FIÉIS'

O Portugal colonialista desempenhou, na década de 1960, um importante papel de apoio aos secessionistas da província congoleza do Catanga, liderados por Moisés Tschombé

OCEANO
ATLÂNTICO

- Estradas alcatroadas
- Outras estradas
- Linhas férreas
- Centros mineiros
- Porto estratégico
- Base aérea/aeródromo

Forças militares

- Exército regular da Rep. Dem. Congo
- Separatistas do Catanga

- Bases catanguesas
- Mercenários

FONTES Tese de mestrado 'Salazar e Tschombé, o apoio de Portugal ao Catanga (1960/1967)' de Rui Velez, FCSH; 'Os anos da Guerra Colonial (1961/1975)' de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes

Em 3 de Agosto de 1960, na **Rádio de Leopoldville**, usada pelos movimentos de libertação angolanos, Holden Roberto, da **UPA**, assume o «compromisso de tornar a vida insuportável ao colonialismo português em Angola». É em Leopoldville que se publica, a partir de 1960, o jornal '**A Voz da Nação Angolana**'

Em 1961, o **MPLA** transfere a sua sede para a capital da Rep. Dem. do Congo

Principal base militar de treino e abastecimento de tropas contra Angola, autorizada em 1962

No Grafanil, Luanda, **depósito de material de guerra** proveniente do Catanga após o fim da secessão da província, em dezembro de 1963

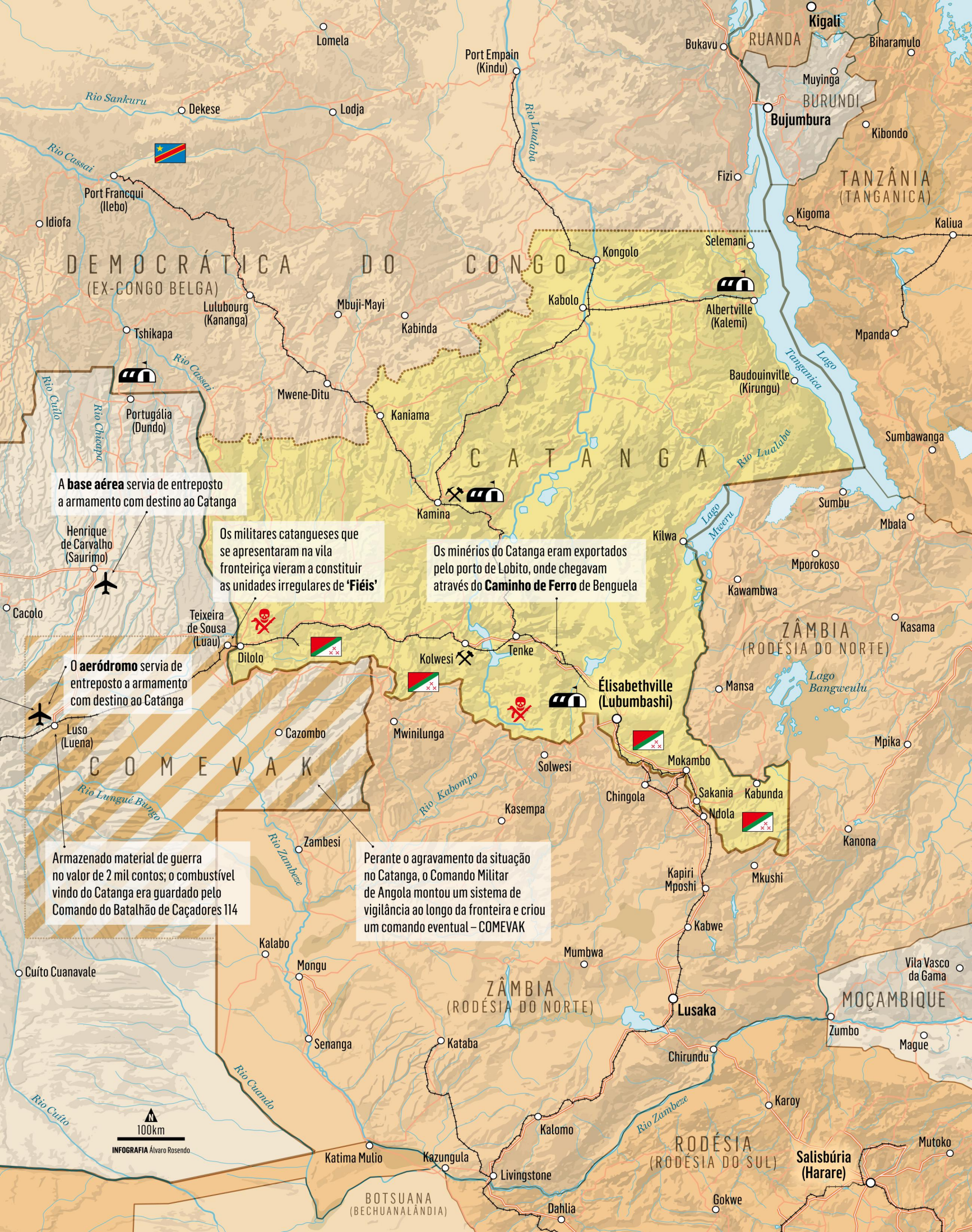
Depósito do Lobito
Principal porto estratégico de apoio aos rebeldes catangueses, é também a porta de entrada marítima do Catanga

Linha férrea de Benguela – foi por aqui que circulou quase todo o material de guerra destinado ao Catanga, vindo de Lisboa e de Luanda, e que foram transportados os refugiados catangueses

Usado, em 1962, para **evacuar** a Aviação do Catanga



SUDOESTE AFRICANO
(NAMÍBIA)



Portugal-Catanga, a aliança escondida

O Governo de Salazar viu na secessão catanguesa, em 1960, uma oportunidade de obter em África um aliado precioso, e auxiliou Tschombé com todos os meios – inclusive militares – de que podia dispor

por **Ricardo Silva**

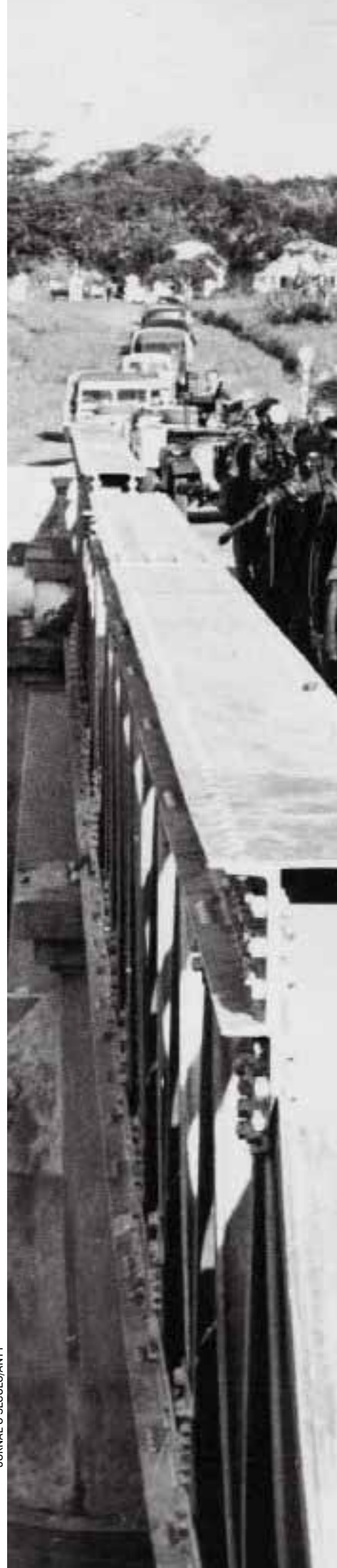
O Congo Belga nunca testemunhara um dia de festa como aquele, com multidões em delírio pelas ruas de Léopoldville e muitos altos dignitários europeus e africanos no Palácio da Nação. Foi a 30 de junho de 1960, dia em que a colónia alcançava a ansiada independência e o palácio acolhia a cerimónia de transferência de poderes. Na presença do futuro governo congolês, de uma imprensa numerosa e de um forte dispositivo policial, o rei Balduino fez um discurso seguido por todos com a consciência de que ficaria para a História. O monarca belga começou por elogiar o desenvolvimento civilizacional que o colonialismo trouxera ao Congo, sem referir o barbarismo com que fora implantado; prosseguiu com uma loa ao rei Leopoldo II, a quem chamou «génio» sem mencionar a crueldade com que gerira o Congo; e para terminar deixou uma mensagem paternalista: «Não tenham receio de se dirigir a nós. Continuaremos do vosso lado, para vos dar aconselhamento.»

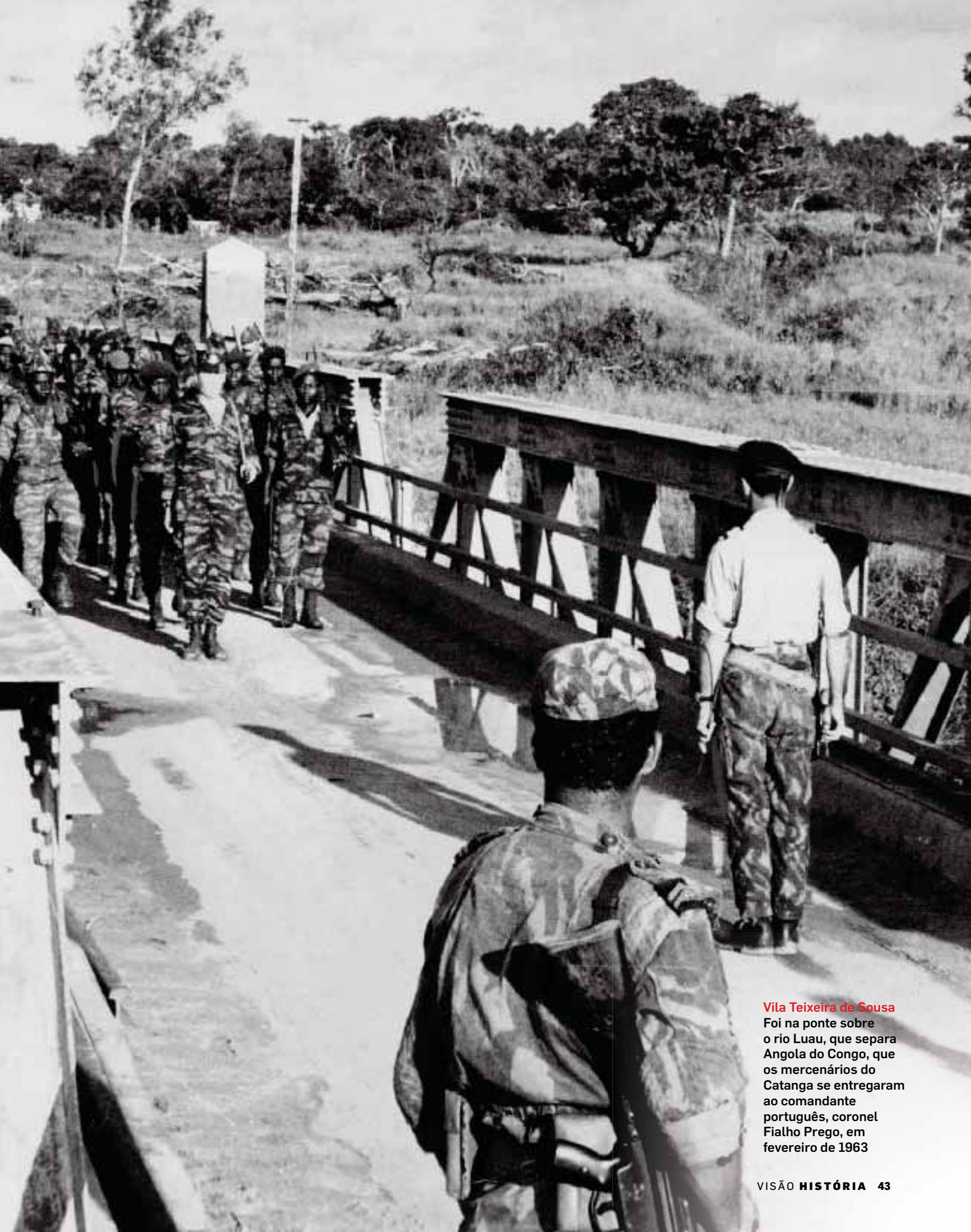
Apesar do desconforto causado pelas palavras do rei dos belgas, o presidente Joseph Kasavubu conteve o desagrado e agradeceu-lhe. Já o primeiro-ministro Patrice Lumumba não deixou passar impune o branqueamento do legado colonial belga no discurso de Balduino e replicou que nenhum congolês poderia esquecer que tinha sido a lutar que a independência se

tornara possível, «uma luta justa e nobre, e indispensável para pôr um fim à humilhante escravatura que nos foi imposta pela força». Os primeiros momentos da independência foram de alegria e de expectativas elevadas para o futuro, esperanças que não tardariam a ver-se goradas pelas contradições de um país profundamente dividido. A revolta das forças de segurança na capital foi o rastilho para uma onda de violência que alastrou por todo o país e levou à perseguição dos administradores belgas e dos europeus em geral. Os serviços públicos entraram em colapso e o exército na anarquia, e foi neste cenário de confusão generalizada que Moisés Tschombé viu a oportunidade perfeita para declarar a secessão do Catanga, a 11 de julho.

Material de guerra

O Catanga era a província que dominava o Sul do Congo. As suas importantes minas de cobre, diamantes, ouro e urânio garantiram a Tschombé o apoio das empresas belgas e a proteção inicial de 6 mil militares do antigo exército colonial. Tschombé era um político da região e usou uma narrativa que defendia o secessionismo como um ato de resistência à anarquia e ao expansionismo comunista, pensamento que deixou expressa num dos seus primeiros discursos após a secessão: «O Catanga, país ordeiro e pacífico, não quer o comunismo. Se ele declarou a independência, foi unicamente, ►





Vila Teixeira de Sousa
Foi na ponte sobre
o rio Luau, que separa
Angola do Congo, que
os mercenários do
Catanga se entregaram
ao comandante
português, coronel
Fialho Prego, em
fevereiro de 1963

Apoios em território português

À cidade do Luso (em cima) chegou, em 1963, material de telecomunicações de Tschombé no valor de 2 mil contos; o porto de Lobito (ao lado) era vital para o Catanga exportar os seus minérios; e o Banco de Angola, sediado em Luanda, emprestou 12 milhões de dólares para compra de armamento ao Catanga

► para escapar à escravatura e à miséria que foram por toda a parte as consequências da tomada do poder pelos comunistas e para que o seu povo continuasse livre.» Mas teve o cuidado de não fechar portas a uma solução federativa, declarando estar disponível para negociar «um Catanga independente dentro de uma confederação do Congo».

Em Lisboa, no Palácio das Necessidades, não escapava a ninguém que a complexa situação na antiga colónia belga apresentava riscos elevados para a política levada cabo na região. O novo Governo congolês tinha um discurso anticolonialista e apoiava dirigentes do nacionalismo angolano, pelo que o Catanga poderia vir a servir de contrapeso na região e garantir um aliado seguro num país hostil.

Em agosto, uma delegação catanguesa deslocou-se à Europa para garantir apoios internacionais, tendo o ministro Kimba passado por Lisboa, onde foi recebido de braços abertos. Começava assim a desenhar-se a colaboração entre Salazar e Tschombé, que via em Portugal um aliado fundamental para a sobrevivência do seu proto-Estado e desenvolveu vários contactos para obter o seu apoio.

Angola era o cordão umbilical daquela região mineira. Era através do porto do Lobito que o Catanga escoava o seu minério. A base aérea de Henrique de Carvalho era o grande entreposto por onde passava muito do armamento com destino ao Catanga. Finalmente, a fronteira terrestre era ponto de passagem para os mercenários que chegavam da Europa. A movimentação de belgas e de portugueses para o

ANTT



Catanga era minuciosamente controlada pela PIDE. A 31 de outubro de 1960 foi registada a partida do Lobito de um comboio da linha-férrea de Benguela transportando 50 passageiros com destino a Elizabethville, a capital catanguesa. Está igualmente anotado o retorno das famílias dos belgas e dos portugueses que trabalhavam para a União Mineira de Kolwesi, que realizaram a viagem em aviões da companhia belga Sabena nos seus voos regulares entre Bruxelas e a capital do Catanga.

O apoio militar também se revelou importante, especialmente no domínio aeronáutico. Portugal foi ao mercado adquirir dez aviões T-6 a hélice e dois De Havilland Vampire a jato, que entregou ao Catanga, além de um Lockheed Lodestar para transporte.

Relatórios da PIDE

No início de novembro de 1960, uma «Missão do Estado do Catanga» deslocou-se a Luanda para estabelecer contactos com as autoridades portuguesas, tendo a PIDE elaborado um detalhado relatório que enviou a Salazar e a vários ministérios. Segundo esse documento, a missão «entrou em contacto com a Delegação desta Polícia naquela cidade, a fim de propor uma estreita colaboração entre esta Polícia e a Sureté do Catanga». Na ocasião, os agentes da PIDE ouviram

atentamente o que Paulo Lohona, ministro do Trabalho catangues, tinha para lhes expor: uma rigorosa fiscalização comum da fronteira e o controlo dos passageiros desembarcados no Lobito com destino ao Catanga, informando que as autoridades catanguesas nunca iriam impedir a entrada a portugueses ou estrangeiros que possuíssem passaportes visados pela PIDE. O agente anotou no seu relatório que «quanto ao que pede, é o que esta Polícia já vem fazendo ou procurando fazer e o interesse em que se faça com maior rigor é tanto nosso como deles, pelo que se lhes garantiu a nossa total colaboração», acrescentando que a colaboração com a Sureté já tinha dado frutos e um dirigente da UPA que vivia em Kolwesi e tinha sido detido pela polícia catanguesa ►

A violência generalizada no Congo foi aproveitada por Tschombé para proclamar a independência do Catanga



ANTT

Era pelo porto do Lobito que o Catanga escoava o seu minério, e pela base aérea de Henrique de Carvalho que o material de guerra lá entrava

1960

1961

1962

1963

1964

1965

Agosto

Uma delegação do Catanga, chefiada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, visita Lisboa, para chamar a atenção para a «infiltração comunista» e pedir autorização para que armas e munições fossem transportados para o Catanga através dos Caminhos de Ferro de Benguela

Novembro

Missão do Estado do Catanga» desloca-se a Luanda, propondo a colaboração entre as duas polícias

Janeiro

O director comercial da CUF em Luanda é recebido por Tschombé, que lhes diz haver interesse em estabelecer negócios com portugueses

Julho

Autoridades do Catanga contactam a Sociedade Portuguesa de Explosivos para a compra de material de guerra, nomeadamente granadas de mão e minas anti-pessoal

Agosto

Uma delegação do Catanga encontra-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros. Pede «cooperação para treino, na metrópole, de aviadores e paraquedistas catangueses pela FAP»

Março

O Governo português autoriza a evacuação da Aviação do Catanga para o aeródromo de Vila Luso, Angola. Mais tarde, é aí recebido material de guerra para ser transportado para o Catanga por comboio

Final do ano

A empresa portuguesa Norte Importadora, de Joaquim Zoio, vende material de guerra ao Catanga no valor de 63 mil contos

Janeiro

É fundado o Comevak (Comando de Evacuação do Catanga), criado com base no Batalhão de Caçadores 261, para organizar e defender a fronteira leste de Angola, e para apoiar e receber os apoiantes de Tschombé vindos do Catanga, muitos dos quais pertenciam aos «gendarmes»

O Banco de Angola guarda, com autorização de Portugal, dinheiro vindo do Catanga, e negocia um empréstimo de 12 milhões de dólares para a compra de armamento

Agosto

De novo no poder, Tschombé envia uma mensagem a Salazar pedindo-lhe apoio logístico para o regresso do material armazenado em Angola e o empréstimo ou a venda de 12 aviões de combate equipados com *rockets* e metralhadoras. Salazar anui e são entregues na Base Aérea nº 9 de Luanda 1575 granadas de morteiro, 475 espingardas automáticas e 1308 pistolas-metralhadoras Sterling. O ministro da Defesa Nacional, Santos Araújo, autorizou o envio de quatro aviões T-6, sem qualquer tipo de identificação

Junho

Salazar recebe Tschombé, transportado para Lisboa por um avião militar português em missão secreta

Fonte: «Salazar e Tschombé – o apoio de Portugal ao Catanga», tese de mestrado de Rui Velez, FSCH

► e entregue à PIDE, havendo a expectativa de receber mais no futuro. Apesar das vantagens em prosseguir a colaboração, era opinião da PIDE que se deveria agir com cautela e reserva, de modo a evitar inquinar as relações com o resto do Congo e a possibilidade de as tensões tribais alastrarem para Angola.

Paul Lohona não estava só. Acompanhavam-no dois belgas: o perito em assuntos económicos Boserer e o major Maeck, um militar ao serviço do Catanga. Além do diálogo com a PIDE, a missão estabeleceu contactos com outros membros da administração colonial e representantes das principais empresas portuguesas com ativos em Angola, e destes contactos surgiu um convite para que os seus representantes comerciais se deslocassem ao Catanga de modo a explorar potenciais negócios.

A CUF enviou ao Catanga o seu diretor comercial em Luanda, Mariano Carvalho. Tal como os agentes da PIDE, Carvalho elaborou um minucioso relatório para Salazar e para os seus colaboradores. Viajou na companhia de Sebastião Calheiros e Eduardo Abreu, da Abreu & C^a de Benguela, tendo sido ambos recebidos no antigo palácio do governo por Tschombé, com quem mantiveram uma conversa em que os elogios à política portuguesa foram uma constante. O funcionário da CUF relatou o muito interesse dos catangueses em estabelecer negócios com os portugueses, interesse que foi «muito contrariado pelos importadores belgas que, usando toda sorte de argumentos e disfarces, procuram evitar a nossa entrada no mercado». Apontou a renitência da Union Minière du Haut Katanga em fornecer cobre como um exemplo das barreiras erguidas pelos belgas à entrada dos portugueses nos negócios locais. O assunto foi levado ao conhecimento de Tschombé, que informou ir tratar pessoalmente da questão, e Mariano Carvalho viu neste incidente um teste para avaliar o equilíbrio de poderes no Catanga. «A resolução deste caso», escreveu, «servirá

O QUE PORTUGAL EXIGIU

Em 1964, num telegrama enviado pelo governador civil de Angola para o Ministério do Ultramar (e citada por Rui Velez na sua tese de mestrado, «Salazar e Tschombé – o apoio de Portugal ao Catanga»), são especificadas as contrapartidas pedidas ao Congo pelo apoio de Portugal a Tschombé:

«Encerramento de todas as bases e escritórios dos movimentos subversivos, fossem eles da UPA, MPLA, FLEC, FNLA, entre outros»

«Apreensão de todo o material em poder dos elementos terroristas angolanos ou a eles destinados»

«Instruções imediatas às autoridades na fronteira para impedir todo o tipo de infiltrações e para capturar chefes e grupos terroristas que pretendam entrar ou sair de Angola, incluindo Cabinda e sua posterior entrega com o respectivo material às autoridades portuguesas»

«Captura e entrega ao governo português dos elementos pertencentes aos movimentos terroristas angolanos»

de pedra de toque para avaliarmos de que lado está realmente a força.»

A visita dos empresários lusos forneceu uma oportunidade de comprovar no terreno a realidade catanguesa. Na capital, assistiram a uma parada com o exército e a polícia a apresentarem-se «impecavelmente fardados e equipados com o melhor material ligeiro», mas, em Dilolo, Mariano Carvalho criticou a forma como os soldados entravam em «lojas e cafés com as suas metralhadoras, como se fossem brinquedos». Também não passou despercebida a tensão entre o povo e as elites belgas: «Os belgas aparecem abertamente em

todas as manifestações públicas, ao lado das autoridades com ares de verdadeiros mentores».

Revolta em Angola

Apesar das muitas ameaças verbais contra os rebeldes, o Governo congolês revelou-se impotente face à revolta catanguesa e viu-se resignado a pedir a intervenção da ONU. O primeiro contingente de «capacetes azuis», composto por ganeses e tunisinos, chegou em meados de julho. Estas forças tinham por missão ajudar a estabilizar a situação no país, mas não possuíam mandato para sufocar a secessão no Sul, como era o desejo do Governo. A 8 de agosto, o Kasai do Sul seguiu o exemplo do Catanga e declarou a secessão, sob a liderança de Albert Kalonji, amigo pessoal de Tschombé. Lumumba, frustrado com o desenrolar dos acontecimentos, criticou duramente a atuação do secretário-geral da ONU e tomou a iniciativa de pedir apoio militar à União Soviética, que não hesitou em aceitar a oportunidade de alargar a sua influência no país e começou a enviar armas e conselheiros para o Congo.

A situação explosiva levou a um golpe militar liderado pelo coronel Mobutu, que em setembro afastou Lumumba do poder e atenuou a influência soviética. Lumumba conseguiu escapar durante três meses, mas em dezembro foi capturado. Mobutu enfrentou uma intensa pressão internacional para o soltar. A solução encontrada passou por entregá-lo, a 17 de janeiro de 1961, aos gendarmes catangueses, que o executaram após uma bárbara sessão de tortura.

A situação era crítica, e a 21 de fevereiro a ONU autorizou o uso da força para prevenir uma guerra civil no Congo. Eliminado Lumumba e reforçado o poder negocial do Governo congolês, Kasavubu conseguiu chegar a acordo com a província Oriental e o Kasai do Sul, que aceitaram reconhecer o Governo central como legítimo e desistir da independência, atitude que o Catanga recusou. Mas com a mudança de Governo na Bélgica, em março, alterou-se a política de Bruxelas



Mercenários Os militares portugueses desarmaram-nos e internaram-nos, mas recusaram-se a entregá-los às autoridades internacionais

em relação ao Congo, perdendo o Catanga um dos seus principais aliados. Março também se revelou um mês sangrento para Angola, com a UPA a revoltar os bacongos na região dos Dembos, fermento que desencadeou, no dia 15, o massacre dos fazendeiros europeus estabelecidos no Norte.

Em março de 1961, o Catanga contava com 600 mercenários brancos e 8 mil soldados africanos, entre elementos da Force Publique e guerreiros tribais, forças que continuaram a crescer com recrutas treinados e incorporados na Gendarmerie catanguesa. As negociações prolongavam-se e em agosto a ONU forçou a saída dos mercenários do Catanga através da *Operação Rumpunch*, que envolveu forças suecas, irlandesas e indianas, mas foi incapaz de evitar o seu retorno passado alguns dias. A 13 de setembro, o secretário-geral da ONU autorizou os «capacetes azuis» estacionados no Congo a iniciarem operações militares contra o Catanga, e nos dois anos seguintes a província se-

cessionista teve de enfrentar uma longa guerra da qual não poderia sair vitoriosa.

A perda do aliado

Em dezembro de 1962, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, encontrou-se com o secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, que perguntou se Tschombé havia estado em Angola. Na carta em que descreve o episódio a Salazar, Nogueira diz ter respondido

73 toneladas de material de guerra cedido por Portugal ao Catanga exigiram pelo menos dez viagens em aviões DC-6 da Força Aérea Portuguesa

«que Tschombé nunca tinha estado em Angola, pelo menos com conhecimento das autoridades. Representantes seus haviam-se ali deslocado, e discutido assuntos de interesse comum. E desejava acentuar ainda dois pontos: quanto à secessão de Catanga, não tomávamos partido num sentido ou noutro, e apenas não queríamos que se estendessem ao resto da fronteira as dificuldades que enfrentávamos no Baixo Congo; e por outro lado podia dizer-lhe que não fornecíamos armas ou munições a Tschombé, até porque tínhamos necessidade das mesmas».

As palavras do ministro contrastavam com a realidade. Portugal continuava a permitir a passagem de mercenários e a colaborar ativamente no tráfico de armamento para o Catanga. Em dezembro de 1962 e nos meses seguintes, o porto do Lobito recebeu 512 fardos e 306 caixas de material militar com destino ao Catanga. Em fevereiro de 1963, os depósitos da Força Aérea receberam 2 mil submetralhadoras Sterling adquiridas em Inglaterra, enquanto Beírolas serviu de armazém para 2 mil espingardas automáticas CETME chegadas de Espanha.

A Força Aérea também informou estar pronta para transportar metralhadoras pesadas e porta-bombas para os aviões catangueses, bem como uma centena de lança-foguetes e 200 mil munições para Vila Luso, de onde deveriam seguir para o Catanga. Segundo o relatório de um oficial português, o transporte destas 73 toneladas de material iria exigir pelo menos dez viagens em aviões DC-6 da FAP.

Aproveitando a boa vontade portuguesa, o Catanga também referiu o impacto que os blindados indianos da ONU estavam a ter nas suas forças, pedindo uma dúzia dos canhões sem recuo de 106 mm que estavam depositados em Luanda.

Era um esforço, demasiado tardio. As forças catanguesas tinham sido derrotadas nas primeiras semanas de 1963, e em fevereiro já só restavam pequenos núcleos de resistência. Portugal perdera o seu aliado no Congo. ■

JORNAL O SÉCULO/ANTT



Tschombé ao poder

A PIDE organizou, em 1966, uma operação para derrubar o novo Governo de Mobutu

GETTYIMAGES



Derrotada a secessão do Catanga, em 1963, Tschombé viu-se forçado ao exílio e estabeleceu-se em Espanha. Continuava, porém, a ter influência no Congo, e iniciou uma intensa campanha diplomática com vista ao regresso. Usando um discurso pró-ocidental, conseguiu obter na Europa um apoio crescente ao seu projeto de governo de unidade nacional do Congo, que previa a manutenção de Kasavubu como Presidente da República e a atribuição a si próprio do cargo de primeiro-ministro.

Do périplo que realizou pelas capitais europeias destaca-se o encontro com aquele que foi um dos seus principais apoiantes, Salazar, que visitou no outono de 1963 e que registou com agrado a proposta que o catanguês lhe expôs para o futuro: «Não poderá, por motivos de política interna e externa suprimir de súbito as bases, prender os cabecilhas

do terrorismo, fechar a fronteira: fá-lo-á gradualmente, mas com a rapidez viável: conta entretanto com a compreensão do gabinete de Lisboa, a ajuda material que Angola possa fornecer, e sobretudo com os avisados e experimentados conselhos do chefe do Governo português: e, se deseja sobretudo a independência da África, quer sobretudo a paz porque sem esta é ilusório qualquer progresso e fictícia qualquer independência.»

Ao contrário do que muitos esperavam, o exílio de Tschombé não resolveu a tensão no Catanga nem as quezílias internas do Congo. A política continuou dominada pelas rivalidades étnicas e o país registava revoltas regionais que ameaçavam a sua integridade territorial, o que tornou aceitável, e até desejada, uma solução governativa que juntasse Tschombé e Kasavubu. Na madrugada de 26 de junho de 1964, Tschombé aterrava em Léopoldville para encetar uma ronda

de diálogo com o Presidente, que a 9 de julho o convidou para constituir e chefiar um novo governo.

Material português para o Catanga

Formalizado o seu Governo, Tschombé contactou com as autoridades portuguesas para assegurar uma cooperação, ao mesmo tempo que pedia indulgência perante a delicadeza da sua posição. Esclarecida a sua disposição de apoiar Portugal, com os cuidados necessários para não comprometer a sua imagem interna, pediu e obteve o regresso dos combatentes catangueses que se encontravam refugiados em Angola. Seria o início de uma nova fase nas relações bilaterais, que Salazar viu como uma oportunidade única para enfraquecer os movimentos independentistas angolanos.

O recém-empossado primeiro-ministro tinha uma missão difícil pela frente.



Os aliados

Tshombé passando revista às suas tropas. Na página ao lado: Salazar agradecendo uma manifestação de apoio de oficiais das Forças Armadas pelo seu discurso sobre política ultramarina, em agosto de 1963

A lealdade do exército ao seu Governo era dúbia e a sua eficiência militar reduzida, ao ponto de se revelar incapaz de sufocar a revolta comunista que alastrava pela província Oriental e já causava distúrbios noutras regiões. Para enfrentar a ameaça, Tschombé decidiu ordenar a formação de uma brigada composta por mercenários brancos e soldados catangueses.

Essa 5ª Brigada iria ser a sua guarda pretoriana, e para a equipar pediu auxílio a Portugal. Primeiro requereu o material de guerra catangueses armazenado em An-

gola; depois, uma dúzia de aviões equipados com metralhadoras e foguetes, bem como pilotos portugueses. Em agosto seguiram as primeiras remessas de armamento: granadas de morteiro e quase 2 mil metralhadoras, transportadas em camiões até ao aeroporto de Luanda e dali para o Congo em aviões DC-4 da Air Congo. Não tardou muito para o Exército português começar a recorrer aos seus próprios depósitos, enviando espingardas de assalto, fardas, botas e todo o tipo de material necessário para equipar as

forças que estavam a ser formadas, a que se somaram quatro aviões T-6 retirados do inventário da Força Aérea Portuguesa que foram tripulados por pilotos cubanos opositores a Fidel Castro (e fornecidos pela CIA). Em novembro foram enviados dois aviões de transporte C-54, que passaram por Luanda.

'Che' Guevara no terreno

A par com o envio de armamento por avião desenrolava-se o transporte por via terrestre dos rebeldes catangueses que estavam em Angola. Um grupo de 372 atravessou a fronteira em Teixeira de Sousa a 11 de setembro, seguindo-se mais 1956 nos dias seguintes.

A grande ofensiva começou em novembro de 1964, com a intervenção combinada de paraquedistas belgas e da 5ª Brigada. O objetivo era esmagar o exército revolucionário e reconquistar Stanleyville, a capital de uma «república»

OPERAÇÃO TSCHOMBÉ

A PIDE engendra, em julho de 1966, uma tentativa de golpe para retirar Mobutu do poder e colocar Tschombé, recorrendo a mercenários

Fronteira Angola-Catanga

O mercenário francês Bob Denard entrega as suas armas a um coronel português e pede internamento em Angola, 1963. Na página ao lado: Dispositivo militar português na Zona Leste de Angola

► popular» apoiada pela China onde tinham ocorrido massacres da população branca. Apesar de derrotados, os comunistas mantiveram uma intensa campanha de guerrilha ao longo de meses e receberam importantes apoios externos, com Fidel Castro a enviar, na primavera de 1965, um contingente de cubanos chefiados por uma figura mundialmente famosa: «Che» Guevara.

A diplomacia portuguesa também dava o seu contributo para apoiar Tschombé, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, a deslocar-se à embaixada dos EUA em Paris, a 13 de dezembro de 1964. A conversa que o chefe da diplomacia lusa então manteve com secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, centrou-se no Congo e ficou registada por Franco Nogueira: «Perguntei então como é que os EU viam o desenvolvimento da situação no Congo, e salientei a profunda preocupação que essa situação nos causava. 'É a nós também', afirmou o secretário de Estado com enfático vigor. Rusk disse que tinha em mente esse perigo, e que o não perderia de vista. Continuando, Rusk disse que os rebeldes congolese recebiam material, principalmente através do Sudão. Estavam agora à procura de soldados não congolese, pois os congolese se haviam revelado péssimos combatentes, como aliás os próprios americanos haviam verificado com espanto. O secretário de Estado lamentou que Tschombé não tivesse pedido pelo menos um batalhão à Nigéria, que parecia disposta a dar-lhe algum auxílio. E perguntou então se a nossa

situação na fronteira com o Congo havia melhorado. Respondi afirmativamente, sublinhando que controlávamos melhor aquela região. Por outro lado, como seria do seu conhecimento, também se tinham verificado combates entre os próprios terroristas desavindos em território congolês.»

Apesar de todos os problemas e da guerra larvar que prosseguia, Tschombé saiu vitorioso das eleições de março de 1965 e parecia destinado a consolidar o seu poder. Contudo, o presidente Kasavubu recusou-se a aceitar o resultado eleitoral e tentou nomear Évariste Kimba para o seu lugar. O parlamento não confirmou a nomeação, e o Congo entrou numa crise constitucional que abriu caminho ao segundo golpe militar de Mobutu Sese Seko, que a 25 de novembro obteve o apoio de três batalhões das forças especiais com que controlou a capital, começando a purgar o exército de opositores e assumindo poderes ditatoriais. Para que a sua posição ficasse plenamente definida, no primeiro discurso público declarou que nos próximos cinco anos «não vai haver qualquer atividade política no país», manifestando a decisão de

impor um regime forte onde não haveria espaço para a contestação.

O golpe de Mobutu voltou a mudar o rumo das relações entre o Congo e Portugal, com o novo homem forte congolês a cortar qualquer esperança de colaboração com as autoridades portuguesas e a apoiar a FNLA de Holden Roberto – com quem mantinha afinidades étnicas.

A 'Operação Tschombé' da PIDE

O aumento da atividade guerrilheira no Norte de Angola ao longo dos meses seguintes confirmou os piores receios de Lisboa, levando a PIDE a idealizar um golpe contra o governo de Mobutu que alterasse a situação. Em julho de 1966, a PIDE começou a organizar uma operação a que deu o nome do líder catangues deposto por Mobutu. Era a *Operação Tschombé*. O objetivo passava por depor o ditador congolês e voltar a colocar Tschombé no poder, recorrendo ao uso de mercenários para evitar qualquer ligação a Portugal.

A PIDE era o cérebro por trás da operação, mas contaria com a colaboração de vários países da região, como a África do Sul e a Rodésia, que forneceriam 300 mercenários comandados pelo coronel

JORNAL O SÉCULO/ANTT



JORNAL O SÉCULO/ANTT





Jean Peeters. A estes somavam-se 250 mercenários belgas liderados pelo general Del Perdange e um grupo de 60 espanhóis. No interior do Catanga já se encontravam 200 mercenários franceses da 5ª Brigada que eram comandados por Bob Denard, um veterano deste tipo de operações, tendo a CIA concordado em manter-se neutral.

A operação deveria envolver um importante dispositivo logístico para transportar os meios humanos e materiais necessários. Em Lisboa encontrava-se uma centena de homens e um avião Super Constellation; na Bélgica também havia um DC-7 disponível; e na Rodésia contava-se com dois aviões de transporte. O roteiro dos mercenários implicava várias viagens aéreas, com escalas nas Canárias e com Lisboa a servir de entreposto principal na ligação a Luanda. O armamento seria entregue em Angola aos mercenários, que a seguir entrariam discretamente no Congo para se juntarem aos rebeldes catangueses e aos homens de Bob Denard.

Apesar de os acontecimentos que se seguiram se manterem nebulosos, o que é certo é que a 23 desse mês de julho

de 1966 rebentou uma revolta entre os mercenários estrangeiros e os guardas catangueses, revolta essa que enfrentou a decidida resistência do resto do Exército congolês. Mobutu não só sobreviveu como reforçou o seu poder, acusando Portugal de estar envolvido no estratagemma para o derrubar, o que levou uma multidão a tomar de assalto e saquear a embaixada de Portugal em Léopoldville.

Inimigos irreconciliáveis

Falhada a *Operação Tschombé*, as relações luso-congolesas mantiveram-se tensas. Portugal continuaria a auxiliar

Falhada a Operação Tschombé, Portugal continuou a auxiliar os rebeldes congoleses, da mesma forma que os congoleses apoiavam Holden Roberto

os rebeldes congoleses, da mesma forma que o Congo apoiava os rebeldes angolanos, e o corpo diplomático português esforçou-se por criar uma narrativa que desacreditasse o Governo de Mobutu no Ocidente, ao mesmo tempo que defendia o *status quo* nas colónias portuguesas e os seus aliados sul-africanos e rodesianos.

Para atingir alguns resultados era fundamental obter influência junto do corpo diplomático norte-americano, e Franco Nogueira esforçou-se por fazer prevalecer as teses do regime junto do secretário de Estado dos EUA. A 17 de junho de 1967, Franco Nogueira e Dean Rusk encontraram-se em Washington, seguindo-se um diálogo tenso que o diplomata português relatou por escrito a Salazar: «Disse ao secretário de Estado que queria falar-lhe do Congo e de recentes desenvolvimentos relacionados com o mesmo (...). Queria sobretudo dirigir-lhe um apelo: e seria um apelo à sua compreensão, aos seus sentimentos, ao seu sentido de justiça. Já há sete anos vítimas de agressão do Congo; tendo perdido muitas vidas e bens; enfrentado uma campanha violenta e tenaz no plano internacional – como julgava ou pensava o secretário de Estado que o povo português e o Governo reagiriam perante a atitude dos Estados Unidos dando razão ao Congo no caso dos mercenários, defendendo o Congo, protegendo o Congo, e criticando e perante o mundo responsabilizando Portugal? Não lhe ocultava que causara entre nós a pior impressão a infeliz atitude americana, e não lhe escondia o sentimento de indignação e revolta, pela injustiça que se praticara, de que se sentiam possuídos os portugueses. Rusk não fez comentários.»

A diplomacia portuguesa nada podia fazer para evitar que o Congo continuasse a receber apoio dos EUA, que os movimentos independentistas operassem junto à fronteira de Angola, ou que a ONU condenasse veementemente o colonialismo português.

Perdido Tschombé, o Congo estava definitivamente perdido para Portugal. **III Ricardo Silva**



E Angola ali ao lado

Como os protagonistas e os lances do conflito no Congo foram vistos pelos jornais portugueses

por **Emília Caetano**

A 13 de fevereiro de 1961 os jornais portugueses punham fim ao suspense que se arrastara durante quase um mês. Lumumba tinha sido assassinado dias antes, no Catanga. Mas as circunstâncias estavam longe de esclarecidas. Em manchete, o *Diário Popular* dava a conhecer a versão oficial. Lumumba e os seus dois acompanhantes tinham sido mortos, aparentemente pela população, «numa pequena aldeia onde se tinham refugiado». Mas dos corpos não havia rasto: um porta-voz oficial anunciava que tinham sido «enterrados em local secreto», e que não se revelaria «o nome da aldeia onde os três foram chacinados».

Era uma versão que o governo do Catanga, liderado por Tschombé, já vinha a preparar. Três dias antes, o *DP* titulava: «Lumumba fugiu da prisão no Catanga e o Governo de Tschombé pôs-lhe a cabeça a prémio.» Só três anos mais tarde, em fevereiro de 1964, Tschombé corrigiria esta versão, em entrevista dada no exílio, em Madrid, a Urbano Carrasco, do *DP*. Ali, reconhecia que Lumumba e os companheiros tinham morrido logo a seguir à

chegada ao Catanga, três semanas antes do que fora anunciado.

«Quero ficar livre de todas as suspeitas de um crime de que não sou responsável», dizia Tschombé ao *DP*, alegando que «não foram prisioneiros mas agonizantes o que recebemos em Elizabethville». Espancados na viagem por soldados congolese, os três teriam chegado ao Catanga em tal estado que só havia «uma probabilidade mínima» de se salvarem, se tivessem sido transferidos para um hospital. Nessa altura, admitia Tschombé, «fiz como Pôncio Pilatos. Não ousei ordenar a transferência e, confesso, fui tomado de pânico». E revelava pormenores macabros. Depois de a família de Lumumba reivindicar o corpo e de a ONU abrir um inquérito, Adoula fora a Elizabethville, a pretexto de um acordo militar. Por sua sugestão, os corpos tinham sido «desenterrados e mergulhados num banho de ácido, para desaparecerem por completo».

O oásis ameaçado

A independência do Congo e os incidentes que se seguiram, sobretudo a revolta da Force Publique, inquietavam de tal modo

as autoridades portuguesas que a Agência Nacional de Informação (ANI) mandou como enviado o seu diretor, Dutra Faria, que escreveu também alguns artigos para o *Diário de Notícias*. Dutra relata assim os incidentes: «Agentes checos, ligados a agitadores comunistas indígenas, preparados em Moscovo e Praga, têm desempenhado a ação dominante.» E acrescentava: «Alguns pretos vestiam o uniforme de soldados para, a coberto da farda, se vingarem dos brancos a quem tinham ou julgavam ter agravos – disse-nos em Léopoldville um português.»

Já o *Diário de Lisboa*, que mandou como enviado Veiga Pereira, responsabiliza pelos incidentes os partidos que «conduziram a luta pela independência e pela campanha eleitoral num terreno de perigosa demagogia», como promessas de aumentos salariais ou a promoção a lugares até então reservados a europeus.

Mas foi o êxodo dos europeus e os seus efeitos colaterais em Angola que passou a fazer manchetes. «Violência e anarquia no Congo, onde o Governo se mostra incapaz de dominar a onda de ódio aos europeus», titulava o *Diário de Notícias*, anunciando ainda que «um colono português foi traiçoeiramente morto quando procurava refúgio».

Já o *Diário Popular* enviou Abel Pereira, que escreveria, a partir de Luanda: «Isto aqui não é o Congo! Ouço dizer por toda a parte em Luanda.» E acrescentava: «É esmagadora a maioria da



Imprensa portuguesa A primeira página do *Diário Popular* com a entrevista a Tschombé e grandes destaques à situação no Congo n' *O Século Ilustrado*

população de cor que revela plena fidelidade à Pátria.»

No que parecia ser o final do conflito, as autoridades congoleesas tinham ido até à fronteira de Angola agradecer o auxílio dos portugueses aos refugiados, entre os quais alguns congoleeses. Mas, pouco depois, Lumumba apresentaria em Tunes o seu projeto dos Estados Unidos de África, defendendo a libertação imediata de colónias como Moçambique ou Angola. Em editorial escreveu o *DN*: «Mesmo depois de ter recebido para o seu novo Estado as bem recentes provas de cortês e humana vizinhança de Portugal, lhe dá já com os pratos ainda quentes na cara.»

O 'sinistro sr. H'

A 18 de setembro de 1961 os jornais davam conta de outro episódio marcante: a morte do secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, quando o seu avião se despenhou sobre Ndola, na Rodésia do Norte, onde ira negociar um cessar-fogo com Tschombé. Logo no dia seguinte, o *DP* divulgava as suspeitas que circulavam: «Dividem-se as opiniões sobre se a queda do avião foi devida a acidente ou se o aparelho terá sido abatido.»

Menos de uma semana antes da morte de Hammarskjöld, o *DP* publicava um editorial com o título *A sinistra figura do sr. H*, onde defendia que a sua orientação para o Congo levaria a «um desastre irremediável», já que estava a preparar «a tomada do poder pelos comunistas».

Na mesma altura, *O Século Ilustrado* publicou fotos de militares catangueses com esta legenda: «A fim de evitar que as tropas da ONU aterrem em aeródromos do Catanga, o chefe rebelde ordenou que estes fossem inutilizados. Para isso espalhou barricas de óleo nos campos de aviação de modo que, ao primeiro sinal, o vertessem em todos os sentidos.» Mais tarde adiantava: «Supõe-se que os caças catangueses não são estranhos à morte de Hammarskjöld.» E lembrava que, na viagem do Catanga para a capital congoleesa, o DC-6 da ONU já fora «atingido por uma rajada de metralhadora, em consequência do que foi preciso substituir um motor e reparar outros.»

Entre Tschombé e Mobutu

Não era de estranhar que Tschombé escolhesse um jornal português para dar a sua versão do assassinio de Lumumba. Se bem que tentara uma entrevista a um jornal belga, mas a publicação foi impedida pelo Governo de Bruxelas.

A 10 de setembro de 1960, *O Século Ilustrado* publicava uma reportagem fotográfica com uma delegação catanguesa chefiada pelo ministro das Obras Públi-

Não era de estranhar que Tschombé escolhesse um jornal português para dar a sua versão do assassinio de Lumumba

cas, Evaristo Kimba, que ficou hospedada no Hotel Ritz. À saída, Kimba declarou: «Estou encantado com o vosso povo. Talvez volte um dia.»

Ainda em 1961, o piloto-chefe português que fora a Elizabethville tratar das carreiras aéreas entre o Catanga e Angola dizia ao *Diário de Luanda*: «O Presidente catangues recebeu-nos muito bem» e manifestara o seu desejo de «manter relações com todos os povos anticomunistas, especialmente com Angola, porque os portugueses sempre foram e serão contrários a essa doutrina.»

O próprio Tschombé fez pelo menos duas visitas sigilosas a Portugal, para se encontrar com Salazar. A primeira, no outono de 1963, parece não ter deixado rasto na imprensa. Em contrapartida, em junho de 1965, o *DP* perguntava: «Tschombé passou por Lisboa a caminho de Paris?» A notícia era acrescentada por uma Nota da Redação com um desmentido do MNE. E, de regresso a casa, o próprio Tschombé se encarregaria de um desmentido oficial. Diria a um jornal do Congo: «Não estive em Portugal.»

A ligação a Portugal do homem que em 1965 derrubou Tschombé, Mobutu, seria bem menos secreta. Logo na altura do seu primeiro golpe, que fez cair Lumumba, o *Diário da Manhã* o elogiava: «Surgiu no Congo um homem novo, diferente dos outros e capaz de enfrentar com realismo a situação mais confusa de que há memória.»

Em 1983, já em pleno regime democrático português, veio aqui em visita oficial, era Eanes Presidente e Soares primeiro-ministro. E foi o início de uma bela amizade. Mais tarde Mobutu passaria férias no Algarve e deixaria no Aeroporto da Portela, para reparação, o seu avião privado, um Boeing 707. Mas nunca viria levantá-lo nem pagar a conta que em 2004 já ia em 850 mil euros. Em 2006 o *Público* anunciou que a ANA ia vendê-lo para a sucata. Mas, três anos depois, a FAP viria a adquirir o *cockpit*, que exhibe no seu Museu. ■■



As imagens da fome
As crianças
do Biafra foram
as principais vítimas
do conflito civil
nigeriano



GUERRA DO BIAFRA, A MORTE MEDIATIZADA

Em 30 de maio de 1967, os Igbos do Sudeste da Nigéria declaravam a secessão. O conflito e o bloqueio impostos pelo poder central provocam mais de um milhão de mortos. Em janeiro de 1970, a «República do Biafra» era apagada do mapa

por **Pedro Caldeira Rodrigues**

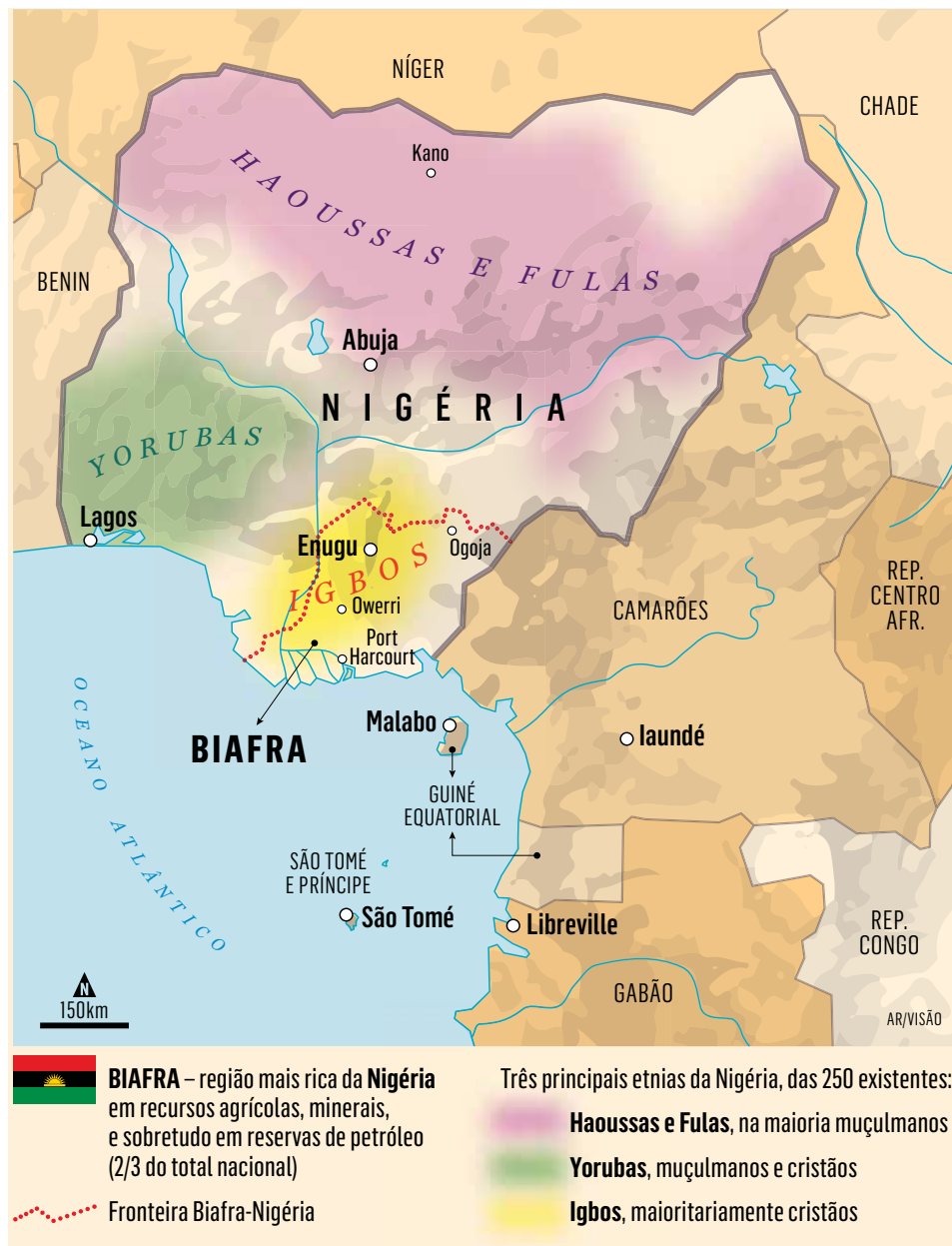
Na memória ainda prevalecem as imagens mediatizadas das crianças de pernas e tronco esqueléticos, barrigas deformadas pela fome e raquitismo. No final da década de 1960 a Guerra do Biafra entrava pelas casas dos europeus e essas crianças vão permanecer o símbolo da doença e da fome no grande continente africano, e um repto à «boa consciência» do Ocidente.

A Nigéria, que obteve a independência do Reino Unido em 1960, era então um jovem país com grande diversidade étnica. E o conflito que entre nós ficou conhecido por Guerra do Biafra terá as suas origens nas rivalidades internas que opunham as três principais etnias, de entre as 250 que partilhavam e extravasavam as suas fronteiras: os Haoussas e Fulas, maioritariamente muçulmanos e fixados no Norte; os Yorubas, muçulmanos e cristãos que vivem no Oeste e no Sudoeste e os Igbos, 19% da população da Nigéria, maioritariamente cristãos, instalados no Sudeste e que controlavam a maioria dos cargos da administração e comércio. O seu território também possuía as principais jazidas de petróleo, essencial para os rendimentos do país.

Cristianizados e alfabetizados pelos missionários, em detrimento das outras etnias dominantes, os Igbos foram favorecidos pela administração colonial, na tradicional política de divisão interna para melhor assegurar a dominação. As consequências serão devastadoras.

Golpe dos Igbos e contragolpe

Em 15 de janeiro de 1966, o general igbo Johnson Aguiyi-Ironsi (1924-1966) toma o poder. A tentativa de unificação forçada do Estado federal é recusada pelo Norte. Ocorrem tumultos e massacres contra os igbos. Em 29 de julho, Aguiyi-Ironsi será assassinado num golpe de Estado liderado pelo general Yakubu Gowon, da tribo minoritária dos Anga (Ngas), que irá liderar o país até 1975. As perseguições aos Igbos prolongam-se



durante meses, em particular no Norte e no Centro, longe dos seus bastiões do Sudeste. Cerca de 30 mil são assassinados e milhares mutilados.

Incentivados pelos relatos dos quase 2 milhões de deslocados que fogem das perseguições e se dirigem para a sua região de origem, alarmados pelo projeto de divisão administrativa do país em 12 estados federados, incluindo três para o Sudeste da Nigéria, e que os privava

dos seus recursos petrolíferos, os Igbos avançam para a secessão. Em 30 de maio de 1967, o governador militar da Nigéria Oriental, Chukwuemeka Ojukwu, proclama a «República independente do Biafra».

Enugu é declarada a capital de uma região com 77 306 km² e 14 milhões de habitantes, dos 55 milhões que habitavam na Nigéria.

Em Lagos, então capital nigeriana, Gowon não pode admitir a separação.



Para o Estado central, a independência biafrense implicaria a perda dos recursos petrolíferos, agora controlados totalmente pelos Igbos, que ostentam novos símbolos nacionais e pretendem imprimir moeda própria, a libra do Biafra.

Bombardeamentos e bloqueio

Gowon anuncia a mobilização geral e considera a proclamação da «República do Biafra» um «ato de rebelião» que será

«esmagado». As autoridades militares federais anunciam um bloqueio ao Sudeste da Nigéria e inicia-se a guerra civil, que se prolongará por 30 meses.

Em 6 de julho de 1967, as forças militares nigerianas lançam uma ofensiva generalizada contra a república rebelde, incluindo bombardeamentos aéreos.

Nas primeiras semanas, o recém-formado exército biafrense resiste

Biafrense ferido Após o avanço inicial, os Igbos tiveram de recuar

com sucesso e regista até alguns avanços para oeste, mas alguns meses depois as forças nigerianas retomam a ofensiva.

Em outubro, Enugu, a capital do Biafra, cai, enquanto os portos de Calabar, Onitsha e Port Harcourt serão retomados nos primeiros

O CONFLITO EM NÚMEROS

14 MILHÕES de habitantes,

2/3 dos quais de etnia Igbo, (19% da população do país em 1967, num total de 55 milhões de habitantes)

Tropas nigerianas:
cerca de
100 mil em 1967
e 250 mil em 1968

Tropas do Biafra:
cerca de
30 MIL em 1967
110 MIL em 1968

Cerca de
45 MIL baixas militares da Nigéria e
100 MIL entre as forças do Biafra

Entre 2 milhões e 4,5 milhões de deslocados, e de 500 mil a 3 milhões de refugiados

Abuja também se comprometeu em disponibilizar
105,4 milhões de euros

para limpar a região das minas antipessoais e bombas, e construir escolas, tribunais, igrejas e mesquitas

17 MIL BOMBAS

ainda ativas já foram destruídas, mas

1317 permanecem dispersas

Entre

1 E 2 MILHÕES DE MORTOS

por fome e doenças

Em outubro de 2017 o Governo nigeriano aceitou indenizar as vítimas do conflito e disponibilizou uma verba de 139 milhões de euros, que será entregue a cerca de 500 sobreviventes que enfrentam o «perigo inerente provocado por explosivos que foram abandonados» após a guerra

meses de 1968. As consequências de um estrito bloqueio começam a fazer sentir-se, sobretudo entre a população civil. Em meados de 1968, um ano após a proclamação da independência, o Biafra está totalmente cercado, e com a queda de Port Harcourt fica sem acesso ao mar.

A dimensão do conflito ultrapassa as fronteiras do país. O Reino Unido, a URSS, a Organização de Unidade Africana (OUA) aliam-se ao governo federal. Isolada diplomaticamente, a «República do Biafra» apenas foi reconhecida por quatro países africanos: Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia.

A França, contudo, também está envolvida neste jogo entre grandes potências, e o chefe presidente Charles de Gaulle opta por se solidarizar com a causa dos biafreses. Nos bastidores deste apoio oficial está Jacques Foccart, o «Senhor África» do Eliseu e fundador do Serviço de Ação Cívica (SAC), especializado em operações clandestinas no continente africano, e que organiza o fornecimento de armas e de mercenários aos independentistas. Na perspectiva de Paris, a partilha da Nigéria permitiria reduzir a esfera de influência britânica nesta região da África Ocidental, onde a presença colonial francesa foi intensa. E o conflito

prolonga-se, implicando cada vez mais mortes civis, pela doença e pela fome.

Ação humanitária

Isolada do mundo, a «República do Biafra» regista no verão de 1968 uma enorme fome. A população refugiada só recebe duas refeições por semana. Em 3 de julho de 1968, um representante da Cruz Vermelha calcula entre 8 milhões e 12 milhões o número de pessoas afetadas pelo conflito e calcula 200 mortes diárias



Entre os médicos que trabalham para a Cruz Vermelha conta-se Bernard Kouchner, que um ano após o conflito funda os Médicos Sem Fronteiras

por escassez alimentar.

Um mês depois, surge o relato de um enviado da agência France-Presse: «Pensávamos assistir ao desfile de fantasmas, magros e silenciosos, envoltos nos seus farrapos cinzentos. (...) São quase todos mulheres e velhos. Já não há muitas crianças no Biafra. (...) Os refugiados, com o ventre inchado, fogem do ruído dos canhões dos federais. O cerco aperta-se.»

Neste cenário macabro, o fotojornalismo contribuiu decisivamente para a divulgação de um conflito num continente que já parecia esquecido pelos europeus após o início dos processos de descolonização. A morte é mediatizada.

No final de agosto de 1968, o que resta do Biafra acolhe mais um milhão de refugiados devido ao avanço das tropas federais. «Morre uma pessoa a cada 15 minutos, os refugiados morrem de fome e de esgotamento», conta o repórter da AFP.

Após diversos ataques «rebeldes» contra os poços de petróleo, as forças nigerianas reforçam o bloqueio e proíbem os voos da Cruz Vermelha internacional. Em resposta, ocorre uma crescente mobilização, também vinda da «sociedade civil», com destaque para França. Organizações humanitárias tentam ultrapassar



Campos de refugiados Awgu (à esquerda) e Nwanze (à direita) eram locais de morte lenta, pela fome, para muitos milhares de biafrenses

as reservas de Lagos, que suspeita de que armas e homens sejam transportados nas colunas humanitárias, como sucedeu em diversas ocasiões.

No período mais crítico do conflito, só as igrejas cristãs e a Cruz Vermelha Francesa prosseguem os voos humanitários, em condições perigosas. Voo piratas descolam de várias capitais para garantir alimentos às populações agnizantes.

Neste contexto, surge um movimento dirigido por médicos que trabalhavam para o Comité internacional de Cruz Vermelha (CICV), onde se inclui Bernard Kouchner, então com cerca de 30 anos, que decide desrespeitar convenções e fronteiras políticas para intervir em nome da ajuda humanitária. No final de 1971, um ano após o final deste conflito,

o grupo liderado por Kouchner, futuro ministro em diversos governos franceses, anuncia a fundação dos Médicos sem Fronteiras (MSF).

O fim de um Estado efêmero

Em agosto-setembro de 1968 o exército de Lagos desencadeia nova e importante ofensiva, retomando diversas localidades, incluindo Aba. Em março-abril de 1969, Umuahia, a nova capital biafrense, cai em poder das forças federais. Por fim, nos inícios de 1970, o exército federal lança o seu último ataque. Em 15 de janeiro o Biafra deixa de existir.

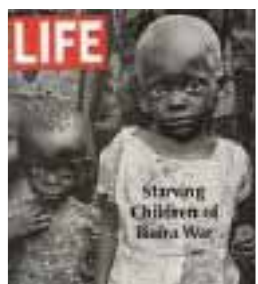
Antes, em 11 de janeiro, Ojukwu abandonava a região e refugiava-se na Costa do Marfim, deixando ao seu sucessor, Philip Effiong, a tarefa de assinar a rendição, dia 15. Gowon declara não existir

«nem vencedor nem vencidos» e apela à reconciliação nacional.

Após 13 anos de exílio, o governo federal do presidente Shehu Shagari concedeu o perdão oficial a Ojukwu, permitindo-lhe um regresso triunfal em 1982. Após a sua morte, em novembro de 2011, as Forças Armadas nigerianas concederam-lhe as mais altas ordens militares e foi sepultado num mausoléu em Nnewi, a segunda maior cidade do estado de Anambra.

O conflito gerou, no entanto, um profundo ressentimento. O Sudeste derrotado retomou o seu lugar na federação, mas a guerra reforçou os poderes dos militares, com sucessivos golpes a assinalar a vida política nigeriana até 1999. O Biafra caía depois no esquecimento, mas a chama da rebelião ameaça reacender-se, em particular desde a subida ao poder, em 2015, do presidente Muhammadu Buhari, originário do Norte muçulmano.

Primeiras vítimas do embargo imposto pela Nigéria ao território independentista, as crianças subnutridas foram as principais vítimas de um conflito motivado por rivalidades étnicas e económicas, com a ingerência de países que pretendiam manter a influência na zona. No balanço final, conta-se entre 1 e 2 milhões de mortos, na larga maioria civis. ■



Imprensa internacional O Biafra foi capa pelos piores motivos

Mercenários para o Biafra

A troca de bons pagamentos, pilotos e engenheiros portugueses qualificados viveram aventuras arriscadas durante o conflito nigeriano

por **Ricardo Silva**



Quando Ojukwu declarou a secessão do Biafra, a 30 de maio de 1967, o Governo da Nigéria contava esmagar rapidamente a rebelião dos Igbo e não se coibiu de o anunciar nos meios de comunicação. Foram palavras que se revelaram ocultas, como seria de esperar de um exército federal que contava com apenas 8 mil homens e mal conseguia garantir a segurança das fronteiras. Os primeiros desaires levaram, pois, o Governo nigeriano a investir no exército, mesmo sem que este tivesse pessoal treinado para absorver o armamento moderno que recebia. No outro campo, o exército rebelde do Biafra debatia-se com um problema similar: eram raros os pilotos de etnia igbo e faltavam-lhe quadros para liderar os milhares de recrutas que estavam a ser treinados e equipados. A resposta às dificuldades foi semelhante nos dois campos: contratação de mercenários europeus habilitados nas mais diversas tarefas técnicas, mas especialmente para pilotarem os aviões que chegavam da URSS, do Reino Unido e... de Portugal.

A forma como estes homens eram contratados nem sempre seguia um modelo

convencional, como se verificou dia 1 de setembro de 1967, quando um DC-4 da Air Trans Africa aterrou numa base da Força Aérea Portuguesa (FAP) em Henrique Carvalho, Angola. Um dos militares presentes deteve-se a observar os mercenários que formavam a tripulação: Jack Malloch, Paul Rex e um navegador português chamado Castelo Branco, acabando por travar conhecimento com os exóticos visitantes que lhe deram a conhecer o mundo em que operavam.

Os voos de Gil Pinto de Sousa

Esse militar chamava-se Gil Pinto de Sousa e era um piloto de T-6 da FAP que tinha acabado a sua comissão de serviço há pouco tempo. Mas não estava ainda disposto a voltar a Portugal e acabou por aceitar um convite que lhe traria aventura e dinheiro. De Luanda seguiu para São Tomé a bordo do DC-4, e dali para o Biafra, onde começou a realizar voos de treino em bombardeiros B-25 e não tardou a participar nos ataques que estes aparelhos realizavam contra as colunas federais que avançavam a partir de Calabar. No mês seguinte apenas um dos B-25 estava operacional e Pinto de Sousa teve

menos oportunidades de voar em combate, passando a acumular voos no B-25 com missões num avião de transporte F-27. Uma noite, no início de outubro, o português deveria ter partido para mais uma missão noturna num F-27, mas quis o destino que trocasse de serviço com outro camarada porque nessa noite tinha ficado combinado que iria ser o anfitrião de uma festa. Foi a sua salvação, porque o F-27 em que deveria ter voado despenhou-se e não houve sobreviventes.

Nos meses seguintes a situação começou a piorar para o Biafra, com a chegada de material mais moderno e o exército federal a atingir entre 80 mil e 120 mil homens em 1968. Os vetustos aviões que o Biafra adquirira no mercado negro pouco podiam fazer para se opor aos MiG-17 que a URSS tinha entregado ao Governo nigeriano e que eram pilotados por mercenários britânicos.

Para Pinto de Sousa, a aventura terminou e o português foi finalmente repatriado. Para o Biafra seguiu-se uma luta sem grande esperança e a 30 de maio de 1969 já só controlava 10% do seu território original. Neste pequeno território viviam 6 milhões de pessoas que tinham recuado



Voos arriscados
Gil Pinto de Sousa durante a Guerra Colonial, junto a um T-6 da Força Aérea Portuguesa; à esquerda, um MiG-17, avião que a URSS entregou ao Governo nigeriano e que era pilotado por mercenários britânicos

GETTYIMAGES

com os rebeldes e enfrentado a fome e a ausência de cuidados médicos, o que causou milhares de mortos entre os civis.

Os quatro cavaleiros do Apocalipse

Em meados de outubro de 1969, um navio descarregou um conjunto de fuselagens e caixotes no porto de Bissau. Tratava-se de quatro aviões T-6G que chegavam de Portugal, mas nenhum destes se destinava a servir na FAP. Estas aeronaves eram para o Biafra, e para as transferir e pilotar foram enviados quatro pilotos que tinham sido contratados em Portugal. Um deles era Gil Pinto de Sousa, que depois da breve experiência de 1967 decidira voltar a arriscar a sua sorte no Biafra; os outros eram Armando Crós Brás, Artur Alves Pereira e José Eduardo Peralta. Eram todos antigos pilotos da FAP com experiência militar obtida na Guerra Colonial e as condições financeiras oferecidas pelos secessionistas biafrenses eram bastante apelativas: mil dólares por cada mês de serviço fora do Biafra, que passavam a 3 mil no seu interior; a estes somavam-se mil dólares por entregar o avião no Biafra, além de bónus por missões especiais,

como ataques contra as bases dos MiG-17. Além dos pilotos também foram contratados dois engenheiros para auxiliar na manutenção dos T-6G. Chamavam-se Faustino Borralho e Jorge Cânico.

O recrutamento destes homens foi feito de forma rudimentar. Pinto de Sousa tinha sido recusado num concurso para piloto da TAP e trabalhava como piloto de mondas no Alentejo quando recebeu uma chamada de Lisboa: «Disseram-me: 'Temos em Tires uns T-6 abatidos da Guerra da Argélia para mandar para o Biafra. Alinhas?' E eu alinhei.»

Ganhavam mil dólares por mês, que passavam a 3 mil se atuassem no interior do Biafra – além de prémios e bónus por missões especiais

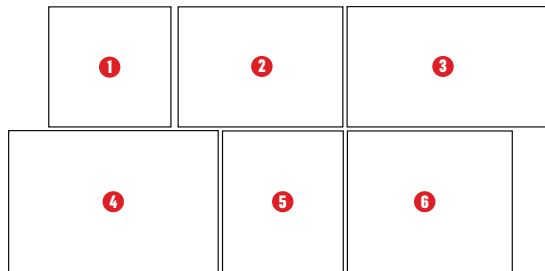
Os quatro pilotos partiram de Faro num avião biafrense e chegaram a Bissau em finais de outubro, seguindo-se uma série de incidentes que culminaram com a desistência de Armando Brás, que abdicou do seu contrato e voltou para Portugal. Os portugueses também terão sido pressionados pelo comandante da FAP em Bissau no sentido de não se envolverem no conflito, tendo replicado que apenas iriam transferir os aviões para o Biafra e voltariam de seguida. Com um piloto a menos, apenas três T-6G acabaram por levantar para a primeira fase do voo que terminava em Abidjan, não tardando a registar-se problemas. Um dos aviões teve uma avaria no motor e outro no rádio, voltando ambos para Bissau e deixando Pinto de Sousa prosseguir a sós na sua longa travessia até à capital da Costa do Marfim. De volta a Bissau, Pinto de Sousa e os seus dois companheiros voltaram a levantar voo com os restantes três T-6G e desta vez chegaram todos a Abidjan. Enquanto Pinto de Sousa e Artur Pereira se deslocavam ao Biafra para analisar a situação, Peralta ficou em Abidjan a tentar convencer os biafrenses a estabelecer uma escola de aviação na Costa do ►

► Marfim, acabando por abandonar o país e voltar a Portugal após perceber que a sua proposta não iria avante.

Prisioneiro na selva

Entretanto, chegou um novo piloto chamado José Manuel Pignatelli, que se juntou a Pinto de Sousa e Alves Pereira, tendo o trio levantado voo em direção ao Biafra (onde já se encontravam os dois engenheiros) no dia 30 de outubro. Apesar de um planeamento cuidadoso, o voo foi um desastre. Alves Pereira e Pignatelli alcançaram Uli quando já era noite, e ao aterrar foram desligadas as luzes da pista devido à presença de um avião nigeriano. Apesar das dificuldades, ambos conseguiram aterrar sãos e salvos, ao contrário de Pinto de Sousa, que anos mais tarde narrou a sua experiência: «Eu fui o último a arrancar – e perdi-me. Não tinha instrumentos e não consegui encontrar a pista. Ainda fiz alguns quadrados de reconhecimento, mas nada.» O português não conseguiu detetar nenhum marco no solo que o ajudasse a orientar-se num território desconhecido, e com a escuridão e o combustível a esgotar-se sucedeu o inevitável: «Nunca tinha saltado na vida e sabia que podia cair em território inimigo. Senti muito medo.» O T-6G caiu a aproximadamente 125 milhas a sul de Keffi, em território controlado pelas forças federais, tendo o português sido descoberto quando tentava «destruir alguns documentos importantes» que ainda se encontravam no avião. Uma mulher começou a gritar, «vieram os aldeãos e eu disse-lhes que era um piloto brasileiro que ia para Libreville. Mas não tive hipóteses. Prenderam-me».

No dia seguinte, Pignatelli e Pereira voltaram a levantar nos seus T-6G e voaram na direção da sua futura base, em Uga, onde realizaram algumas acrobacias para anunciar a chegada. Os dois aviões passaram a formar o 42º esquadrão biafrense, sob o comando do capitão Alves Pereira, juntando-se aos MFI-9B «Minicons» ainda operacionais dos 45º e 47º esquadrões. Tanto os pilotos como os engenheiros pas-



LEGENDAS

- 1 Um T-6G biafrense a ser camuflado após mais uma missão de combate
- 2 Artur Alves Pereira junto ao seu T-6G, em pleno Biafra
- 3 Rodeado de militares nigerianos, Gil Pinto de Sousa fotografado após a sua captura
- 4 Hank Warton em Lisboa, pouco antes de levantar voo para o Biafra num Super Constellation
- 5 Jack Malloch (à direita) e um mercenário rodesiano
- 6 Artur Pereira junto a camaradas biafrenses

saram a viver numa vivenda nos arredores de Arokwa, onde a ementa era invariavelmente frango com batata ou mandioca, sendo a rotina quebrada com algum chouriço e vinho que o piloto Manuel Reis lhes trazia nos seus voos de ligação. As missões dos portugueses incluíam ataques contras as colunas militares que avançavam pelas estradas, metralhar barcos no rio Cross e no delta do Níger e algumas missões de elevado risco, como a que ocorreu no dia 10 de novembro e que se revelou o maior sucesso dos T-6G.

Ataques eficazes

Após um voo de apenas seis ou sete minutos, os dois aviões surgiram no aeroporto de Port Harcourt e surpreenderam um grupo de MiG-17 desprotegidos na rampa. Os dois portugueses entraram a alta velocidade, a metralhar e a lançar foguetes, voltando para um segundo ataque em que atingiram um DC-4 que estava a ser descarregado. Apesar de as autoridades nigerianas negarem a perda de qualquer



CORTESIA ARTUR PEREIRA



MiG, admitiram a destruição do DC-4 e a morte dos 20 nigerianos que estavam a descarregar o avião, uma realidade que segundo alguns mercenários presentes no local terá sido bem mais devastadora. Um dos pilotos de MiG-17 era um britânico que descreveu o ataque como «altamente profissional» e indicou a destruição de um MiG e de um bombardeiro Il-28 que ia a passar, tendo dois MiG-17 partido no encalço dos portugueses sem que conseguissem alcançá-los. A aviação biafrense voltou a atacar nesse dia, com um raide contra uma pista em Escravos que causou a destruição de um DC-3 e danos em vários aviões. Quatro dias depois, foi a vez de os «Minicons» atacarem as docas em Warri e atingirem dois navios que estavam a descarregar material, o norueguês *Titanica* e o norte-americano *African Crescent*.

Humilhados pelos últimos acontecimentos, os oficiais nigerianos tomaram uma série de medidas para tentar anular a eficácia da aviação biafrense. Os MiG-17 foram pintados numa nova camuflagem e



adotaram táticas de patrulha mais agressivas, a base de Port Harcourt viu as suas defesas reforçadas e o sistema de alerta tornou-se mais assertivo. O jogo do gato e do rato entre os aviões biafrenses e os MiG-17 tornava-se mais perigoso. Em finais de novembro, um dos T-6G seguiu com o seu piloto português para uma pista avançada em Mbawsi, após chegarem relatórios que indicavam a presença de unidades nigerianas na estrada entre Aba e Umuahia.

O T-6G levantou voo e detetou uma coluna que recebeu uma carga completa de foguetes de 68 mm e foi metralhada sem piedade. Alertados em Port Harcourt, os MiG-17 dirigiram-se ao local a alta velocidade, mas não conseguiram encontrar o adversário. O português já tinha aterrado em Mbawsi e o avião tinha sido camuflado. Quando os federais finalmente detetaram a pista avançada, realizaram ataques de retaliação, mas o T-6G já estava de volta a Uga e os bombardeamentos não causaram qualquer dano.

Um final dramático

Apesar da bravura dos pilotos biafrenses, o espectro da derrota começava a causar impacto na moral e registavam-se incidentes que prenunciavam o fim do conflito. Os portugueses também se ressentiram, e José Pignatelli parece ter sido particularmente afetado. Numa noite de dezembro apanhou boleia num avião que tinha acabado de descarregar armas e partiu para Abidjan alegando ir buscar o

T-6G que José Peralta se negara a transferir. Não só não se apresentou para recolher o avião, como nunca mais foi visto no Biafra. O engenheiro Borrvalho também partiu nesse mês com uma elevada quantia em dinheiro para adquirir peças para os aviões e não regressou, sendo, porém, de levar em conta que a guerra terminaria passado algumas semanas e pode não ter tido tempo para empreender o regresso, mesmo que o quisesse.

Em janeiro de 1970, o exército biafrense já não conseguia resistir ao avanço das forças federais e cedia o pouco território que lhe restava, notando-se uma quebra de resistência acentuada a partir de 7 de janeiro. No dia seguinte já todos presentem que a rendição pode acontecer a qualquer momento e para os estrangeiros ainda presentes no Biafra é o pânico e o salve-se quem puder. Artur Pereira procura escapar num avião que deveria seguir para São Tomé e onde não conseguiu lugar, voltando então para a pista onde encontrou um T-6G pronto a descolar e embarcou juntamente com um piloto biafrense que dificilmente escaparia com vida se fosse capturado. Levantaram voo e dirigiram-se para sul aterrando no Gabão, o primeiro país a reconhecer o Biafra e onde sabia que seria acolhido.

Três dias depois, Ojukwu seguiu a mesma rota. A rendição do Biafra foi assinada em Lagos no dia 15, assinalando o fim de uma guerra que custara a vida entre 90 mil a 120 mil militares e de 1 a 2 milhões de civis biafrenses, sobretudo devido à fome e às doenças a que o cerco os sujeitara.

Mas, para Pinto de Sousa, a guerra ia continuar durante mais alguns anos. Após a sua captura foi transportado para Lagos, onde ficou preso sem contacto com o exterior, apoio judicial ou esperança de ser solto. Aos olhos da lei era um mercenário e ser português só piorava as coisas. O fim só chegou após o 25 de Abril de 1974, quando Mário Soares aproveitou uma conferência em Argel para obter o repatriamento do piloto. **III**

Pilotos portugueses levaram a cabo operações de alto risco de que resultou a destruição de vários MiG e de outros aviões da Nigéria



São Tomé Camião com a ajuda ao Biafra e vista aérea da cidade. Página ao lado: Um Super Constellation prestes a partir de Portugal

JORNAL O SÉCULO/ANTT

Voos com armas e alimentos

A ponte aérea autorizada por Salazar e levada a cabo por traficantes de armas com uma componente alimentar, ajudou o Biafra a resistir aos federalistas nigerianos

A localização do Biafra nunca foi um trunfo do ponto de vista militar. O acesso ao mar foi facilmente anulado por um embargo naval, e em terra fecharam-se todos os caminhos para a fronteira com os Camarões. Só restava aos rebeldes tentar estabelecer uma ponte aérea para receber armas e alimentos, de modo a continuar a luta e atenuar a grave crise humanitária em curso no Biafra. Mas para a ponte aé-

rea ser viável eram necessários quatro requisitos: «agentes» capazes de obter armas nos mercados internacionais; aviões para proceder ao seu transporte; tripulantes que aceitassem os enormes riscos envolvidos; e pistas no exterior que permitissem realizar os arriscados voos para o Biafra.

Se para os três primeiros pontos o mais importante era ter recursos financeiros, para o último era fundamental contar com um apoio estatal que dificilmente

seria possível obter junto dos países que faziam fronteira com a Nigéria. O mesmo não se pode dizer de Portugal, que não hesitou em conceder todas as facilidades e foi fundamental para o Biafra estabelecer uma ponte aérea com o exterior. As autoridades não só fecharam os olhos à atividade dos traficantes de armas que usavam Cascais, Faro, Lisboa e Tires como depósitos de material, como também permitiram o uso de pistas civis e militares em Lisboa, ilha cabo-verdiana do Sal, Bissau e São Tomé, que se tornou na principal ligação do Biafra com o exterior.

A ponte aérea começou com um episódio curioso que revela bem a importância de Portugal em toda a rede de contrabando. A Air Trans Africa era uma empresa que tinha apenas dois aviões: um velho DC-4 veterano da II Guerra Mundial e um Super Constellation dos anos 50, mas que era conhecido por realizar missões muito especiais e delicadas, como tráfico de armas, contrabando de combustível e transporte de mercenários. Desde 1965, que operava uma «carreira» entre a Zâmbia e a Rodésia para furar o bloqueio britânico em frente da Beira e as sanções da ONU; em Angola era conhecida por reabastecer na base aérea de Henrique

Carvalho, por onde passavam os seus aviões carregados com armamento e mercenários a caminho do Congo. A empresa de Jack Malloch era a indicada para as missões mais complicadas e por isso Pierre Laureys não duvidou em encomendar à Air Trans Africa um serviço extremamente perigoso. Tinha 50 toneladas de armas e munições para entregar ao Biafra e estava disposto a pagar bem pelo frete.

Traficantes em São Tomé

No dia 9 de julho de 1967, o DC-4 levantou voo na capital da Rodésia e seis horas mais tarde aterrou em Luanda. Aos comandos do avião estava Jack Malloch, que dali seguiu para Bissau e por fim para Lisboa, onde foi atestado de combustível e armamento. No retorno a África dirigiu-se a São Tomé e da ilha seguiu discretamente para uma pista em Enugu, no Biafra, onde chegou no dia 13. Foi o primeiro de muitos carregamentos de armas com passagem obrigatória por São Tomé, uma atividade tolerada pelas autoridades locais e sancionada ao mais alto nível, pelo próprio Salazar. São Tomé tornou-se assim a plataforma por onde passavam os aviões de transporte carregados de armas e os mercenários que iam à boleia, mas a pista também era ponto de passagem dos aviões que iam formar a força aérea biafrense. Em julho de 1967, dois bombardeiros B-25 foram alterados em Miami para atravessar o Atlântico e em finais de outubro encontravam-se em São Tomé, onde um piloto cubano conhecido por «Capitão Yas» e outro norte-americano

Em Tires e Faro

Em Portugal também se colaborava com a aviação biafrense. A empresa SEAMA (Sociedade de Exploração de Aeródromos e Manutenção de Aeronaves) estava baseada em Cascais e dedicou-se a restaurar aviões T-6G que tinham pertencido à força aérea francesa. Os aviões sofreram uma revisão profunda e em setembro de 1969 já tinha completado o trabalho nos primeiros quatro T-6G, que após uma série de testes em Tires seguiram para a Guiné.

Em Faro a colaboração foi ao ponto de ser autorizado o estabelecimento de uma base biafrense, na sequência da *Operação Fénix*, que permitia a realização de trabalhos de manutenção aérea, depósito de material de guerra, militarização de aviões civis... Além de funcionários portugueses, também albergava estrangeiros como os mecânicos John Fluney e Ed Short, ambos de nacionalidade norte-americana, tendo Short casado com uma biafrense. Eram presenças habituais os Super Constellation e C-47 de transporte, assim como de aviões de combate Meteor.

se encarregaram de os transferir para Port Harcourt, no Biafra.

Missões humanitárias

A fome foi porventura a faceta mais terrível da secessão do Biafra, com as imagens de homens, mulheres e crianças em estado de magreza cadavérica a circularem na imprensa mundial e a causarem uma onda de solidariedade com o povo biafrense. A Cáritas foi das primeiras instituições a financiar o envio

de alimentos, começando a sua operação em março de 1968, com o envio de 60 toneladas de alimentos de Portugal para São Tomé. Para a parte final do trajeto foi necessário negociar com os traficantes de armas, e o padre Byrne encontrou-se com Hank Warton no hotel Tivoli, em Lisboa, onde ficou acordado que seriam pagos 3800 dólares por viagem e que Warton «oferecia» uma viagem por cada seis.

Warton tinha uma pequena frota de Super Constellation com que se dedicava ao tráfico de armas, que agora intercalava com o transporte de alimentos, mas a sua grande prioridade passava pelas armas. As igrejas começaram a criticar de forma aberta as opções de Warton, o que levou o governador de São Tomé e Príncipe, major Silva Sebastião, a fazer um ultimado ao contrabandista: se não disponibilizasse voos humanitários de forma proporcional, ordenaria o fim do abastecimento de combustível. A Warton só restava aceitar as condições exigidas e os seus aviões reforçaram o transporte de cargas financiadas pela Cáritas e outras organizações católicas e protestantes.

À medida que a guerra foi avançando, os voos humanitários tornaram-se mais perigosos e as pistas mais inseguras, levando os pilotos a usarem métodos alternativos para entregar alimentos e salvar vidas. Um desses homens era o ex-piloto da força aérea canadiana Lynn Garrison, que aplicou uma técnica usada no seu país para entregar mantimentos em áreas remotas: cada saco de comida era introduzido num saco maior, com o avião a largar os sacos a baixa altitude e velocidade. Ao atingir o solo o saco menor rebenta com o impacto, mas o exterior mantém a sua integridade e evita que o conteúdo se espalhe. Várias toneladas de alimentos foram assim entregues quando já não havia pistas onde aterrar. Estes voos continuaram até ao fim da guerra e permitiram salvar milhares de vidas, mas foram insuficientes para inverter a grande fome que vitimou centenas de milhares de biafrenses. **|| Ricardo Silva**

OPERAÇÃO FÉNIX

Permitia a realização de trabalhos de manutenção aérea, depósito de material de guerra e militarização de aviões civis das tropas do Biafra

Matar a fome em São Tomé

Durante cerca de ano e meio, a província portuguesa acolheu mais de 400 crianças vindas do Biafra, que assim escaparam à morte. E os habitantes da ilha viram pela primeira vez leite em pó

por **Cláudia Lobo**

A 4 de setembro de 1968, um SuperConstellation preparava-se para levantar voo da pista de Uli, no Biafra. Dizem os jornalistas que o nome pomposo de «aeroporto internacional» escondia a verdade: tratava-se na verdade apenas de um pedaço de estrada asfaltada, suficiente no entanto para permitir a aterragem dos aviões vindos de São Tomé, carregados com ajuda humanitária internacional que se concentrava naquela ilha. O SuperConstellation já havia sido descarregado quando os pais de um grupo de crianças se apresentaram na pista, pedindo que os seus filhos fossem levados dali. Os membros do Joint Church Aid (com a sigla JCA) meteram as crianças no avião e levantaram voo. Noventa minutos depois, aterrariam em solo seguro.

Seriam elas as primeiras vítimas da fome do Biafra a chegarem à ilha, do total de mais de 400 crianças que, durante um ano, voaram para aquele território português. «Vinham desnutridas, às portas da morte», recorda Angelina de Almeida, das Filhas da Caridade Canossiana em São Tomé, uma das irmãs que as recebeu. «Eram todas ossos, esqueletos. Precisavam com urgência de atenção médica e alimentação.»

'Jesus Christ Airlines'

A Joint Church Aid – que entre os pilotos

ganharia a alcunha de «Jesus Christ Airlines» – reunia uma série de igrejas que, face à tragédia que se vivia no Biafra, se juntaram e criaram aquilo que foi uma das maiores pontes aérea da História, a Airlift to Biafra. Juntas na JCA, a Caritas Internacional, a Diakonische Werk, a Nord Church e a Joint Church Aid USA transportaram, entre 1967 e 1970, mais de 60 mil toneladas de alimentos e de ajuda humanitária para a zona do conflito. O programa foi iniciado em março de 1968, com o transporte, por mar, para São Tomé, de 60 toneladas de alimentos, que depois seriam enviados por ar para o Biafra. Foi nessa altura que os são-tomenses descobriram o leite em pó.

No mês em que chegaram as primeiras crianças, setembro de 1968, foi criado, por

KWASHIORKOR, A DOENÇA DA FOME

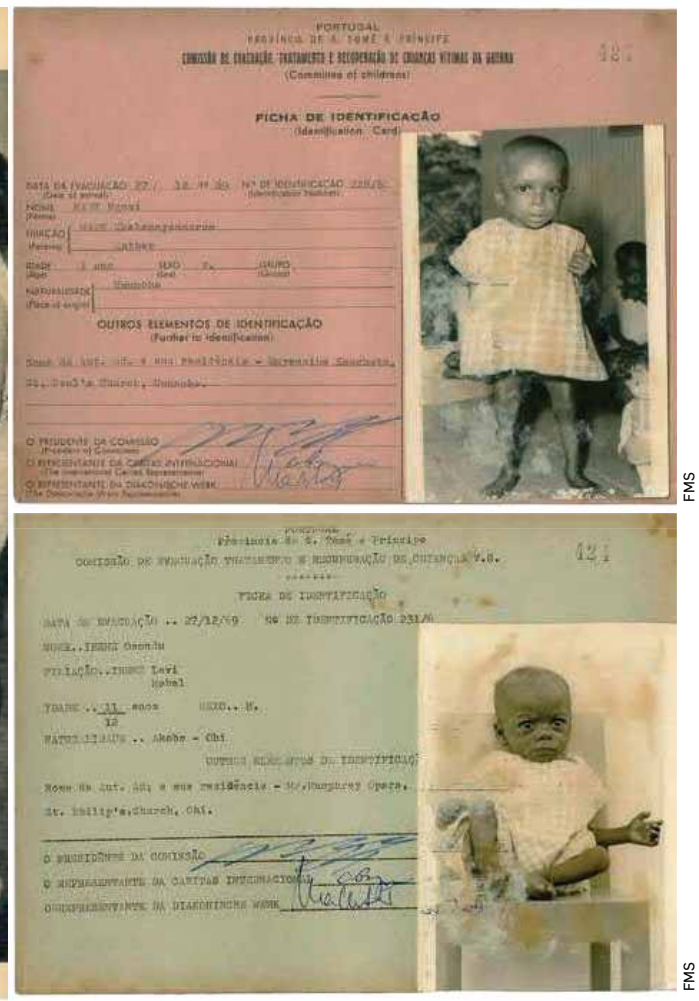
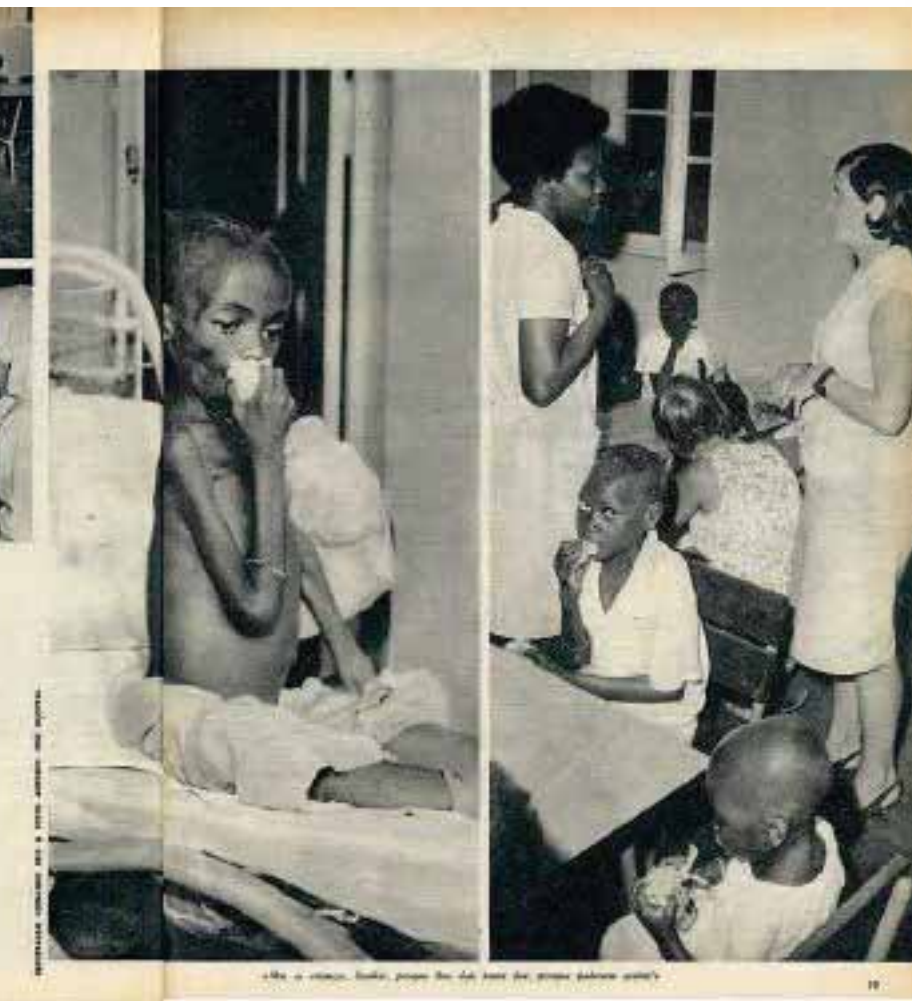
Meio milhão de crianças do Biafra com menos de 5 anos sofreram de Kwashiorkor, uma doença causada pela ausência continuada de proteínas e vitaminas, o que acontece sobretudo em quem se alimenta apenas de farinha ou arroz, durante o crescimento. Uma grande barriga, olhos avermelhados e perda de cor do cabelo são os sintomas visíveis de um mal que pode causar, entre outras coisas, atraso mental.



'Famintos do Biafra' As fichas das crianças evacuadas para São Tomé (ao lado) e uma reportagem na revista *Flama* de outubro de 1968

despacho do governador da província, Silva Sebastião, a Comissão de Evacuação, Tratamento e Recuperação de Vítimas de Guerra (CETER), em colaboração com a Caritas Internacional e a Diakonische Werk. O grupo encarregar-se-ia dos refugiados. À chegada, todos eram fotografados e identificados, elaborando a CETER uma ficha: cor-de-rosa para as meninas, cinzenta para os meninos. Hoje, encontram-se no Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe 249 destas fichas.

Em outubro de 1968, eram já 150 os biafrenses que haviam chegado à ilha. Eram logo «transportadas de ambulância para o Hospital Central», segundo relata a revista *Flama* de 11 de outubro de 1968. No ofício enviado para o Ministério do Ultramar, o governador mostrava-se muito satisfeito com os resultados obtidos: apenas seis crianças tinham morrido, o que correspondia a uma taxa de mortalidade de menos 4 por cento, muito inferior à



registada nos campos de evacuação da Cruz Vermelha em Libreville

O Hospital Central de São Tomé foi adaptado à nova realidade, tendo sido criado um internato para estas crianças. Na Quinta de Santo António, propriedade do Estado e residência oficial dos biafenses, foram construídas duas casas de zinco para as receber. «No início, acomodámo-las onde foi possível, não apenas na Quinta», revelou a irmã Angelina de Almeida numa entrevista ao geógrafo Xavier Muñoz-Torrent, publicada no jornal são-tomense *Correio da Semana*. «Pusemo-las no jardim de infância e em salas da escola convertidas em dormitório. Dormiam em simples esteiras no chão. Não esperávamos refugiados, muito menos crianças. Apareceram de surpresa, pela mão dos padres irlandeses. Os primeiros meses foram muito duros. Elas falavam apenas a sua língua, não as compreendíamos e temíamos não poder responder ao que elas nos estavam a pedir e às suas necessidades.»

Por estes dias, vivia-se uma agitação pouco comum em São Tomé, onde Mário Soares tinha sido exilado pela PIDE pouco

tempo antes. O restaurante da Pousada de São Jerónimo passou a estar aberto de noite para poder atender os pilotos da JCA, que, por questões de segurança, voavam de noite. De repente, havia estrangeiros por todo o lado, graças à ponte humanitária, e armazéns cheios de comida, várias vezes assaltados. «A alimentação trazida de fora foi utilizada para salvar as crianças do Biafra, e também para alimentar as crianças daqui», conta Angelina de Almeida na mesma entrevista.

'Crianças que nem sabiam chorar'

Ao todo, terão passado por São Tomé cerca de 400 crianças, segundo a intervenção de Castro Salazar, deputado na Assembleia Nacional, a 24 de janeiro de 1970, três meses depois de feito o último voo que levou crianças para São Tomé, em setembro de 1969. «Estas crianças chegaram a São Tomé num estado de extrema desnutrição, portadoras das mais variadas doenças, esqueléticas e apáticas; crianças marcadas para toda a vida pelos horrores da guerra, e que já nem sequer sabiam chorar», disse na sua intervenção.

«Não esperávamos refugiados, muito menos crianças. Apareceram de surpresa, pela mão dos padres irlandeses. Os primeiros meses foram muito duros»

«Nunca tinha visto crianças pequeninas tão desnutridas, algumas nem conseguiam ficar de pé», diz Angelina de Almeida. As crianças tinham entre menos de 12 meses e 12 anos de idade. «Quando a guerra terminou», recorda Angelina de Almeida, «nenhuma criança se queria ir embora. Os pequenos queriam ficar, só que alguns dos mais velhos estavam conscientes de que tinham de voltar e, de facto, era isso que estava acordado internacionalmente. Para eles nós éramos a sua família. A despedida esteve carregada de muita emoção. Eles choravam. Nós também.» ■

A 'GUERRA' DA BEIRA

O apoio português à Rodésia «branca» de Ian Smith envolveu a ação direta de Salazar e desencadeou um bloqueio britânico nas águas de Moçambique que se prolongou por quase uma década

por **Ricardo Silva**

Na década de 1960 o continente africano caminhava a passos largos para o fim total do colonialismo, sucedendo-se as cerimónias de independência das antigas colónias. Parecia cumprir-se integralmente o direito do povo africano à autodeterminação e à emancipação racial. Contudo, na África Austral a situação era outra. Portugal mantinha-se inflexível quando ao futuro de Angola e Moçambique, que considerava parte inalienável do seu território. Quanto à África do Sul, era independente, mas colonizava de forma ilegal o Sudoeste Africano (Namíbia), além de ser dirigida pela minoria branca que institucionalizara o regime de *apartheid* para segregar a sociedade e oprimir a maioria de origem africana. Foi neste quadro delicado que o Governo britânico começou a planear a independência das colónias que detinha naquela região – o Botsuana, a Rodésia e a Zâmbia –, tendo por objetivo garantir que os povos locais não sofressem um destino semelhante ao dos sul-africanos.

A Zâmbia (Rodésia do Norte na terminologia imperial britânica) tornou-se independente a 24 de outubro de 1964, e o Botsuana (antes conhecido por Bechuanalândia) a 30 de setembro de 1966.

Os dois processos correram sem grandes sobressaltos e deram lugar a países estáveis. Na Rodésia (Rodésia do Sul britânica) o cenário foi, porém, muito distinto, com a minoria branca a tentar replicar o modelo político da África do Sul e a unir esforços na formação da Frente Rodesiana, em março de 1962. Este partido, liderado por Ian Smith, um branco filho de imigrantes britânicos que combatiera na Royal Air Force durante a II Guerra Mundial, justificava a sua existência pela alegada necessidade de manter o *status quo* como modo de se opor à expansão do comunismo (que procurava ligar ao nacionalismo negro rodesiano). Para o Reino Unido estava, contudo, fora de questão permitir que um novo regime de *apartheid* fosse formalizado com a sua conivência, e por isso convocou representantes rodesianos para uma conferência, em Victoria Falls.

Em junho de 1963, o representante do ►

Beira, Moçambique Vista aérea do estratégico porto e postais ilustrados de finais da década de 1960





► Governo britânico apresentou as condições indispensáveis para que fosse concedida a independência: um terço dos deputados deveriam ser nativos, substituição progressiva da lei de 1930 sobre a distribuição de terras e supressão de toda a discriminação racial. Estas condições punham obviamente em causa a estratégia segregacionista da Frente Rodesiana. Em abril de 1964, aproveitando-se de circunstâncias políticas internas, Smith aceitou ao posto de primeiro-ministro interino da Rodésia do Sul, implementado uma política racista inspirada no *apartheid* sul-africano, embora ainda sem declarar unilateralmente a independência.

Aliados de circunstância

Enquanto as negociações entre o partido de Ian Smith e as autoridades britânicas se arrastavam, Portugal e a Rodésia alinhavam posições e preparavam o futuro. Em 1964, o cônsul português informou que o seu país estaria disposto a reconhecer o Governo de Ian Smith e a prestar auxílio no caso de ser alvo de um embargo. No verão desse ano foi dado mais um passo na colaboração entre os dois países, com a organização de um encontro entre Ian Smith e Salazar a revelar-se um momento decisivo das relações entre Lisboa e Salisbúria. Ambos os líderes partilhavam a opinião de que a política britânica estava a favorecer o avanço do comunismo em África e de que o Ocidente se mantinha indiferente à estratégia soviética, tendo Salazar informado Smith que poderia contar com o máximo apoio de Portugal e da África do Sul. O interesse de Salazar e do colonialismo português num regime dominado pela Frente Rodesiana estava longe de ser inocente, visto tratar-se de um aliado que se revelaria fundamental para impermeabilizar uma larga extensão da fronteira moçambicana e assim evitar a presença da Frelimo nessa região.

Alinhados os ponteiros, Portugal desencadeou uma campanha diplomática defendendo uma solução que incluísse o Governo de Ian Smith.



A 11 de maio de 1965, Salazar dirigiu uma carta ao Presidente norte-americano, Lyndon Johnson, onde enunciava os seus argumentos em prol do regime rodésiano, destacando que se tratava da região africana com maior desenvolvimento económico e tocando num tema a que o inquilino da Casa Branca era particularmente sensível. Segundo as palavras do ditador português, a Rodésia era dos poucos países recém-independentes que se «encontrem livres de infiltração comunista e oferece contra esta uma sólida barreira», sendo que a ascensão do comunismo naquela região levaria a «uma crise militar muito séria» que poderia ter vastas consequências económicas com impacto «para o dólar e para a libra». Salazar também defendeu a tese pioneira (e algo contraditória face

ao que se verificava na África do Sul) de que com o tempo os brancos rodésianos iriam integrar a maioria negra na sua administração. A terminar a missiva, e em tom de apelo, Salazar salientava a oportunidade de os EUA poderem «desempenhar um papel histórico evitando uma nova crise de vastas proporções», bastando para isso usar a sua influência junto do governo britânico e demonstrar o seu apoio à «independência imediata da Rodésia».

A carta de Salazar foi apenas parte da pressão diplomática levada a cabo por Portugal junto dos EUA. Quatro dias mais tarde, a 15, o embaixador português em Washington, Vasco Garin, entrou em contacto com um assessor de Johnson para lhe expressar o receio de uma catástrofe caso o Reino Unido recorresse à força

«A Rodésia é um dos poucos países recém-independentes que se encontram livres de infiltração comunista e oferece contra esta uma sólida barreira»

Salazar, em carta enviada ao presidente norte-americano Lyndon Johnson, em maio de 1965





Praias da ponta do Macuti Ao contrário dos britânicos, os marinheiros portugueses facilmente podiam relaxar em terra



para resolver o diferendo. O diplomata não se ficou por ali, e no dia 17 tentou sensibilizar o secretário de Estado, Dean Rusk, para a posição da Rodésia, comparando a ação do Reino Unido com a dos japoneses em Pearl Harbour, e acusando Londres de querer «arrastar a comunidade internacional para medidas que nunca haviam sido tomadas».

A 11 de novembro de 1965, Ian Smith resolveu avançar para a declaração unilateral de independência, após conversações infrutíferas, em Londres, com o Governo britânico, então liderado pelo trabalhista Harold Wilson. Desencadeou-se assim uma grave crise diplomática que culminou numa reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU. Nove dias mais tarde, a ONU declarava o seu apoio ao Reino Unido e aconselhava os seus membros a não manterem qualquer tipo de relações diplomáticas ou a reconhecer o que classificou como uma «autoridade ilegal»; pediu ainda a todos os estados que se abstivessem de prosseguir atividades económicas com a Rodésia.

Um embargo imperfeito

Reforçado pelo apoio da ONU, o Reino Unido declarou o embargo de produtos petrolíferos com destino à Rodésia com o

objetivo de paralisar a economia rodesiana e forçar Ian Smith a negociar. Mas para o embargo resultar era necessário ultrapassar a falta de colaboração de Portugal, que não acatou o pedido da ONU e permitiu que o porto moçambicano da Beira continuasse a receber petróleo com destino à Rodésia. Analisadas as várias opções, o Reino Unido decidiu iniciar um bloqueio naval que visava evitar que qualquer petroleiro que transportasse petróleo para a Rodésia pudesse ali descarregar.

A 4 de março de 1966, a fragata *HMS Lowestoft* iniciou as operações nas águas do canal de Moçambique. Por essa altura já estava a caminho a fragata *HMS Ryhl* e um navio de apoio logístico, e dois dias mais tarde os aviões do *HMS Ark Royal* começaram a sobrevoar os navios mercantes que cruzavam aquelas águas. Além dos meios navais, o Reino Unido também enviou um destacamento de aviões Shackleton para uma base em Majunga, em Madagáscar, que tinham maior alcance que a aviação embarcada no *HMS Ark Royal* e podiam voar em condições atmosféricas adversas. A súbita atividade da Royal Navy foi recebida em Lisboa de forma extremamente negativa e o Governo português decidiu reforçar o seu dispositivo naval em Moçambique, que

dali em diante contou com uma forte presença de navios da Armada em missões de soberania. Por lá passaram as fragatas das classes Álvares Cabral e João Belo, as mais modernas da Armada, e centenas de marinheiros.

Apesar da apertada malha britânica em redor da Beira, os elevados prémios que a Rodésia oferecia constituíam uma tentação a que alguns armadores não resistiam. Um deles era dono do *Joanna V*, um petroleiro de bandeira grega que em fevereiro tinha carregado 18 700 toneladas no Golfo Pérsico e navegava rumo à África do Sul, tendo a Rodésia como destino final da carga. O Governo grego instruiu os seus proprietários a mudar de rumo para Roterão, mas o conselho não foi seguido e o capitão Vardinogiannis também ignorou os avisos britânicos, o que levou Londres a pedir autorização à Grécia para usar a força – pedido recusado. A 5 de abril, a fragata *Plymouth* interceptou o *Joanna V* e o seu capitão foi questionado sobre a presença naquele local e o destino final da carga, ao que este respondeu que pretendia ancorar na Beira apenas para receber provisões e que o petróleo se destinava ao Djibuti, justificação desprovida de credibilidade. O *Plymouth* não estava mandatado para uma ação mais vigorosa, e o petroleiro prosseguiu a sua viagem para a Beira.

O incidente levou a mais uma reunião do CS da ONU, que nesse mesmo mês de março de 1966 endureceu a sua posição através da Resolução 221. A Portugal pedia-se o fim do transporte de petróleo da Beira para a Rodésia e ao Reino Unido autorizava-se o uso da força para evitar que algum petroleiro voltasse a furar o bloqueio. A primeira medida tomada pelos britânicos consistiu em avisar o ➤

EM LISBOA, POR CORTESIA

Ian Smith veio conferenciar com Salazar na altura em que estava a negociar com o Reino Unido a independência da Rodésia. Logo à sua chegada, a 4 de setembro de 1964, explicou que vinha em «visita de cortesia», mas que aproveitaria para conhecer os governantes, dado o seu desejo de manter boas relações com Portugal, «um dos nossos mais antigos e mais firmes aliados do mundo». Talvez por isso mesmo, Salazar recebeu-o durante duas horas, no Forte de Estoril, onde passava as férias. Ao encontro assistiu o diretor dos Serviços de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caldeira Coelho, que serviria até de intérprete. Também o ministro Franco Nogueira o recebeu, oferecendo-lhe até um almoço no Palácio das Necessidades. Ian Smith chegou a Lisboa vindo de Luanda, onde, segundo a agência Reuters, declarou que as independências em África deveriam dar-se «por evolução normal e não por meio de revoluções, que conduzem a situações semelhantes à do Congo». **EC**



► comandante do *Joanna V* (que ainda se encontrava na Beira) de que o seu navio seria verificado assim que zarpasse do porto moçambicano, e apresado se tivesse descarregado a carga.

O mandato da ONU não contemplava o apoio de outras marinhas e deixava para o Reino Unido o ónus de financiar uma operação extremamente cara.

Tédio em alto mar

A monotonia das missões britânicas ao largo da Beira levava a um tédio que só raramente era quebrado. No caso português, as patrulhas das fragatas e corvetas da Armada eram relativamente curtas e os marinheiros podiam relaxar com frequência na Beira, frequentando os cafés da baixa, indo ao cinema São Jorge ou percorrendo a curta distância até às praias da ponta do Macuti. As fragatas britânicas navegavam lentamente por rotas pré-estabelecidas em patrulhas que duravam semanas, sem um porto próximo onde pudessem atracar.

A rotina só voltaria a ser quebrada a 19 de dezembro de 1967, quando um

petroleiro de bandeira francesa foi detetado a caminho da Beira. A fragata *Minerva* aproximou-se do *Artois* e ordenou que parasse, ordem que não foi cumprida. O comandante britânico disparou tiros de aviso, ignorados pelo *Artois*, que entrou em águas territoriais portuguesas. Apesar de se ter confirmado que o *Artois* não estava envolvido no tráfico de petróleo, a situação levou o Almirantado a determinar que se algum petroleiro voltasse a ignorar a ordem de deter a sua marcha, o navio britânico estava autorizado a abrir fogo com os seus canhões de 20 ou 40 mm, tiros de aviso que deveriam cruzar a proa do seu alvo. Caso este insistisse em prosseguir, dever-se-ia atingir a chaminé com munições não explosivas, lançar cargas de profundidade nas suas proximidades e, por fim, se tudo falhasse, havia autorização para abrir fogo contra a ponte ou a casa das máquinas.

Nos anos seguintes a patrulha da Beira tornou-se umas das missões mais indesejadas da Royal Navy. Em março de 1971, o primeiro-ministro Edward Heath, con-

servador, autorizou que houvesse apenas um navio em permanência, e três meses mais tarde foi a vez da Royal Air Force concluir as patrulhas aéreas. A difícil situação financeira que o Reino Unido atravessava levou a um decréscimo do número de fragatas operacionais e as patrulhas começaram a ser intermitentes.

Mas acabou por ser a Revolução dos Cravos, em 1974, a determinar o fim do embargo. O novo Governo português entrou em negociações com a Frelimo, e a 25 de junho de 1975 foi formalizada a independência de Moçambique. As novas autoridades moçambicanas não esqueceram o apoio rodesiano ao regime português derrubado, não sendo difícil ao Governo britânico obter garantias de um embargo total a partir de então.

Ian Smith conseguiu aguentar o seu Governo durante mais quatro anos, até que em 1979 aceitou negociar um acordo de paz com as guerrilhas rodesianas, acatando a transição para uma democracia representativa que culminou com o reconhecimento internacional do país em 1980, com o nome de Zimbabué. ■■

O 007 de Salazar

Jorge Jardim era o homem certo para as operações mais secretas do Estado Novo. Formou uma «mini CIA» e tornou-se o «dono» de Moçambique. Para sobreviver, jogou uma última cartada – que falhou

por J. Plácido Júnior

Chorou de raiva quando reprovou na inspeção para o serviço militar, por ser demasiado franzino e baixo. Mas Jorge Pereira Jardim, que em pequeno superou uma meningite e aos 29 anos já era subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, vingar-se-ia daquela humilhação. Qual 007, agente secreto ao serviço de Salazar e do Império, protagonizou, a sério, ações que por vezes ultrapassam a ficção de James Bond. Comandou pelotões de combate no

mato africano, conspirou nos salões da diplomacia e funcionou como ponte para vários serviços secretos, favoráveis (como o rodesiano e o sul-africano, dos governos supremacistas brancos) ou hostis (o KGB soviético, por exemplo) ao regime colonialista português. Também foi um multifacetado empresário, de industrial a dono de jornais, e ainda arranjava tempo para organizar os concursos de misses em Moçambique, algumas das quais utilizava depois como suas espias.

Retrato-robô
Jardim era um chefe manipulador e ardiloso de uma rede autónoma de peões e apóstolos que o seguiam incondicionalmente



LIVRO 'JORGE JARDIM, AGENTE SECRETO'

Especialista autodidata em informação e contrainformação, manipulador obedecido, chefe ardiloso de uma rede autónoma de peões e apóstolos que o seguiam incondicionalmente – este é um seu retrato-robô consensual. Um tal Jorge Jardim (JJ), porém, apenas começou a aparecer após o jovem engenheiro agrônomo, nascido em Lisboa em 1919, abandonar o Governo, desgastado pelos constantes conflitos com o ministro que o tutelava, Ulisses Cortez. Ainda assim, continuou bem cotado junto de Salazar quando, em 1952, operou um corte radical na sua vida, aceitando um convite do empresário Raul Abecassis para dirigir a fábrica da Lusalite (produtos em fibrocimento) na vila moçambicana do Dondo. Já antes disso, quando membro do Governo, JJ vestia a farda de bombeiro para ir combater incêndios – o que mostra que não cabia na estreiteza burocrática da vida portuguesa da década de 1950.

Na sua decisão de abalar para Moçambique, com quatro filhos e a mulher grávida do quinto, misturaram-se os apelos heroicos à defesa do Império, dos tempos de estudante, e as imagens grandiosas de África transmitidas por Baden-Powell, fundador do escutismo. Não tardou a formar uma espécie de «mini CIA», financiada por generosas verbas do Orçamento do Estado para as Forças Armadas, depositadas em contas pessoais de JJ. Esse fluxo financeiro especial era gerido a partir de um discreto escritório na Beira, a segunda cidade moçambicana, perto do seu «quartel-general» do Dondo. Embora articulasse operações em África com a PIDE, Jardim mantinha zonas de impenetrabilidade em relação à polícia política do regime.

Índia, a prova dos nove

Em dezembro de 1961, face à desproporção abissal dos meios bélicos em presença, as tropas da Índia de Nehru ocuparam Goa em dois tempos e fizeram prisioneiros os 4 mil militares portugueses da guarnição. A capacidade do «James Bond»

YOUNG PIONEERS

Guarda de Hastings Banda, presidente do Malawi, organizada por Jorge Jardim, que tinha por objetivo controlar as infiltrações dos guerrilheiros da Frelimo através do lago Niassa



GETTYIMAGES

Hastings Banda O Presidente do Malawi foi manobrado por Jardim ao ponto de o país se tornar num «protetorado» de Portugal

► português» ia pela primeira vez ser colocada verdadeiramente à prova.

A Índia não pretendia reter os prisioneiros, mas o cativo prolongava-se porque Salazar queria ganhar tempo e fazer esquecer o episódio. O ditador chegou a mandar deter 12 mil indianos em Moçambique, que passaram a constituir moeda de troca. JJ foi então chamado a resolver o impasse como «agente especial». Iniciou a tarefa com uma espécie de sequestro moral de Kakoobai, um indiano que vivia em Moçambique, dono de grande fortuna. Enquanto ele estava em Lourenço Marques (hoje Maputo), Jardim roubou-lhe da sua casa da Beira documentos comprometedores, mas conseguiu que Kakoobai ainda lhe ficasse agradecido. Convenceu-o de que a PIDE se preparava para os confiscar. Em Lisboa, JJ pôs homens de guarda à casa onde se encontravam a mulher e a filha do indiano, dizendo-lhe outra vez que eram agentes da PIDE que apenas esperavam a sua chegada. Foi o momento em que fez uma proposta «irrecusável»: Kakoobai passava-lhe uma procuração sobre todos os seus bens em Moçambique e, ao mesmo tempo, abria-lhe as portas em Nova Dehli. O «negócio» resultou em

cheio. Em fevereiro, JJ partia da Suíça, munido de um passaporte com nome falso e visto da Embaixada indiana naquele país, acompanhado de Kakoobai. À chegada, foi logo recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, V.C. Trivedi.

Após várias viagens de Jardim, a crise resolveu-se em maio de 1962, com o embarque dos 4 mil prisioneiros em três navios que os conduziram a Portugal depois de cinco meses de cativo. À chegada a Lisboa, não houve honra nem glória – antes pelo contrário. Salazar chamara «cobardes» a estes militares, por não terem lutado até à morte. Em

Comandou pelotões de combate no mato africano, conspirou nos salões da diplomacia e funcionou como ponte para vários serviços secretos

março de 1963 foram decretadas punições severas: dez oficiais foram expulsos das Forças Armadas, a começar pelo deposto governador do Estado da Índia, general Vassalo e Silva.

Para satisfação do ditador, JJ não concedeu a Vassalo e Silva a honra de ser a última pessoa a abandonar Goa. Ficou ele mais algum tempo no território. E há fortes indícios de que, ao mesmo tempo em que se reunia com dignitários indianos, Jardim era o mandante de bombas que rebentavam em Goa. Esses engenhos explosivos eram fabricados e colocados por um português de ascendência goesa, Casimiro Monteiro, temido ex-agente da polícia colonial, que três anos depois, a 13 de fevereiro de 1965, já ao serviço da PIDE, assassinaria o «General sem Medo», Humberto Delgado, que afrontava Salazar, e sete anos mais tarde preparou a encomenda-bomba que, a 3 de fevereiro de 1969, rebentou nas mãos do primeiro presidente da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), Eduardo Mondlane, e o matou.

A submissão do Malawi

Terminada a aventura indiana, JJ preparou-se para a chegada da guerrilha nacionalista a Moçambique. Focou a sua



Ódios de estimação Com a sua filha Carmo, Jardim ladeia o general Kaulza de Arriaga, que detestava – e vice-versa. Na foto pequena, acompanhando o presidente Américo Tomás numa inauguração, em Lisboa. Sempre discreto, mas poderoso

LIVRO 'JORGE JARDIM'

GESCO

atenção na Niassalândia, que mudaria de nome para Malawi, cujo território penetra profundamente no de Moçambique. Jardim trabalhou para conhecer a pessoa certa, Pombeiro de Sousa, um português residente desde 1946 em Blantyre, a capital do Malawi, e que foi o fornecedor dos móveis da casa de Hastings Banda, médico e líder do Malawi Congress Party. Pombeiro de Sousa, em articulação com JJ, irá desempenhar um papel decisivo no condicionamento da política do Malawi por Portugal.

Ao início, o dirigente africano revelava alguma duplicidade. Ainda assim, JJ aconselhou Lisboa a apostar numa política de aproximação. E uma oferta para melhorar o fornecimento de combustíveis ao país, através de uma ligação ao porto de Nacala, proporcionou a Jardim um contacto direto com Banda, em meados de 1963. Um ano mais tarde, a 6 de julho de 1964, foi proclamada a independência do Malawi, concedida pela Grã-Bretanha, e as cerimónias contaram com uma forte delegação do regime colonial português.

No mesmo ano, com intermediação de Jardim, o empresário português Manuel Boullosa, presidente da Sociedade Nacional do Petróleo, juntou-se a Banda

para formar a Oil Company of Malawi. E JJ foi nomeado cônsul do país africano na Beira. Todo este entendimento com o poder colonial português quase saiu caro a Banda. Logo no princípio de 1965, demitiu vários ministros insurgentes do seu Governo. Um deles, Henry Chipembere, tentou mesmo, em fevereiro, liderar um golpe de Estado contra Banda. Foi uma intentona sangrenta, e só com o apoio de tropas portuguesas Banda recuperou o poder, enquanto Chipembere conseguia refúgio nos EUA.

Jardim tratou depois de arranjar a Banda uma guarda presidencial, designada Young Pioneers, no comando da qual co-



Duo Ao lado de Orlando Cristina, o seu operacional mais eficaz

LIVRO 'JORGE JARDIM, AGENTE SECRETO'

locou um dos seus colaboradores mais diretos, Orlando Cristina, um caçador de elefantes que falava as línguas nativas. Efetivos dos Young Pioneers constituíam também a Marinha malawiana, aqui chefiados pelo tenente Manuel Agrellos, da reserva naval portuguesa. JJ controlava, assim, as atividades dos opositores de Banda e eventuais infiltrações dos guerrilheiros da Frelimo através do vasto lago Niassa. Até ao 25 de Abril de 1974, o Malawi seria uma espécie de protetorado de Portugal – graças a Jardim.

O último 'tiro'

Baltazar Rebelo de Sousa (pai do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa) foi governador-geral de Moçambique de 1968 a 1970. E tirou a conclusão de que ali havia três poderes, como mais tarde resumiu: «O do governador, que devia ser muito e era nenhum; o do comandante militar, que mandava na tropa; e o do eng. Jardim, que mandava de facto em quase tudo.»

Exemplos não faltam. Em 1971, JJ preparou um golpe de Estado contra o Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, que acolhia no seu país o quartel-general da Frelimo. O objetivo era colocar ➤

GOLPE NA TANZÂNIA

Em 1971, Jardim preparou um golpe de Estado contra o Presidente Julius Nyerere, que acolhia no seu país o quartel-general da Frelimo. Se bem sucedida, a intentona colocaria no poder Oscar Kambona, «amigo» de Portugal. Mas falhou



LIVRO 'JORGE JARDIM, AGENTE SECRETO'

«Negócios» Pombeiro de Sousa, agente de Jardim, o próprio e malawianos à porta do Commercial Bank of Malawi

► no poder um ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Oscar Kambona. Enquanto era desencadeada uma campanha de desestabilização, através de sabotagens e panfletos, Kambona visitava Lisboa, escudado pelo cantor João Maria Tudela, um dos acólitos de Jardim, e por Palmira Barral, uma ex-miss Quelimane com quem JJ se casaria em segundas núpcias após enviuvar de Teresa, mãe dos seus 12 filhos (entre os quais as «famosas» irmãs Jardim, como Carmo ou Cinha).

O plano para derrubar Nyerere falhou porque tinha como complemento crucial a destruição da principal base da Frelimo, a de Nachingwea, perto do rio Rovuma, na Tanzânia. Entendeu o comando português que a maneira mais eficaz de concretizar essa ação implicava um bombardeamento com jatos Fiat, o que não foi autorizado. Na altura, estava a ser dada prioridade à *Operação Mar Verde*, sobre Conacri, com objetivos idênticos – atacar o coração do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Lisboa não podia dar-se ao luxo de manter duas investidas militares simultâneas de tal envergadura.

Depois, a capacidade de recrutamento na metrópole começava a esgotar-se. A solução foi, a partir de 1971, «africanizar» a tropa colonial, incorporando nativos aliciados pelo ordenado e «estatuto». Em Moçambique, perto do 25 de Abril de 1974, os efetivos africanos já representavam mais de metade da guarnição. E a grande concentração de tropas africanas dava-se no Centro de Instrução de Grupos Especiais,

no Dondo. Ou seja, eram na prática o corpo de batalha privado de Jardim, que o disponibilizava para todo o tipo de operações, como, por exemplo, a proteção da construção da gigantesca barragem de Cabora Bassa, em Tete, que a ala mais salazarista do regime via como afirmação de que o Império estava para ficar. Mas não estava. Em 1972, a *Operação Nó Górdio*, com a qual o general ultradireitista Kaúlza de Arriaga (que JJ detestava – e vice-versa) prometera «aniquilar» a Frelimo, já era um fracasso assumido. E, em dezembro daquele ano, uma descontrolada companhia de Comandos perpetrou o massacre de Wiriamu, em Tete, assassinando centenas de pessoas. A denúncia internacional da chacina surgiu a 10 de julho de 1973, no diário britânico *The Times*, num artigo do padre Adrian Hastings. E o massacre dominou a visita oficial de Marcelo Caetano, o sucessor de Salazar, a Londres, entre os dias 16 e 18 daquele mês. Um desastre.

Em 1973, tentou obter a paz com a Frelimo. Mas dirigentes como Machel ou Chissano ligavam Jardim ao atentado que matou Mondlane

Chegara a altura de JJ se demarcar de Lisboa. Tentou, então, um processo de negociações com a Frelimo. O plano previa a independência e a instauração de um regime multipartidário, que ao mesmo tempo protegesse os interesses dos colonos. Recorreu à intermediação do Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, que desesperava por acordos de paz com Portugal, que abrissem ao seu país caminhos para o mar. Mas a direção da Frelimo recusou-se a sentar-se à mesa com Jardim. Samora Machel, Joaquim Chissano e outros altos dirigentes dos guerrilheiros ligavam JJ ao atentado que matou Mondlane. Jardim, porém, negou durante anos a fio qualquer envolvimento nesse assassinio. Em vão.

No dia do golpe militar que derrubou a ditadura do Estado Novo, 25 de Abril de 1974, JJ estava em Lisboa. Quis regressar a Moçambique, mas foi impedido de o fazer por Spínola e Costa Gomes, que recebavam a dinâmica provocada pela sua presença... Seria acolhido por um ditador africano, Omar Bongo, do Gabão, em cuja capital, Libreville, morreu a 1 de dezembro de 1982, aos 63 anos, na sequência de uma paragem cardíaca. Sempre pediu que, sob qualquer circunstância, fosse autopsiado – o que não aconteceu. Só depois de morto foi desobedecido pelos seus. ■

Fontes: *O Último Aventureiro*, de Pedro Vieira, VISÃO nº 158, de 28 de março de 1996; *Jorge Jardim: agente secreto*, de José Freire Antunes, ed. Bertrand, 1996; *Os Anos da Guerra Colonial*, de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, ed. QuidNovi, 2012



'Flechas' Combatentes da tropa especial da Direção-Geral de Segurança, no mato angolano, e respetivo estandarte

A ação encoberta da PIDE/DGS

Uma das táticas utilizadas pelo Governo português foi, recorrendo ao uso de estrangeiros, desestabilizar e promover golpes nos países que apoiavam os movimentos de libertação

por **María José Tíscar**

Após 1945 coincidiram no mundo duas formas de guerra concorrentes: a Guerra Fria e as guerras coloniais nos territórios administrados pelos velhos impérios europeus, fenómeno que atingiu Portugal quando as outras metrópoles fechavam este ciclo histórico e a África emergia como ator nas relações internacionais. Tal fac-

to fez que a Guerra Colonial portuguesa tivesse uma dimensão internacional, pois desenvolveu-se num tabuleiro de muitas frentes e não só nas três que envolveram Portugal e os movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique. Com efeito, alargou-se ao complexo xadrez africano da altura, onde a tensão entre os dois lados da Guerra Fria também se fazia sentir e

onde atuavam, como armas determinantes desta, os serviços de informação e as operações secretas.

A PIDE, estendida às colónias «para precaver as províncias ultramarinas contra o aparecimento de grupos de tendências independentistas», instituiu o seu dispositivo em 1954, ano da derrota francesa na Indochina e do início da guerra da Argélia. Mas o dispositivo nunca foi suficiente para um espaço tão vasto, embora viesse a ter um papel determinante nas informações e nas operações encobertas. Esta última vertente acentuou-se quando, a partir de 1961, os seus efetivos cresceram e os postos de fronteira foram orientados como antenas operacionais para fora do território português.

Como em todas as guerras, o Governo necessitava de informações estratégicas, indispensáveis não só para apoio à condução das operações militares, mas também para o suporte à decisão política, a qual não podia ser obtida somente pelos meios militares, diplomáticos ou administrativos. Por isso, a PIDE/DGS, paralelamente à diplomacia, seria um protagonista de relevo estendendo redes de informadores e colaborando nas operações encobertas que visavam a mudança de governos nos países vizinhos das colónias, que apoiavam os movimentos de libertação, ou, pelo menos, a desestabilização daqueles países, obrigando-os a ter uma posição menos sólida nesses apoios. ➤

OPERAÇÃO COLT

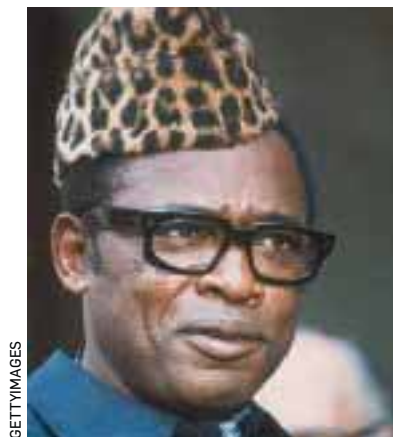
Desestabilização das populações zambianas das áreas fronteiriças utilizando os refugiados da Zâmbia em Angola. Objetivo: fornecer informação sobre o MPLA, que tinha aberto a Frente Leste apoiada naquele país

► Após a criação da OUA, em 1963, com o corte de relações diplomáticas e o agravamento do isolamento português em África, as legações lusas nos países vizinhos das colónias passaram a depender da vontade do Estado que ali assumiu a representação de Portugal (Suíça, Espanha ou Alemanha). E o panorama complicou-se quando, em 1966, Mobutu expulsou a diplomacia portuguesa do Zaire, ponto fulcral na guerra em Angola por acolher a FNLA. Isso debilitava de tal forma a estratégia de Lisboa, facilitando a abertura de novas frentes ao MPLA, que obrigou a deitar mão de colaborações externas, como a Aginterpress (*ler texto nesta edição*).

Colaboração com o SDECE

Terminada esta colaboração, em 1970, agora sob cobertura da Embaixada de Espanha foi criada uma missão informal em Kinshasa, a partir da qual os serviços portugueses voltaram a poder levar a cabo golpes de Estado contra governos vizinhos. As ações fora do território nacional tinham o risco acrescentado de poder criar grandes atritos na ONU, pelo que deviam ser realizadas por agentes não identificados como portugueses. Tornava-se necessário combinar operações de intervenção que fossem do interesse de outros países, como era o caso dos serviços franceses operando nas antigas colónias que se haviam desviado politicamente da via definida pela antiga metrópole. Existiam também estreitas relações com os serviços sul-africanos e rodesianos.

A colaboração da PIDE/DGS com os serviços franceses (SDECE/Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage) – dos quais era Morichot-Beaupré o delegado para estas operações de Jacques Foccart, conhecido como «Monsieur Afrique», secretário-geral para os Assuntos Africanos – foi determinante para estender as redes que permitiram conhecer a ação dos movimentos de libertação no exterior; os seus contactos com governos, as suas fragili-



GETTYIMAGES

Mobutu O homem forte do Congo a partir de 1965



GETTYIMAGES

Jacques Foccart O francês conhecido por «Monsieur Afrique»

dades ou cisões, bem como identificar as fontes de fornecimento de armamento, localizar bases de treino, identificar apoios financeiros e conhecer a sua atividade diplomática. Para além desta «colheita de informação positiva», desenvolver-se-ia uma estratégia operacional de infiltração do aparelho interno da guerrilha com o fim de provocar cisões destinadas a enfraquecê-la; para tal, foram utilizados operacionais originários do próprio meio ou que, sendo exteriores, nele se puderam infiltrar, contribuindo, simultaneamente, para a diminuição dos seus apoios sociais. Esta operação incluía ainda o «suborno dos chefes terroristas ou seus principais colaboradores».

Para as operações que visavam golpes de Estado, combinavam-se com os «aliados» os «governos colaborantes» a estabelecer e, neste aspeto, é de salientar a quantidade de figuras africanas que colaboraram com a polícia portuguesa e que posteriormente foram apresentadas

como alternativas democráticas nos seus respetivos países. Foram os casos de Jean Marie Doré na Guiné-Conacri, de Justin Bomboko no Zaire ou de Bernard Kolélas no Congo-Brazzaville.

Operações secretas importantes

Das muitas operações secretas em que participaram os serviços portugueses, algumas merecem destaque.

Uma delas é a *Operação Barbarossa*, de que tiveram conhecimento pessoal De Gaulle e Salazar. Tratou-se de uma das recorrentes tentativas de repor no poder em Brazzaville o abade Fulbert Youlou, governante apoiado pelo Eliseu que tinha sido deposto em agosto de 1963 e se encontrava refugiado em Kinshasa, sob a proteção de Moisés Tshombé (político este do agrado de Salazar, que lhe dera grande apoio na secessão do Cabinda). Esta operação consistia em conceder facilidades de vária ordem para que, a partir de Cabinda, penetrassem no Congo-Brazzaville forças destinadas ao «desencadeamento em simultâneo de três movimentos revolucionários», que afastassem do poder Massamba-Débat. A PIDE ocupou-se do fornecimento de armas, adquiridas na África do Sul e transportadas por mar até Noqui.

Outra é a *Operação Bikini*, nova tentativa para mudar o poder no Congo-Brazzaville, agora patrocinada por Mobutu. A PIDE treinou forças congoleesas em Lufige e transportou-as para Cabinda, a partir de onde seriam atacados os postos de Dolisie e Ponta Negra, onde estavam forças cubanas que protegiam o presidente Marien Ngouabi. O objetivo era substituir este por Bernard Kolélas, que tinha pedido diretamente apoio em Lisboa.

Outra ainda é a *Operação COLT*, organizada e dirigida pela PIDE. Consistia na desestabilização das populações zambianas das áreas fronteiriças utilizando os refugiados em Angola anti-Kenneth Kaunda. O objetivo era fornecer informação sobre o MPLA, que tinha aberto



Homenagem à DGS O ministro Silva Cunha com os responsáveis Barbieri Cardoso e Silva Pais e elementos dos 'Flechas'

a Frente Leste apoiada na Zâmbias. Parte destas redes de informadores foi armada para ações de desestabilização que impedissem o controlo do governo de Lusaca nessa área e levar Kaunda a não dar ao MPLA todo o apoio pretendido.

Em 1971, e como consequência da má qualidade das informações fornecidas pela DGS (novo nome da PIDE) de Bissau para a condução da *Operação Mar Verde*, dirigida contra Sekou Touré e o PAIGC, foi reorganizado aquele serviço na Guiné, enquanto Spínola encetava uma diplomacia «paralela». Visava esta resolver a guerra com a colaboração do Senegal (por meio de contactos com o governo de Senghor facilitados pela DGS), ao mesmo tempo que se desenvolviam novas ações contra o governo de Conacri, agora com um *modus operandi* mais discreto. Começou assim a *Operação Safira*, aproveitam-

do elementos contrários a Sekou Touré e visando desestabilizar o país e fragilizar a retaguarda do PAIGC.

A criação dos 'Flechas'

Aproveitando dissidentes originários dos países limítrofes, foram criados em Angola corpos de milícias armadas. São os casos dos «Fiéis» do Catanga no tocante ao Zaire, ou dos zambianos que se infiltraram na ex-Rodésia do Norte após a independência, origem dos «Leais». Com estas tropas podiam ser feitas operações nos países vizinhos de onde eram originários, sem que as responsabilidades pudessem ser atribuídas às forças portuguesas. Era um modo de fazer pressão sobre os governos para abrandar a proteção que davam aos movimentos de libertação.

Entretanto, em 1965, a pedido do diretor da PIDE em Angola, São José Lopes,

o inspetor Fragoço Allas fez uma proposta contendo duas medidas fundamentais: a criação de um corpo de auxiliares para reforço da fronteira Leste e a criação de aldeamentos para concentrar populações civis dispersas. O governador-geral Silvino Silvério Marques concordou e disponibilizou um orçamento que cobria também o custo com as famílias dos novos elementos da PIDE, para protegê-las de retaliações. É assim criado o Corpo de Auxiliares, ficando este sob a alçada da PIDE e os aldeamentos na dependência da administração civil da província.

O conjunto dos grupos integrados no Corpo de Auxiliares, que incluiu o criado pelo inspetor Oscar Cardoso, deu origem aos «Flechas». Estes começaram a ser treinados em 1967 e, a partir de 1971, com a chegada de Costa Gomes a Angola para ser comandante-chefe, foram ganhando importância, chegando a englobar 2 mil homens, usados nas operações militares. Os «Flechas» apoiavam o pessoal da PIDE/DGS na recolha de informação, no contacto com as populações (falavam as línguas locais) e colaboravam na proteção dos elementos policiais. Cada vez mais bem armados e sob controlo militar, puderam fazer frente aos guerrilheiros. ■■

OPERAÇÃO SAFIRA

Visava desestabilizar a Guiné-Conacri e fragilizar a posição do PAIGC na sua retaguarda, naquele país

Os 'espiões' da Aginterpress

Fascistas europeus 'sobreviventes' à II Guerra Mundial encontraram em Portugal campo fértil para colaborar ativamente nas operações de desestabilização em África

por **José Duarte de Jesus**

Terminada a II Guerra Mundial com a derrota dos dois principais países fascistas (a Alemanha nazi e a Itália de Mussolini), o fascismo não morrera, apesar de os vencedores representarem ideologias antifascistas sob a forma de democracias liberais ou do socialismo soviético. Com efeito, as tendências fascizantes existentes na sociedade europeia reorganizavam-se na clandestinidade sob a forma de grupos dinamizados por fascistas e nazis italianos e franceses ligados ao governo colaboracionista de Vichy e em muitos casos refugiados na Península Ibérica. Espanha e Portugal representavam, de facto, formas políticas mais próximas da ideologia fascista.

Começaram a aparecer movimentos fundamentalistas de direita, até no seio da própria Igreja Católica, designadamente na Suíça. Muitos deles encontraram em Espanha e em Portugal paraísos para criarem estruturas de modo a tornarem-se verdadeiras unidades operacionais terroristas. Basta lembrar os nomes de Otto Skorzeny, o militar alemão autor de algumas operações secretas de grande impacto durante a II Guerra (como o rapto de Mussolini do hotel do Gran Sasso), que só veio a falecer em 1975, ou Léon Degrelle, o grande colaboracionista belga, ambos exilados em Espanha.

Muitos dos colaboracionistas franceses foram julgados e condenados pelo

regime gaullista em França, e alguns, inclusive, condenados à morte. Várias destas organizações clandestinas eram encabeçadas por homens a que podemos chamar criadores de um neofascismo, mas que tinham objetivos diversos. No caso da França, é bem conhecido o grupo ligado ao problema da independência da Argélia: a chamada OAS – Organisation Armée Secrète.

Muitos desses homens fixaram-se em Portugal e formaram um grupo dinâmico que atuava contra a democratização



A ligação da Aginter Press a movimentos maoístas permitiu a um dos seus membros apresentar-se na Frelimo com um cartão que o identificava como maoísta

da Europa em geral. Foram facilmente utilizados pelo Governo português na sua postura internacional, e mais tarde na Guerra Colonial.

Destacamos, entre outras, figuras como o escritor Jean Haupt ou o comandante da Marinha René Valentin – contratado em Lisboa pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros como tradutor oficial. Quanto ao intelectual Ploncard d'Assac, coordenou, a partir da capital portuguesa e usando as instalações da Emissora Nacional, um programa de rádio em francês e em italiano chamado *La Voix de l'Occident*. Tratava-se de um instrumento de propaganda fascista, com elementos de um catolicismo fundamentalista, difundido para toda a Europa, facto que nos ocasionou alguns problemas diplomáticos com a Embaixada de França em Lisboa.

Não podemos esquecer que alguns dos envolvidos num dos atentados contra o general De Gaulle (penso que foi o que ficou conhecido como Petit Clamart) foram treinados em Lisboa pela Aginterpress em colaboração com a Legião Portuguesa, nas instalações do Largo do Rato.

Ploncard d'Assac, que veio para Portugal mais cedo, era um católico fundamentalista, antimaçon, de extrema-direita, depois antigauillista e que se tornou personalidade íntima de Salazar (tanto quanto se podia ser íntimo deste).

Criação de uma fachada

Um segundo grupo, mais militante, composto por elementos que tinham sido militares e que aqui encontraram refúgio, quase sempre em contacto direto com os que se encontravam em Espanha, foi mais diretamente abordado tanto pela PIDE como pela Legião Portuguesa, sobretudo pelo Departamento de Espionagem e Contraespionagem desta última.

De entre as várias personagens deste grupo, julgo dever salientar alguns nomes, pois foram aqueles que depois viriam a desempenhar um papel mais ativo. Refiro Henri le Rouxel, que organizaria umas conferências internacionais em Portugal



Arquivos da Aginter Press, Caxias, 1974
Depois de transferida para a Torre do Tombo, parte da documentação, referida nesta peça do jornal *Expresso* pouco depois do 25 de Abril, desapareceu

com o intuito de consolidar um grupo neofascista ativo, chamado «Convergência Ocidental». Outro, Yves Guillou, usava cerca de cinco nomes, um dos quais (talvez fosse o verdadeiro) Guérin-Serac. O filho deste, Philippe, e Robert Leroy pertenciam também ao grupo. Guérin-Serac e Robert Leroy vieram a ser o número um e o número dois da Aginterpress.

A criação notarial da Aginter Press, em Lisboa, data de 18 de abril de 1970; era na altura denominada Aginter – Agência Noticiosa e Editorial, Lda. Contudo, já se sabia da sua existência e atuação desde o início da década de 60. No concreto, exis-

tem dados desde 1966. De início atuava sob a designação de OT – Ordre et Tradition. Conhecem-se hoje a sua ação em Espanha, ligada ao MCR (Mouvement de Combat Contre-revolutionnaire), e as suas múltiplas ações terroristas na Itália, sob o nome de Banda Armata Aginter Press/Ordre et Tradition/OACI. Neste país ficou conhecida pelos numerosos atentados, que procurava atribuir ao Partido Comunista Italiano.

A admissão na OT e na OACI (Organização Anticomunista Internacional) obrigava a uma cerimónia quase iniciática. O texto da cerimónia de 10 de dezembro

de 1966, relativa à admissão como membro de Robert Leroy, encontrado nos arquivos de Caxias e fotografado por Maria Helena Vaz da Silva (que estava acompanhada pelo comandante Luís Costa Correia), foi publicado no *Expresso* em 1974.

Toda a sua ação consistia em ações de espionagem, contraespionagem e ações contrarrevolucionárias sob cobertura.

Deve sublinhar-se que, embora só descoberta poucos dias após o 25 de Abril de 1974, ela ainda continuou atuante a partir de Espanha, designadamente por ocasião da tentativa de golpe de 11 de Março de 1975 em Portugal.

O documento da «Matança da Páscoa», que está em grande parte na origem do 11 de Março, teria sido elaborado em Madrid por responsáveis da Aginterpress, segundo me disse o comandante Alpoim Galvão numa entrevista que lhe fiz em 2012.

Acordo Aginterpress-PIDE

Em 1966 teria havido um acordo entre a Aginterpress e a PIDE, cuja data exata não ousa adiantar. Um documento da PIDE, de 11 de outubro de 1966, e clas- ➤

OPERAÇÃO ZONA LESTE

Grande operação de espionagem e contra-espionagem e guerra subversiva no Senegal, Guiné-Conacri, Congo, Zâmbia e Tanzânia, no final dos anos 60

OPERAÇÃO KOBE

Tentativa de organização de um golpe de estado em Brazzaville, em 1967

► significado de «Muito Secreto», enuncia os termos do aludido acordo e refere que o mesmo deveria estar em condições de funcionar nos 15 dias seguintes.

O acordo visava a criação de uma grande operação de espionagem e contraespionagem e guerra subversiva em múltiplos países africanos, a que foi dado o nome de *Operação Zona Leste*. Previa o recrutamento de indivíduos de nacionalidade estrangeira; o concurso de sete oficiais militares de provada idoneidade ex-combatentes da Coreia e da Indochina; um orçamento passível de comportar o pagamento de salários, indemnizações e outras verbas a prever nos contratos não inferiores a seis meses; um administrador, chamado Central, com o comando de sete unidades móveis; um crédito orçado em 1 800 contos; e a possibilidade de a PIDE, não dispondo de tal montante, solicitar a comparticipação de outros departamentos.

A operação não teve logo início, como se previa no documento citado, pois um documento de 1967 refere-se à atribuição dos seguintes montantes às seguintes entidades: à Defesa Nacional, 900 contos; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros 600 contos; e à PIDE, 300 contos. Toda a operação, em valores atuais, orçaria em cerca de 1 milhão de euros anuais.

A *Operação Zona Leste* cobriria o Senegal, a Guiné-Conacri, a República Democrática do Congo, a República Popular do Congo, a Zâmbia e a Tanzânia. Segundo os serviços de Informação de outros países europeus, a Aginter contava com ajudas financeiras de outras redes de *intelligence*, designadamente da CIA.

Provavelmente, não foi por acaso que uma ou mais caixas com material arquivístico da Aginterpress, depois de transitarem para os arquivos da Torre do Tombo, estavam vazias, como pude

verificar pessoalmente quando fazia investigação sobre este tema.

A ligação com movimentos maoístas, designadamente da Suíça – refiro o PCS-ML/PPS (Parti Comuniste Suisse Marxiste-Leniniste/Parti Populaire Suisse) de Gerard Buillard – permitiu a Robert Leroy, por exemplo, apresentar-se na Frelimo com cartão daquele partido, que o identificava como maoísta.

Através da simpatia da filha de Gerard Buillard, encontrei na Suíça cópias de documentos, cujos originais tinham desaparecido em Portugal. Entre as operações secretas conhecidas, é difícil saber quais faziam ou não parte da *Operação Zona Leste*, se é que esta operação chegou a configurar-se como inicialmente planeada.

Numa informação secreta de 1968, relativa à orçamentação do projeto, afirmava-se estarem já em curso as seguintes operações: uma que tinha por objetivo separar Amílcar Cabral das estruturas do PAIGC; outra que procurava a defecção dos mandingas; outra que procurava

ALVOS DA AGINTER PRESS



AMÍLCAR CABRAL

Objetivo:
Separá-lo das estruturas do PAIGC



HOLDEN ROBERTO

Objetivo:
'Queimá-lo' dentro da FNLA



fomentar divergências internas no MPLA e outra ainda com o mesmo objetivo no interior da Frelimo.

Tschombé clandestino em Portugal

Afigura-se-me que em África, além de muitas operações de menor amplitude, deixaram marcas profundas as operações ligadas ao Catanga e a Moisés Tschombé; duas operações em Brazzaville, mas especialmente a segunda, a chamada *Operação Kobe*, uma tentativa de organizar um golpe de estado; a *Operação Barbarossa* e várias outras ligadas à Guerra do Biafra, designadamente a produção de moeda (libras biafreses) clandestinamente, em Portugal.

Na chamada Guerra do Catanga, as intervenções de Portugal via Aginterpress estiveram especialmente ligadas ao recrutamento de mercenários. Durante anos da década de 60, o número dois da Aginter, Robert Leroy, em conjunto com o seu velho camarada de armas, o alemão, ex-SS, Siegfried Müller, desenvolveram uma grande atividade clandestina em Kinshasa, no recrutamento de mercenários e na preparação de ações conducentes à secessão do Catanga.

Tschombé veio clandestinamente a Portugal, tendo a sua entrada na fronteira e estada em Lisboa sido cuidadosamente preparadas por Salazar. Curiosamente, nestes contactos a famosa D. Maria, governanta do presidente do Conselho, desempenhou um papel ativo. Envolvidos em toda esta operação estavam outros estrangeiros, como Lester, agente secreto «privado» de Salazar, de nacionalidade



O intelectual Ploncard d'Assac, que coordenou um programa de rádio de divulgação de propaganda fascista, gravado na Emissora Nacional, tornou-se íntimo de Salazar

inglesa, ou franceses da extrema-direita, como Roger Faulques. Esta configuração interessava a Salazar, pois, sob a cobertura da Aginterpress, não eram portugueses, mas sim estrangeiros, que, em conjunto com os serviços portugueses, davam a cara internacionalmente.

Aquando da independência do Congo-Brazzaville, o seu primeiro Presidente foi, como é sabido, o então famoso Abbé Youlou. Não obstante ser clérigo, como chefe africano tinha uma mulher, a «Maman Jeanette», que na altura desempenhou um papel de relevo. Youlou, homem dado a uma vida luxuosa, era profundamente anticomunista e antimaoísta, factos que tranquilizavam Salazar. Quando, em 1963, vem a ser deposto por Massemba-Debat, exila-se em Madrid, onde viverá tranquilamente financiado por Portugal. Nesta altura dá-se a primeira tentativa de golpe, uma operação secreta telecomandada a partir de Kinshasa pelos agentes da Aginter que estavam na nossa embaixada e cujos nomes-códigos são conhecidos. Uma vez falhada esta operação, a Aginterpress vai tentar uma segunda, a chamada *Operação Kobe*.

Desta vez, a operação é concebida pela Aginterpress numa reunião em Lisboa, em 1967, e pelo agente «Joel R22», Jean

Marie Laurent, e entregue a um tal Debret (ou Debreton). Como se tratava, então, de um governo congolês com simpatias e ligações à URSS, o golpe apresenta-se, na aparência, como um golpe de maoístas.

Foi uma operação financeiramente cara, em que a Aginter ganhou muito dinheiro, facto que permitiu a Guérin Sérac mudar das suas velhas instalações na Lapa para um apartamento moderno em Campolide.

Toda esta operação vem minuciosamente descrita num livro da autoria de um J. Debreton, intitulado *Coup d'État*.

Debreton e Jean-Marie Laurent foram presos depois de abortado o golpe, e ambos teriam declarado ter trabalhado para os serviços franceses, sem nunca revelaram os nomes dos chefes da Aginterpress.

A *Operação Barbarossa* foi concebida por Guérin Sérac em 1965 e visava Angola ou, mais precisamente, Holden Roberto e a GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), formado em 1962.

Esta operação consistiria em exfiltrar o então ministro da Defesa do GRAE, Alexandre Taty, da FNLA, a fim de este provocar um golpe no seio do GRAE, que na altura se considerava muito enfraquecido, não obstante as ajudas financeiras americanas.

Sobre esta operação, seguida de perto pela nossa embaixada em Léopoldville, dispomos de bastante informação. A operação era mais uma vez dirigida por um grande número de estrangeiros, entre os quais o Professor Daventer, Tschombé, o seu ministro Munongo e outros, bem como agentes franceses e belgas ligados à Aginterpress.

Pela muita documentação existente, depreende-se que a nossa embaixada em Léopoldville quis mesmo assumir a coordenação desta operação. Mas também esta operação falhou, pois Alexandre Taty acabou por ir refugiar-se em Cabinda e colaborar com Portugal.

Dinheiro 'português'

Quanto ao Biafra, o papel da Aginterpress foi diferente e bastante apagado. No plano diplomático e militar, Portugal apoiou o coronel Ojukwu até à sua fuga e durante esta, e o Biafra tinha representação diplomática em Lisboa.

Caindo a questão do Biafra fora do que poderíamos considerar a *Operação Zona Leste*, limito-me a referir um episódio, entre muitos outros. Em 1967, a seguir à declaração unilateral de independência do Biafra (parte leste da Nigéria) e da criação de um Banco Central, foram feitas clandestinamente na Casa da Moeda, em Lisboa, as notas e moedas para aquele banco com papel importado da Suíça e liga de metal. Todo este material (cerca de 40 toneladas) viajou de Lisboa para o Biafra com a ajuda do Palácio das Necessidades.

Tendo presente as operações secretas que envolveram os acontecimentos daquela época e a importância das redes neofascistas na Europa, devemos ter a maior prudência na análise e na interpretação de muitos dos acontecimentos da Europa de hoje, protagonizados pelos chamados movimentos populistas e que envolvem a ascensão de grupos nacionalistas e xenófobos. ■■

* **José Duarte de Jesus** é autor do livro *A Guerra Secreta de Salazar em África* e investigador no ISCPs

OPERAÇÃO BARBAROSSA

Objetivo: provocar um golpe no seio do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), em 1965

UM MAR DE EQUÍVOCOS

A *Operação Mar Verde*, através da qual as forças armadas portuguesas desencadearam – em novembro de 1970 – uma ação de guerra direta (embora encapotada) contra outro país, resultou estrategicamente num falhanço. Aqui se recorda a história do estranho ataque à Guiné-Conacri

por **Luís Almeida Martins**

Uma lancha na Guiné

As unidades da Armada foram fundamentais no raide contra a capital guineense



OPERAÇÃO
MAR VERDE

**Atacar Conacri, capital da República
da Guiné, para derrubar
o seu dirigente, Sekou Touré, e prender
Amílcar Cabral, líder do PAIGC**

ANTT

Nas histórias de espionagem clássicas é igualmente clássica a advertência do superior ao novo recruta dos serviços secretos: fica avisado de que aqui «ninguém o conhece» e, por isso, se se vir em maus lençóis só poderá contar consigo próprio. Foi este, mais ou menos, o estatuto dos cerca de 400 participantes na maior operação militar secreta da História portuguesa recente – o ataque a Conacri, capital da República da Guiné, em novembro de 1970, para derrubar Sekou Touré. Quem fosse apanhado seria considerado desertor.

O Portugal de Marcelo Caetano, o presidente do Conselho que ocupava há dois anos a cadeira que durante 36 fora de Salazar, estava envolvido em conflitos violentos contra movimentos independentistas africanos na Guiné, em Angola e em Moçambique desde 1961, já depois de a maioria de as ex-colónias europeias ter obtido a independência.

A Guiné Portuguesa era a menos importante destas três «províncias ultramarinas», mas era ali que se travava a guerra mais dura. Na ótica do regime, conceder-lhe a independência seria abrir um precedente. Daí que fossem procuradas soluções ambíguas para pôr termo a um conflito cujo desfecho se antevia como derrota militar. Tímidas negociações secretas, violações de territórios dos países vizinhos e planeamento de operações audaciosas iam-se assim sucedendo por debaixo da mesa enquanto a guerra de África era considerada um tabu patriótico.

Nesses tempos de Guerra Fria, o PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, contava com o apoio material do bloco soviético e dispunha de bases na Guiné-Conacri, cujo dirigente, Sekou Touré, era – com Kwane N’Krumah, do Gana, e Julius Nyerere, da Tanzânia – um dos paladinos da libertação de África



ANT



ARQUIVO EXPRESSO

Spínola na Guiné O governador e comandante militar deu cobertura à operação

de todos os resquícios da era colonial. Nisto contrastavam ambos com Léopold Senghor, do Senegal, um intelectual africano de cultura francesa que preconizava ligações das ex-colónias às antigas metrópoles que não passassem pelos modelos coloniais puros e duros vigentes durante décadas. Nas décadas de 1960 e 1970, pautadas pelo entusiasmo das ideologias, chamava-se «neocolonialismo» a esta segunda via – que não era, de forma alguma, a seguida pelo PAIGC e pelos outros movimentos que lutavam contra o Exército Português em África.

Nasce uma ideia

Na lógica das ações militares irregulares, tinha sido em finais de agosto de 1969 que o oficial da Armada Alpoim Calvão, um capi-

tão-tenente de Fuzileiros Especiais muito condecorado, propusera ao governador e comandante militar da Guiné, general António de Spínola, levar a cabo uma operação militar de relativa envergadura em território da Guiné-Conacri. O objetivo seria a destruição em simultâneo dos meios navais de que dispunha o PAIGC e que se encontravam baseados no porto da capital deste país (quatro lanchas rápidas fornecidas pela URSS) e dos da própria Guiné-Conacri (três vedetas torpedeiras). O segundo dos objetivos seria a libertação dos 26 prisioneiros de guerra portugueses que se encontravam em calabouços de Conacri, entre eles o piloto da FAP António Lobato, capturado pelo PAIGC em 1963, aquando de uma aterragem de emergência do seu T6. A ideia foi bem acolhida por Spínola.

Acompanhado do chefe da delegação da PIDE em Bissau, Matos Rodrigues (a polícia política do regime só passaria a chamar-se DGS em novembro desse ano), Calvão foi à África do Sul adquirir minas lapa para utilizar na destruição das embarcações, que aliás lhe seriam oferecidos pelo Bureau of State Security

Alpoim Calvão
Cérebro e
operacional do raide

(BSS) do regime do *apartheid*. É espantoso pensarmos hoje que a viagem foi feita em voo comercial e que os dois homens transportaram as pequenas mina nas suas bagagens de cabina...

Na era pré-internet não era muito fácil ter acesso a mapas detalhados em geral e a plantas de cidades em particular. Ora, para levar a cabo uma operação em Conacri, os militares portugueses teriam de conhecer a topografia local. Nada que atrapalhasse um operacional aventureiro como Alpoim Calvão. Em meados de setembro, a lancha *Cassiopeia*, com a identificação apagada, estava defronte de Conacri, com homens a espreitar por binóculos e a tirar fotografias. Contudo, o ataque teria sido tecnicamente impraticável se não se tivesse dado o caso de um fuzileiro que fora desertor e vivera em Conacri e na Argélia e depois se apresentara às autoridades portuguesas ter fornecido indicações sobre a capital do país de Sekou Touré.

Na altura, só estavam dentro do segredo Calvão, Spínola, Matos Rodrigues e o comandante da Defesa Marítima da Guiné Portuguesa, comodoro Luciano Bastos, que, posto ao corrente, se mostrou entusiasta da ideia da intervenção.

Mas a *Operação Mar Verde* propriamente dita só nasceria em finais do ano, quando o Ministério do Ultramar informou Spínola de que guineenses dissidentes do regime de Touré vinham desde 1966 solicitando a Lisboa apoio numa ação contra esse líder. Spínola e Calvão gizaram então o plano da operação como o conhecemos. Tratava-se já não só de afundar embarcações e libertar prisioneiros, mas também de derrubar Touré, destruir os caças MiG fornecidos pela URSS a Conacri, prender Amílcar Cabral, que ali residia, e desmantelar as instalações do PAIGC.

Um ano sobressaltado

Ao longo de 1970, enquanto os preparativos decorriam, em Lisboa Rui Patrício sucedeu a Franco Nogueira à frente do



Havia 26 prisioneiros portugueses em Conacri, entre os quais o piloto da FAP António Lobato, capturado em 1963, sete anos antes

Ministério dos Negócios Estrangeiros, após uma curta interinidade do próprio Marcelo Caetano. O novo chefe da diplomacia, bem como o titular da pasta do Ultramar, Silva Cunha, deram luz verde a conversações com o Senegal, servindo este país de mediador entre o Governo de Lisboa e o PAIGC. O moderado Léopold Senghor sugerira um encontro pessoal com Caetano, mas Lisboa achou preferível uma primeira abordagem através de intermediários mandatados. Ficou acordado uma espécie de cessar-fogo em que a tropa portuguesa não desencadearia ações ofensivas, mas o PAIGC não se coibiu de lançar ataques à Guiné a partir de território senegalês, o que por sua vez originou ações militares portuguesas nesse país, algumas protagonizadas pelo grupo de Fuzileiros de Calvão.

Os contactos cessaram nessa altura, por entre queixas do Senegal na ONU, e Lisboa concluiu que o PAIGC não estava interessado no plano senegalês. Seriam ►

► depois retomados por mais do que uma vez, primeiro em Paris e depois protagonizados pelo próprio Spínola, mas sempre sem efeitos práticos, até pela circunstância de as autoridades portuguesas terem consciência de que o efeito de domínio chegaria a Angola e Moçambique. É de referir aqui o episódio da morte de três majores, um alferes e um intérprete quando, em abril, compareceram desarmados a um encontro com elementos do PAIGC, no chamado «Chão Manjaco», a norte de Bissau. Na sequência do que ficaria conhecido por «a morte dos majores», Spínola ordenou um recrudescimento das operações militares, embora sem reverter a via da guerra psicológica que se traduzia na tentativa de captação das populações para a causa colonialista.

Causa esta que sofreu uma retumbante machadada internacional quando, a 1 de junho, o papa Paulo VI recebeu em Roma, os líderes do PAIGC, do MPLA angolano e da Frelimo moçambicana. As autoridades portuguesas abriam então uma pequena «guerra» contra o Vaticano, que incluiu protestos e a chamada do embaixador, acabando a Santa Sé por desvalorizar o acontecimento explicado que se tratara de uma receção informal. Nada de comparável ao atrito que ainda no tempo de Salazar se arrastara de 1964 a 1967, entre a visita do Papa à Índia três anos depois da anexação de Goa. Damão e Diu e a sua vinda a Fátima.

Este ano de 1970 ficaria anda assinalado pela queda de um helicóptero em que viajavam, na Guiné, quatro deputados da Assembleia Nacional, que perderam a vida no acidente.

Seria, porém, a *Operação Mar Verde* que constituiria uma espécie de apoteose a esta sucessão de ocorrências no mínimo inquietantes, algumas delas com repercussão internacional.

Da base ao objetivo

A base operacional do ataque a Conacri fora instalada logo em janeiro, por Alpoim Calvão, na ilha de Soga, a uns 220 quiló-



Amílcar Cabral A captura do líder do PAIGC era um dos objetivos do ataque a Conacri

metros em linha reta do objetivo. Durante meses, Calvão e Matos Rodrigues desdobraram-se em contactos, sobretudo em Paris e em Genebra, com elementos do Front de Libération de la Guinée (FLG), o movimento anti-Sekou Touré que colaboraria com os portugueses no derrube do regime do país africano. No seio da FLG havia desentendimentos entre as facções de Barry Diafadou, Diallo Thierno e David Soumah, este último residente em Lisboa e onde, segundo a PIDE, era grande frequentador de bares noturnos.

Posteriormente correu a versão de que Sekou Touré estava a par dos planos e de que tencionava aproveitá-los para reprimir a oposição interna

Nada disso impediu, porém, que a operação de recrutamento de dissidentes guineenses se processasse nos países onde estes se encontravam refugiados, designadamente Senegal, Gâmbia e Serra Leoa. Era o próprio grupo de Fuzileiros de Calvão que se encarregava de os ir buscar em lanchas, planeando para o efeito ações relâmpago mais ou menos arriscadas, que eram também intervenções das forças armadas portuguesas em países estrangeiros. Cerca de 150 guineenses foram assim levados para Soga, onde se reuniram às duas centenas e meia de portugueses ou guinéus da Guiné-Bissau destacados para a operação. Faria ainda parte da expedição o ex-operacional do exército francês Siriadou Djaló, então jornalista da revista pró-ocidental *Jeune Afrique* (a sua homóloga terceiro-mundista era a *Afrique-Asie*). A força, designada Task-Group 27-2, seria transportada em seis lanchas grandes da Armada. Posteriormente aos acontecimentos, haveriam de correr notícias de que o governo de Sekou Touré estaria a par dos preparativos de invasão, tendo por isso colocado os prisioneiros portugueses do PAIGC



Sekou Touré e Léopold Senghor Dois pontos de vista divergentes em relação aos interesses ocidentais em África

GETTY IMAGES

num edifício de acesso fácil para quem chega do mar, facilitando o seu resgate pela força invasora. A ser assim, Touré tencionaria aproveitar-se da tentativa de golpe para exercer represálias sobre os seus opositores e reforçar o poder, o que efetivamente se concretizaria.

Em Bissau decorriam, entretanto, os preparativos de ordem logística, como por exemplo a encomenda às Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado, de Lisboa, dos uniformes a usar, pois sendo a operação irregular qualquer marca distintiva teria de ser banida. A não utilização das cores e das insígnias nacionais e a própria irregularidade da operação chegaram a levantar objeções de caráter ético ao major Leal de Almeida, supervisor dos comandos africanos concentrados em Soga, mas isso não impediu que o plano fosse por diante. No que toca ao armamento, a opção foi por material de fabrico soviético adquirido com desconcertante facilidade pelo major Carlos Azeredo através da firma Norte Importadora e de uma intermediária búlgara.

Já perto do final do ano, estudadas a meteorologia e as marés, foi fixado o de-

sencadear da *Operação Mar Verde* para a madrugada de 21 para 22 de novembro. Spínola enviou Alpoim Calvão e Matos Rodrigues a Lisboa para se avistarem com Silva Cunha, que posteriormente manifestaria não concordar com o desencadear da operação, tanto por achar que não estava bem estruturada, como por recear grandes problemas a nível das repercussões internacionais. Idêntica era a opinião do ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo. A última palavra caberia assim a Marcelo Caetano. E a decisão do sucessor de Salazar foi a de dar luz verde à operação, na condição de os atacantes não deixarem qualquer rasto que os identificasse. No seu gabinete das Necessidades, Rui Patrício sempre declarou não ter tido conhecimento de coisa alguma.

Três horas de combates

O Task-Group 27-2 partiu de Soga às 20 horas de 20 de novembro, tendo a travessia demorado cerca de 22 horas. Às 18 de dia 21 estava diante de Conacri, iniciando-se o desembarque à 1 e 30 de dia 22. Os principais objetivos dos diversos grupos operacionais, além

da destruição de barcos e aviões, eram o palácio presidencial, o Ministério do Interior, a Direção da Gendarmaria, a rádio Boubinet, o aeroporto, a casa de Amílcar Cabral, a prisão onde estavam os portugueses, a Guarda Republicana, o Estado-Maior da Defesa e a central elétrica. Destes, apenas dois foram efetivamente cumpridos: a destruição das lanchas e a libertação dos prisioneiros, que como já vimos estavam numa cadeia facilmente acessível a quem desembarca. É certo que o palácio presidencial de Villa Silly foi tomado de assalto, mas Sekou Touré não se encontrava lá. Se as instalações do PAIGC foram destruídas, Amílcar Cabral estava no estrangeiro. Quanto ao aeroporto, foi efetivamente tomado, mas os MiG estavam estacionados longe de Conacri. A estação de rádio não chegou a ser tomada por um motivo caricato: o oficial que comandava o grupo encarregado da missão não soube fazer acionar o elevador. E se a central elétrica foi efetivamente desativada, a escuridão dificultou ainda mais as movimentações dos atacantes.

Três horas depois do desembarque, às 4 e 30, Calvão mandou reembarcar as suas tropas. Compareceram todos os homens exceto 20 dos Comandos Africanos, dados como desertores mas dias depois mandados fuzilar por Sekou Touré. Não parece estar claramente estabelecido se se tratou de desertores voluntários ou se, simplesmente, foram abrangidos pelas regras do obscuro jogo que se chamou *Operação Mar Verde*. No que toca a baixas, a força atacante sofreu três mortos e seis feridos, três dos quais graves, e custou a vida a meia centena de guineenses, entre militares e a população civil de Conacri.

A repercussão internacional foi a inevitável, pois a ordem de não deixar rastros dada por Caetano era impossível de cumprir. Não é fácil entender as motivações deste e de Spínola ao patrocinarem uma operação deste tipo, que, se triunfante, lhes retiraria a credibilidade no tocante a sempre possíveis reorientações da política colonial portuguesa. ■■

Uma aliança secreta

O país do *apartheid* foi determinante para Portugal ter podido manter-se em Angola e Moçambique durante tanto tempo. Mas o ‘Exercício Alcora’, que também incluía a Rodésia, era *top secret*

por **Aniceto Afonso**

Dois meses depois do 25 de Abril de 1974, a 24 de junho, realizou-se em Pretória, capital da África do Sul, uma reunião de altos comandos militares deste país, da Rodésia e de Portugal. Era a sétima reunião do Alcora Top Level Committee (ATLC), coincidente com a primeira da Planning Alcora Permanent Organization (PAPO). Os representantes reuniram-se num edifício próprio, nos últimos meses preparado para aí funcionar o Estado-Maior do chamado «Exercício Alcora» (acrónimo para «Aliança contra as Rebeliões em África»).

Estiveram presentes: pela África do Sul, o tenente-general R. F. Amstrong, chefe do Estado-Maior General; pela Rodésia, o tenente-general G. P. Walls, comandante do Exército e o marechal-do-ar M. J. McLaren, comandante da Força Aérea; e por Portugal, o general Basto Machado, vice-chefe do Exército. Participaram também os responsáveis pelo recém-criado Estado-Maior do Exercício Alcora.

O presidente da reunião, Amstrong, declarou, segundo a respetiva ata, que a reunião era «crucial quanto à principal tarefa para o Alcora, que consiste na eliminação do terrorismo na África Austral». E continuou, dizendo que a tarefa não era fácil e tinha sido agravada pelos recentes acontecimentos em Portugal. Mas assegurou que as dificuldades portuguesas eram compreendidas e que as discussões não só esclareceriam o problema mas seriam francas e cordiais. Para se compreenderem as primeiras palavras é preciso recuar alguns anos.

O fim da II Guerra Mundial foi também o fim da Europa como centro de domínio à escala planetária. Perdida a posição de supremacia mundial ocupada durante séculos, obrigada a concentrar os esforços na sua reconstrução, a Europa em ruínas não tinha condições para manter o poder que detivera sobre vastíssimas e longínquas regiões do planeta. Aos «ventos de mudança» do movimento descolonizador apenas resistiram a antiga grande colónia britânica da África do Sul, que instituíra um regime de *apartheid*, e Portugal, que alterara a designação das colónias para províncias ultramarinas para manter ali o domínio. A estes dois Estados juntar-se-á a Rodésia quando, em 1965, se declarou independente da Inglaterra de forma unilateral, adotando uma política racial semelhante à da África do Sul.

Embora com base em princípios políticos distintos, era coincidente o objetivo dos três países: a preservação do poder branco sobre os territórios que ocupavam e que correspondem atualmente à República da África do Sul, Namíbia, Zimbabué, Angola e Moçambique. Para conseguirem alcançar o seu propósito estabeleceram entre si uma verdadeira aliança política e militar a que deram o nome de código de «Exercício Alcora»

ALCORA

**Acrónimo para
«Aliança contra as
Rebeliões em África»**

e que nunca publicitaram. Muito pelo contrário, mantiveram essa aliança no mais alto nível de secretismo, sintoma da sua delicadeza e das contradições que encerrava, em especial para Portugal, uma velha nação europeia que se vangloriava da sua secular política de integração racial.

‘Bloco Branco’

Da leitura dos documentos relativos ao Exercício Alcora e dos que hoje são conhecidos da história política e militar da África do Sul, pode concluir-se que desde antes do início da II Guerra Mundial a União Sul-Africana definiu uma estratégia para perpetuar o poder branco no seu território, incluindo o Sudoeste Africano, e para criar e liderar um «Bloco Branco» na África Austral.

A África do Sul, com os seus mais de 3 milhões de brancos, com enormes riquezas naturais e com uma economia industrial de nível comparável à dos países industrializados da Europa, irá chamar a si a condução dos processos de manutenção do poder branco nos territórios vizinhos, em muitos documentos de análise estratégica da época designados como «Estados Escudo» (Shield States).

Podemos também dizer que Portugal, para manter o essencial da sua política colonial (ultramarina), reduzida numa primeira fase à manutenção da soberania sobre os seus territórios, foi forçado a aceitar a liderança da África do Sul, apesar das diferenças ideológicas e dos constrangimentos políticos e estratégicos.

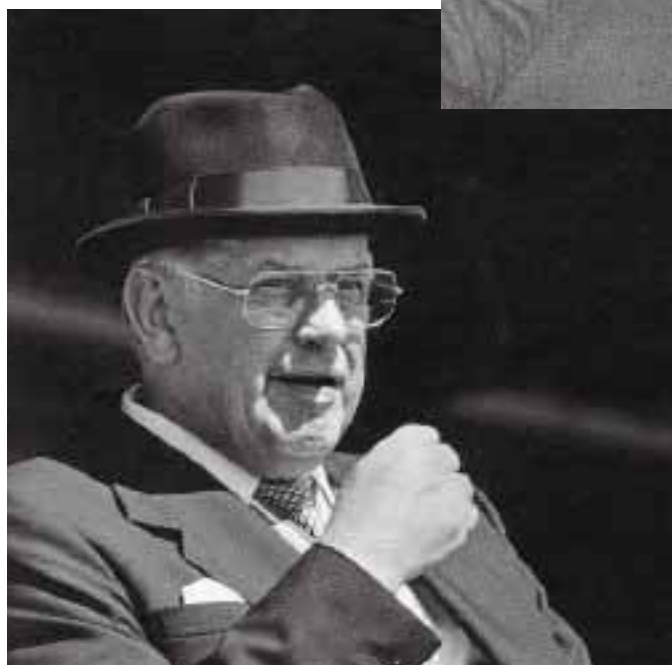
No plano militar, a influência da África do Sul exerceu-se desde o início da guerra em Angola, quando passou a fornecer apoio logístico em peças e equipamentos militares às forças portuguesas. Mas essa influência aprofundar-se-á com o longo evoluir da guerra, sendo determinante para a transferência do esforço operacional do Norte de Angola para o Leste e em Moçambique também do Norte para a zona de Tete.

O apoio militar sul-africano, complementado pelo rodesiano em Moçambique,

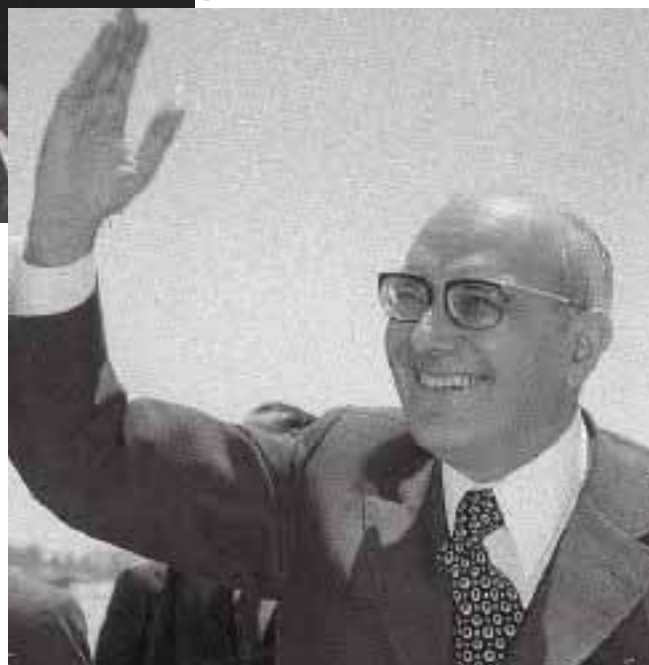
**Pieter Botha, Ian Smith
e Marcelo Caetano**
Os líderes políticos dos
três países da aliança



GETTYIMAGES



GETTYIMAGES



ARQ. A CAPITAL

mostrou-se indispensável para a continuação da guerra, pelo menos a partir de 1972.

Por outro lado, no campo económico, a influência da África do Sul foi decisiva nas áreas da energia, com o envolvimento direto na construção e exploração dos complexos hidroelétricos do Cunene (Angola) e do Zambeze (Moçambique); e também nas áreas das comunicações (cabos marítimos, equipamentos rádios), nas infraestruturas aeroportuárias e ainda na exploração de matérias-primas e na finança.

Sem o suporte militar, económico e financeiro da África do Sul, Portugal não teria podido manter a soberania em Angola e Moçambique durante tanto tempo. Militarmente foram os sul-africanos que forneceram algum do equipamento mais sofisticado que as forças portuguesas utilizaram, nomeadamente aeronaves, viaturas blindadas, artilharia e equipa-

mentos rádio. Foi ainda a África de Sul que autorizou um avultado empréstimo para aquisição de material de guerra, no início de 1974.

O Exercício Alcora cobria estas ações de cooperação no âmbito de uma aliança político-militar muito profunda, com a constituição de órgãos de planeamento e execução a todos os níveis. No topo, a nível estratégico-político, com o envolvimento dos governos, através dos primei-

**Para manter o
essencial da sua
política ultramarina,
Portugal foi forçado
a aceitar a liderança
sul-africana**

ros-ministros, dos ministros da Defesa e, quando necessário, também do ministro dos Negócios Estrangeiros; abaixo deste, ao nível da estratégia militar, com o envolvimento dos chefes de estado-maior, dos comandantes-chefes e dos responsáveis pelos serviços de informações; por fim, ao nível operacional, com a constituição de um quartel-general combinado, com um estado-maior alargado, e com forças de combate e de logística atribuídas. Tudo envolvido por uma doutrina comum.

Vendo o problema pelo lado português, parece certo que o regime, já na sua fase final, com Marcelo Caetano como primeiro-ministro, procurava uma solução para a questão colonial, mas essa solução era muito diferente da que era publicamente assumida (manter Portugal como Estado pluricontinental e multirracial), pois levaria a breve trecho e inevitavelmente à autonomização de Angola e de Moçam- ➤

► bique, com governos de minoria branca, para se integrarem nesse novo grande espaço da África Austral.

Tanto quanto podemos concluir dos documentos agora acessíveis, parece natural deduzir-se que se, como estava previsto, a «Aliança Alcora» fosse assumida publicamente no verão de 1974, o passo a seguir seria a do anúncio das independências unilaterais de Angola e Moçambique.

Militares e população fora do segredo

Este processo, visto a tantos anos de distância, é extremamente surpreendente.

Em primeiro lugar, todos os contactos e documentos Alcora foram classificados de «Muito Secreto» ou «Top Secret», o que obrigava a procedimentos de máxima segurança. É digno de nota que a maior parte dos militares portugueses (e dos outros países também) nunca se tenha apercebido da natureza das relações entre os três países, como é intrigante tentar perceber como os comandos portugueses iriam dar a conhecer ao mundo, ao País e às próprias Forças Armadas a sua opção pela aliança com os países vizinhos. De facto, foram os representantes portugueses que sempre se recusaram a baixar o nível de segurança destas relações. A participação de meios e forças sul-africanas e rodesianas em operações em Angola e Moçambique eram tidas como informais, de ajuda eventual e em situações que também interessavam à sua própria defesa.

Contudo, uma análise mais atenta ter-se-ia confrontado com factos bem visíveis, como a criação, em abril de 1968, de dois Centros Conjuntos de Apoio Aéreo entre as forças portuguesas em Angola e as forças sul-africanas, situados no Cuito-Cuanavale e em Gago Coutinho. Este apoio sul-africano, que se desenvolveu até 1970 em moldes de alguma informalidade, ficou conhecido como *Operação Bombaim*, transformando-se no motivo invocado pela África do Sul para propor uma mudança de patamar das relações entre os dois países.



ARO. EXPRESSO

Nunca se saberá como reagiriam setores civis e militares em Portugal à aliança secreta se o 25 de Abril não a tivesse anulado no momento da sua divulgação
(na foto, Spínola)

Até 1968, ano da morte política de Salazar, a questão da necessidade de alianças não se colocava com tanta premência a Portugal. Mas a partir daí há um aumento das ações dos movimentos de libertação e um alargamento das frentes, em especial no Leste de Angola e em Tete, Moçambique. É então que se torna urgente uma nova solução, que poderia passar por um maior envolvimento da África do Sul.

O regime português não tinha muitas soluções, no seio de uma comunidade internacional bastante hostil. Do ponto de vista do regime, seriam más as vias

de negociação com os movimentos de libertação, porque conduziriam às independências das colónias. A ideologia inscrita na matriz do próprio regime, o seu pilar fundamental, era precisamente a posse e a manutenção desses territórios. Neste contexto, a solução que a África do Sul apresentava poderia permitir a preservação das colónias, garantindo a continuidade do próprio regime.

Formalização da aliança

No primeiro período do governo de Caetano, as relações entre Portugal e a África do Sul vão prosseguir, com algumas medidas importantes. Destas destacam-se a assinatura de um acordo para o aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Cunene, em 21 de janeiro de 1969, e o contrato de construção da barragem de Cahora-Bassa com o consórcio ZAMCO, em 19/9/1969.

Após algumas negociações, em março de 1970 ocorreu uma reunião de alto nível em Pretória, entre delegações de Portugal e da África do Sul, para um ponto de situação das relações militares. A delegação da África do Sul era chefiada pelo comandante das Forças Conjuntas, tenente-general C. A. Frazer, que mantinha relações muito estreitas com as autoridades militares portuguesas, quer em Portugal quer em Angola e Moçambique. No encontro, a África do Sul fez um longo ponto de situação das relações com as Forças Armadas Portuguesas, em especial no Sul e Sueste de Angola, e apresentou uma perspetiva de colaboração futura,

OPERAÇÃO BOMBAIM

Apoio da África do Sul às tropas portuguesas em Angola, desenvolvido até 1970, e que deu origem à construção de dois Centros Conjuntos de Apoio Aéreo, em Cuito Canavale e em Gago Coutinho



Sá Viana Rebelo O ministro da Defesa Nacional transmitia as diretivas políticas às Forças Armadas

propondo a discussão de *Um Plano de Defesa para a África Austral*. A delegação portuguesa nada mais pôde fazer do que reconhecer o apoio sul-africano e afirmar a necessidade da sua continuação.

Foi nesta sequência que, a 14/10/1970, delegações militares de Portugal e da África do Sul assinaram em Pretória as bases de um acordo a que foi dado o nome de código «Exercício Alcora». Era seu objetivo «investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, África do Sul e Rodésia, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral».

A proposta da África do Sul relativa a uma mais ampla organização foi discutida com o ministro da Defesa de Portugal, e todas as deliberações Alcora relativas a uma organização permanente foram aprovadas pelos dois governos. De salientar que a África do Sul se ofereceu «para fornecer acomodação e serviços administrativos requeridos pela PAPO em Pretória». Quanto à Rodésia, que tinha estado presente na reunião a partir de um convite feito pela África do Sul, aceitou em princípio a proposta e declarou que «os rodesianos estavam

muito gratos e sensibilizados com a RAS pelo convite».

Em resumo, entre a África do Sul, Portugal e a Rodésia foi estabelecida uma aliança que seguia o modelo de outras organizações internacionais e era típica dos pactos políticos e militares, como o Pacto de Varsóvia ou a NATO, tendendo as delegações portuguesas, por vezes, a reproduzir conceitos ou normas desta aliança.

O documento base do «Exercício Alcora» foi formalmente aprovado em Lisboa pelo ministro da Defesa de Portugal poucos dias depois (28/10/1970), tendo o general Sá Viana Rebelo anotado no seu despacho: «Convirá que os comandantes-chefes de Angola e Moçambique sejam postos a par destes primeiros trabalhos, em que ulteriormente participarão.»

Foi também confirmado, no ano seguinte, pelos ministros da Defesa da África do Sul e da Rodésia, sendo que esta só integraria formalmente a Aliança a partir da reunião de alto nível de 30/3/1971.

Entre 1971 e finais de 1973 realizaram-se seis reuniões de alto nível entre Pretória, Lisboa e Salisbúria. Depois de dezenas de reuniões efetuadas entre representantes dos três países, através de

subcomissões de várias áreas definidas logo no início do «Exercício», e para atingir os objetivos definidos, a organização Alcora contava finalmente com todas as estruturas típicas de um comando e estado-maior comum.

Cimeira prevista para Lisboa

Mas em 24 de junho de 1974, como referimos, teve início a sétima reunião do «Exercício Alcora», que teve lugar em Pretória. Nesta reunião, os representantes dos três países confrontaram-se com os acontecimentos em Portugal, o que simbolizava o desmoronamento de uma organização longa e minuciosamente preparada para impedir o progresso do «comunismo e da sua lança avançada, o nacionalismo africano».

Nunca virá a saber-se como reagiriam os vários setores portugueses, tanto políticos como militares, ao conhecimento das decisões Alcora, se o 25 de Abril não as tivesse silenciado no momento exato da sua divulgação. Com a máquina em movimento, é de supor que a reunião de alto nível prevista para Lisboa no período de 24 a 28 de junho viesse a resultar na divulgação pública do acordo e do nível de cooperação já decidido e em execução, assim como das circunstâncias do seu funcionamento. Não se adivinha fácil a aceitação das resoluções de alto nível, de concretização de uma parceria melindrosa, e porventura inaceitável, para alguns setores do próprio regime. ■■

* **Aniceto Afonso** é autor, com Carlos Matos Gomes, dos livros *Exercício Alcora*, *o Exercício Secreto do Colonialismo* e *Os Anos da Guerra Colonial*

PARA SABER MAIS:

BARROSO, Luís, Salazar, *Caetano e o 'Reduto Branco'*: *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral*. CORREIA, Paulo, *Political Relations between Portugal and South Africa from the end of Second World War until 1974*. CORREIA, Pedro Pizarat, ...*Da Descolonização*. MENESSES, Maria Paula e Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. SOUTO, Amélia, *Caetano e o Ocaso do 'Império'*. *Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo* (1968-1974).



GETTYIMAGES



Os 'Terríveis' do Batalhão Búfalo

Na hora dos ajustes de contas pós-independência, angolanos e portugueses comprometidos com o regime colonialista combateram pela própria sobrevivência numa famosa unidade militar da África do Sul do *apartheid*

por **Ricardo Silva**

Tal como Portugal viu na independência do Congo, em 1960, o prenúncio de um «perigo» para Angola (receios que se confirmariam no ano seguinte com a revolta da UPA), também a África do Sul interpretou a Revolução dos Cravos como uma ameaça junto à sua fronteira.

Nos meses que se seguiram ao 25 de Abril, o Governo sul-africano confirmaria os seus maiores temores. O processo de descolonização em curso não iria dar lugar ao domínio de Angola e Moçambique por

uma minoria branca racista – como era o caso da África do Sul e da Rodésia – e as novas autoridades portuguesas não aparentavam estar dispostas a impor regimes do agrado de Pretória. Era especialmente temido o advento de movimentos como o MPLA em Angola e a Frelimo em Moçambique, que contavam com o apoio das potências comunistas.

Foi também neste período que a África do Sul começou a receber refugiados portugueses e das ex-colónias, para quem a nova orientação democrática era insustentável.

Foi o caso de operacionais da PIDE como Casimiro Monteiro, o frio assassino de Humberto Delgado e de Eduardo Mondlane, ou de aventureiros como o trasmontano Daniel Roxo, comandante de uma milícia que se revelou implacável com os guerrilheiros da Frelimo e cuja permanência em Moçambique seria impossível.

Entre os refugiados também se contavam muitos militares africanos que tinham combatido sob o estandarte português. Comandos e Flechas, membros dos Grupos Especiais ou simples milícias, todos temiam o momento em que os nacionalistas tomassem o poder em Angola, Moçambique e Guiné, e muitos optaram, numa medida de prudência, por sujeitar-se à discriminação imposta pelo condenável regime do *apartheid*.

Para a África do Sul a situação avizinhava-se sombria, especialmente em Angola, devido à existência de uma fronteira partilhada com a antiga colónia alemã do Sudoeste Africano. Este território, futura Namíbia, era administrada pelos sul-africanos desde o final da I Guerra Mundial e enfrentava a guerrilha da SWAPO (South West African People's Organisation), um movimento que defendia a independência e era próximo do MPLA.



Forças da UNITA O movimento de Jonas Savimbi (ao lado) foi apoiado pelo Batalhão Búfalo e outras unidades sul-africanas

GETTY IMAGES

Em novembro de 1975 Angola tornou-se independente e logo mergulhou numa guerra civil entre MPLA, FNLA e UNITA, com as forças sul-africanas a intervirem ao lado da UNITA para evitar a vitória do MPLA e dos contingentes de militares cubanos recém-chegados. Foi o primeiro episódio de uma longa guerra que teria a intervenção de potências estrangeiras; nas formações sul-africanas havia portugueses e angolanos que de refugiados passaram a militares a soldo da África do Sul, como foi o caso de Daniel Roxo, que perderia a vida nesse ano.

Primeiros combates

Foi neste contexto que nasceu uma unidade que se tornaria famosa. Formalmente, era o 32º Batalhão, mas ficou mais conhecido por Batalhão Búfalo e os seus homens por «Os Terríveis». Baseado no Sudoeste Africano, era composto por soldados angolanos comandados por oficiais brancos, com a particularidade de contar com africanos na classe de sargentos, dependendo a promoção das capacidades de liderança e do valor demonstrado no campo de batalha. Não foi a única unidade onde serviram portugueses e angolanos, mas a que mais se distinguiu.

A 17 de maio de 1976, o Batalhão Búfalo travou o primeiro de muitos combates, quando guerrilheiros da SWAPO atacaram o seu acampamento. Seguiram-se patrulhas ao longo da fronteira com Angola e raids contra os refúgios da SWAPO, que deram a conhecer as capacidades de homens como Tony Vieira, um pisteiro perito em perseguir os adversários no mato. Em 1979, o coronel Deon Ferreira assumiu o comando dos «Terríveis» e desenvolveu novas táticas para o combate antiguerrilha que serviram de modelo para o resto do exército. Ferreira era um sul-africano de ascendência portuguesa que conhecia bem a realidade angolana.

No início de 1980, as FAPLA (o braço armado do MPLA) dominavam as principais cidades no litoral e remetiam a UNITA para o interior, mas a 14 de



Formalmente, tratava-se do 32º Batalhão, mas era mais conhecido por Batalhão Búfalo e os seus elementos por 'Os Terríveis'

abril os homens de Jonas Savimbi passaram ao ataque e conquistaram Cuan-gar após derrotarem uma guarnição com 900 homens. Era o início de uma nova fase da guerra, para cujo sucesso era fundamental apoiar a UNITA no terreno, o que levou o governo de Pretória a responder afirmativamente quando Savimbi pediu ajuda para eliminar as forças das FAPLA na cidade de Savate. O Batalhão Búfalo foi escolhido para a missão, e o coronel Ferreira delineou um plano de ataque que assentava na rapidez e na mobilidade dos seus homens.

A *Operação Tiro a Tiro* arrancou a 17 de maio, quando uma equipa de reconhecimento composta pelo tenente Ratte, o sargento Eden e o cabo Paulino avançou à frente da força principal e confirmou que as informações da UNITA eram incorretas. O que se estimava ser uma guarnição de 300 homens mal equipados era uma força que rondava o triplo e estava equipada com metralhadoras pesadas e lança-foguetes. Como se não bastasse, um agente da UNITA chamado Francisco Lopes, que servia de guia, conduziu a coluna até se perder e atrasou a operação numa marcha desgastante que não passou despercebida às FAPLA. Seguiu-se uma intensa troca de fogo, com os homens do Batalhão Búfalo a serem alvejados por metralhadoras de 14,5 mm e a responderem com os seus morteiros. O combate prolongou-se durante horas, até que uma coluna das FAPLA foi emboscada e aniquilada nos arredores da cidade, fazendo com que a moral dos militares angolanos caísse a pique, o que levou a guarnição a evacuar Savate com pesadas baixas. A vitória do Batalhão Búfalo em Savate foi um dos momentos altos vividos por aquela unidade.

Também houve portugueses e angolanos a destacarem-se ao serviço de outros corpos das forças armadas da África do Sul durante este período. Por exemplo, o ►

► 5º Regimento de Reconhecimento, uma unidade das forças especiais envolvida em operações secretas em Angola, contou com veteranos da Guerra Colonial (incluindo portugueses) e nele serviu o cabo Fernando Gabriel. Era africano e conhecia bem o terreno, participando em múltiplas operações e distinguindo-se em cinco ocasiões. Em agosto de 1980, o cabo Gabriel foi condecorado com a Cruz Honoris em Ouro, a segunda maior condecoração militar da África do Sul, tendo sido o terceiro de apenas seis militares a receber esta condecoração e o único africano, algo de surpreendente num país regido pelo odioso sistema do *apartheid*.

No inferno de Cuito Cuanavale

Após a batalha de Savate, o Batalhão Búfalo prosseguiu a sua guerra contra a SWAPO, patrulhando a fronteira com Angola e efetuando raids em território angolano, onde a guerra entre a UNITA e o MPLA se ia convertendo num conflito convencional de grande escala.

No ano seguinte, 1981, várias bases da SWAPO foram detetadas junto aos quartéis do MPLA no Sul de Angola, o que levou os bombardeiros Canberra e Buccaneer da Força Aérea Sul-Africana a realizarem ataques contra essas instalações. Foi o capítulo inicial de uma invasão terrestre destinada a bater a SWAPO no Cunene e a destruir as suas bases de Xangongo e Ongiva.

Na noite de 22 para 23 de agosto de 1981, dois poderosos grupos de batalha avançaram rapidamente através do mato com o Batalhão Búfalo na dianteira. Os combates prolongaram-se pela semana seguinte e levaram a uma autêntica caça aos guerrilheiros da SWAPO, com as unidades das FAPLA na região a baterem em debandada, circunstância que a UNITA aproveitou para alargar a sua influência no Cunene. Balanço: mais de 800 guerrilheiros abatidos e muito armamento destruído ou capturado a troco de dez mortos e 64 feridos.



GETTYIMAGES

Este desaire nacionalista teve o efeito de despertar uma enorme frustração em Havana e Moscovo, com consequências no futuro desenrolar das operações. Nos anos seguintes a URSS enviou grande quantidade de armamento, incluindo caças MiG-21 e MiG-23, carros de combate T-54 e T-55 e lança-foguetes Katyusha, tendo Fidel Castro reforçado o seu contingente em Angola.



Ex-operacionais da PIDE como Casimiro Monteiro e aventureiros como Daniel Roxo refugiaram-se na África do Sul

Em 1985, as FAPLA desencadearam uma vaga de ofensivas que foi degradando a capacidade operacional da UNITA, apesar do apoio militar dos EUA, levando a Força Aérea Sul-Africana a uma intervenção crescente no Sul de Angola e a uma série de combates aéreos contra os caças MiG. Em 1987 a situação atingiu o ponto crítico, com cerca de 40 mil militares cubanos e 3 mil conselheiros soviéticos e alemães de Leste em Angola, a que se somavam dezenas de milhares de soldados das FAPLA e um plano destinado a acabar de vez com a UNITA. A ofensiva começou com um avanço sobre o rio Lomba a partir de uma pequena cidade chamada Cuito Cuanavale, que era o ponto nevrálgico do dispositivo das FAPLA e seus aliados.

A ameaça de derrota total da UNITA levou a África do Sul a intervir em força, não tardando que várias colunas atravessassem a fronteira e avançassem em direção a Cuito Cuanavale, onde se travaria um dos maiores combates convencionais da África Austral. O Batalhão Búfalo avançava na dianteira, e apesar de os oficiais serem brancos, como o tenente Alves, havia um grupo de sargentos africanos que acumulava condecorações.



No inferno do Cuito Cuanavale
Um guerrilheiro do MPLA faz fogo de bazuca contra a UNITA e os sul-africanos

Nos primeiros dias, as colunas sul-africanas flagelaram o adversário com artilharia e evitaram o contacto direto, até que a 9 de setembro os Ratel armados com canhões de 90 mm começaram a emboscar e a destruir os T-54 e T-55. O tenente Alves era chefe de tripulação de um Ratel especializado em caçar blindados e esteve no centro da ação

durante dias, liderando os seus homens numa missão perigosa que exigia rapidez e mobilidade, além de uma constante procura de posições vantajosas entre os arbustos e as depressões do solo. Era uma manobra difícil de realizar nos terrenos pantanosos, e em várias ocasiões os veículos ficaram presos na lama. Foi o que aconteceu com o Ratel onde seguia o tenente Alves, no momento em que os blindados do adversário avançavam e um T-55 se aproximava. O blindado disparou à queima-roupa contra o Ratel, tendo o disparo atravessado o veículo até atingir o depósito de munições, que explodiu e matou o tenente Alves, a sua tripulação e vários membros do Batalhão Búfalo que seguiam a bordo. Após uma fase intensa em que as FAPLA foram batidas, seguiu-se uma longa batalha de atrito que se prolongou até março de 1988, e na qual a superioridade da artilharia sul-africana se revelou fundamental no sucesso da operação.

Um fim inglório

A batalha de Cuito Cuanavale seria o canto do cisne do Batalhão Búfalo, que, apesar de continuar a acumular vitórias,

não conseguiu resistir às mudanças que estavam a ocorrer na região. Em 1988, Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev chegaram a um acordo que preconizava a retirada do contingente cubano e restantes conselheiros comunistas de Angola, em paralelo com a retirada das forças sul-africanas do Sudoeste Africano e a independência daquele país – a Namíbia. A África do Sul perdia a última justificação para continuar a ocupar aquele território e, a 22 de dezembro de 1988, assinou na ONU um acordo com Cuba e Angola, nos termos do qual os três países declaravam aceitar as condições negociadas entre os EUA e a URSS.

A transição começou em 1989 e não esteve isenta de percalços, pois apesar de os líderes da SWAPO terem aceitado um cessar-fogo e a continuidade das suas forças no exterior, 2 mil combatentes atravessaram a fronteira e desafiaram as autoridades ainda vigentes. As forças de segurança reagiram e o Batalhão Búfalo voltou a entrar em combate, obrigando os guerrilheiros a retirar para Angola após sofrerem 400 mortos. Estabilizada a situação, seguiu-se a independência da Namíbia, a 21 de março de 1990.

Para o Batalhão Búfalo, seguiu-se a transferência para a África do Sul e um período de incerteza. O fim da intervenção em Angola e das operações contra a SWAPO punha fim à razão de ser da unidade, que passou a ser usada em missões policiais. A 8 de abril de 1992, membros do batalhão envolveram-se num sangrento incidente em Phola Park que custou a vida a vários civis e contaminou a imagem da unidade, o que foi determinante para o seu fim quando o regime de *apartheid* caiu.

Parte dos «Terríveis» foi integrada noutras unidades do novo exército sul-africano, mas outros optaram por aceitar o convite de empresas de «serviços militares» e tornaram-se mercenários. Por ironia do destino, alguns voltaram a Angola para servir o MPLA na luta contra a UNITA... **II**



GETTYIMAGES

Retirada O exército da África do Sul começa a abandonar Angola, em 1985

Para saber mais

Algumas obras que ajudam a devassar uma tropical floresta de engano



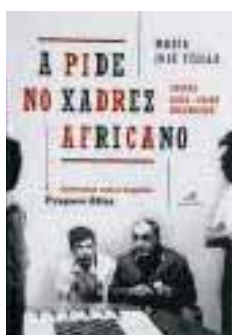
OS ANOS DA GUERRA COLONIAL 1961-1975 | Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes
Quidnovi, 2010, 864 págs., €44,99

Organizada cronologicamente, é a obra de referência sobre todo o período da descolonização, desde a assinatura da Carta das Nações Unidas, em junho de 1945, até à independência de Angola, em novembro de 1975. O foco incide, evidentemente, nos anos em que as tropas portuguesas estiveram envolvidas em conflitos armados em Angola, Moçambique e Guiné, mas faz alusão a todas as operações secretas



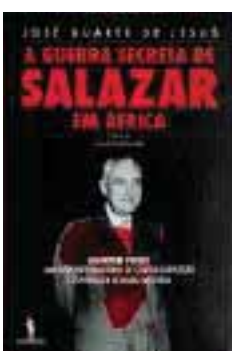
A GUERRA | Joaquim Furtado Edição completa
em DVD Levoir/Público, em 14 volumes, 2017, €9,90 cada

Documentário televisivo de grande fôlego inicialmente apresentado entre 2007 e 2013, repartido por 42 episódios de cerca de uma hora cada um, oferece imagens da época e reúne depoimentos dos principais intervenientes na guerra «colonial», «do ultramar» ou «de libertação» — os três títulos sugeridos e afinal sintetizados na mais simples das designações. Imprescindível para a memória futura.



A PIDE NO XADREZ AFRICANO | Maria José Tíscar
Edições Colibri, 2017, 354 págs., €18

A partir de longas conversas com o inspetor Fragoso Allas, integralmente transcritas, a investigadora espanhola, especialista no tema, reconstitui, contextualiza e comenta todas as operações promovidas na sombra pelo regime ditatorial e colonialista português em África, através dos seus serviços secretos e em colaboração com homólogos estrangeiros, ao longo da década de 1960 e início da de 1970



A GUERRA SECRETA DE SALAZAR EM ÁFRICA - AGINTER PRESS | José Duarte de Jesus,
D. Quixote, 2012, 258 págs., €14,90

Criada em Lisboa em 1966, a Aginter Press era supostamente uma agência de imprensa — mas tratava-se na verdade de uma rede a coberto da qual foram realizadas ações secretas em vários pontos do planeta, sobretudo em África. Ou, como se diz na capa do livro, «uma rede internacional de contrassubversão e espionagem», investigada por um homem que, pelas suas funções enquanto embaixador, conhece bem a realidade africana.

VISÃO História

Diretora: Cláudia Lobo

Editor: Luís Almeida Martins

Textos: Aniceto Afonso, Cláudia Lobo, Emília Caetano, Francisco Galope, José Duarte Jesus, José Plácido Júnior, Luís Almeida Martins, Maria José Tíscar, Pedro Caldeira Rodrigues, Pedro Vieira e Ricardo Silva.

Imagens: Arquivo Histórico Militar (AHM); Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); Fotobanco; Casa Comum/Fundação Mário Soares (FMS); Gesso; Getty Images; Magnum Photos; arquivo pessoal de Artur Pereira.

Design: Teresa Sengo (editora)

Mapas: Álvaro Rosendo

Revisão: António Ribeiro

Assistentes editoriais: Ana Paula Figueiredo, Sofia Vicente, Teresa Rodrigues, Manuel Luís Pinto e Fernando Negreira (fotografia).

Agradecimentos: Anabela Ribeiro, Beatriz Prazeres e Fernando Costa (ANTT).

Esta revista foi posta à venda em fevereiro de 2018

Centro de Documentação: Gesso
Redação, Administração e Serviços Comerciais:
Rua Calvet de Magalhães, nº 242,
2770-022 Paço de Arcos — Tel.: 214 698 000
Fax: 214 698 500

Delegação Norte: Rua Conselheiro Costa Braga
nº 502 — 4450-102 MATOSINHOS
Telefone: 220 437 001

PUBLICIDADE: Tel.: 214 69 8000 —
Fax: 214 698 543 (Lisboa).

Tel.: 220 437 035 Fax: 228 347 558 (Porto).
Vânia Delgado (diretora comercial), Maria João Costa (diretora coordenadora de publicidade), Ana Ribas (gestora de marcas), José Maria Carolino (gestor de marcas)

MARKETING: Marta Silva Carvalho (diretora), Teresa Gomes (gestora de marca)

PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS: Vasco Fernandez (diretor), Nuno Carvalho, Nuno Gonçalves, Pedro Guilhermino e Paulo Duarte (produtores), Helena Matoso (coordenadora de assinaturas).

Serviço de apoio ao assinante: Tel.: 21 469 88 01
(Dias úteis das 9h às 19h) — Fax: 214 698 501
Aceda a Assineja.pt

Impressão: Lisgráfica — Casal de Sta. Leopoldina
— 2745 Queluz de Baixo. Distribuição: VASP MLP.
Media Logistics Park, Quinta do Grajal, Venda Seca,
2739-511 Agualva-Cacém Tel.: 214 337 000.

Pontos de Venda: contactcenter@vasp.pt —
Tel.: 808 206 545, Fax: 808 206 133

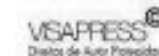
Tiragem média: 28 800 exemplares
Registo na ERC com o nº 125 643
Depósito Legal nº 276 678/08

Estatuto editorial disponível em www.visao.pt

A Trust in News não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedade dos produtos e/ou bens anunciados.

A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias.

Interditada a reprodução, mesmo parcial de textos, fotografias ou ilustrações sob quaisquer meios, e para quaisquer fins.



VISAO
ASSINATURAS
Ligue já
21 469 8801
Dias úteis — 9h às 19h
vá a www.assineja.pt



CONHECER O PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE



Descubra as vantagens de ser assinante

Ligue **21 469 88 01** (dias úteis - 9h às 19h)





mantovani

Design Solutions

FUNÇÃO

QUALIDADE

CONFORTO

65
anos

www.mantovani.pt

Frielas Joúres | Lisboa | Torres Vedras
☎ 219 897 070 ✉ comercial@mantovani.pt

